UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Rodrigo Lazaresko Madrid

Data da defesa: 13/12/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Evani de Carvalho Viotti

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 30/01/2023

_____

(Assinatura do (a) orientador (a)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Considerações tipológicas sobre transitividade em línguas bantu

RODRIGO LAZARESKO MADRID

Versão corrigida

São Paulo
2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Considerações tipológicas sobre transitividade em línguas bantu

RODRIGO LAZARESKO MADRID

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Evani de Carvalho Viotti

Versão corrigida

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M178c

Madrid, Rodrigo Lazaresko
Considerações tipológicas sobre transitividade em línguas bantu / Rodrigo Lazaresko Madrid; orientadora Evani de Carvalho Viotti - São Paulo, 2023.
181 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Linguística. Área de concentração: Semiótica e Lingüística Geral.

1. Línguas africanas. 2. Línguas bantu. 3. Morfossintaxe. 4. Tipologia das línguas. I. Viotti, Evani de Carvalho, orient. II. Título.

A quem trabalha pela ciência e pela educação públicas.

Agradecimentos

Para além do clichê envolvido na constatação de que a escrita de uma tese é um trabalho solitário, é preciso reiterar que sua realização é impossível de ocorrer solitariamente – outro clichê. Assim, gostaria de iniciar estes agradecimentos por minha orientadora, Evani Viotti, grande incentivadora, propositora, questionadora e crítica de meus caminhos acadêmicos desde a graduação.

Com o mesmo carinho e empolgação, considero que também me tem guiado muito de perto ao longo de minha trajetória acadêmica a professora Esmeralda Vailati Negrão, a quem agradeço por muitas coisas: desde a compreensão para que eu refizesse um trabalho em disciplina de graduação até os gentis e certeiros comentários no exame de qualificação deste Doutorado, passando por uma defesa de nossas ideias e de nossos colegas numa tarde com pouca água em Rabat, no Marrocos.

Agradeço também ao professor Alexander Cobbinah pela grande contribuição durante o exame de qualificação, e também por ter sempre acreditado no potencial da pesquisa e ter mostrado o quão enriquecedor é o estudo das línguas e das práticas linguísticas na África.

Gostaria de agradecer à professora Margarida Tadoni Petter, pela contribuição ao longo de minha formação. Por ter participado da minha banca de mestrado; por ter mantido os estudos sobre línguas africanas ativo na Universidade de São Paulo por muitos anos; muito obrigado.

A meus colegas do Laboratório de Estudos Linguísticos Transatlânticos: Alex Andrade, Aline Barreto (in memoriam), Gabriela Oliveira, Rosana Rogeri e Wellington Silva, meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço também os colegas e amigos do Laboratório Linguagem, Interação, Cultura e Cognição, pela leitura atenta do relatório de qualificação e também de parte desta tese, mesmo estando ligeiramente distante dos atuais caminhos investigativos do grupo. A Cecilia Farias, a Joana Franco, a Juliana Ángel-Osorno e a João Paulo Silva, muito obrigado por tudo. O carinho é de antes e será de depois deste Doutorado.

Gostaria de agradecer também o Robson Vieira pelo trabalho junto ao Departamento de Linguística da FFLCH-USP e a Érica Flávia pelo hercúleo trabalho por

nosso Programa de Pós-Graduação. Agradeço também à professora Ana Müller por ter conduzido o programa de modo a permitir que efeitos terríveis da pandemia de COVID-19 tenham sido levados em consideração para conduzir o desenvolvimento das pesquisas.

Agradeço meus colegas no Instituto Federal do Piauí, no campus de São Raimundo Nonato, em especial as professoras de língua portuguesa Angislene Reis, Éthylla Suzanna Santos e Rute Aragão por guiarem meus passos na instituição de maneira muito compreensiva com os percalços que um doutorado pode impor a um colega.

Obrigado os alunos e colegas da Escola Municipal Manoel Auto de Sousa, em Dom Inocêncio-PI pelo apoio e incentivo. Espero ter contribuído de alguma maneira para a vida dos jovens da comunidade da Lagoa dos Currais.

Agradeço os amigos de São Raimundo Nonato, pelas conversas e pelo amparo em momentos de solidão acadêmica e afetiva, que a distância por vezes nos impõe. Muito obrigado, Alexandre Cajazeira, Bernardo Freire, Daniela Caruza, Giovani Tápia e suas múltiplas personas, Janaína dos Santos, Joaquim Izidro, Natacha Leal, Rainer Miranda, Paula Layane.

Agradeço o amigo Felipe Augusto Soares Motta, pela leitura e pelos comentários sobre a breve observação a respeito de adjetivos na língua japonesa.

Agradeço também o Bruno Guide, pelo apoio, pela ajuda e pela consultoria em qualquer coisa que eu julgasse - acertadamente - ser pertinente questioná-lo.

Agradeço imensamente os meus pais, Baltasar Madrid e Angela Lazaresko Madrid, que sempre me apoiaram mesmo com a incerteza e a insegurança de ver o filho traçando caminhos desconhecidos mais de uma vez.

Agradeço muito ao financiamento público de pesquisa, ciência e educação. Espero que em um futuro breve este volte a ser um horizonte de caminho a se seguir para os jovens curiosos que veem no conhecimento e na investigação sua motivação para seguir caminhando.

Por fim, um agradecimento mais que especial à minha companheira de vida, Camila Galan de Paula. Compartilhou as angústias e as alegrias dessa e de outras trajetórias e tornou esse desafio concluível. Sem ela ao meu lado, este Doutorado teria sido muito mais sofrido. Muito obrigado mesmo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

RESUMO

MADRID, R. L. *Considerações tipológicas sobre transitividade em línguas bantu* Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2022.

Esta tese investiga construções presentes no grupo bantu (família nigero-congolesa) que desafiam a correlação entre funções sintáticas (sujeito e objeto) e papéis semânticos (agente e paciente) presumida como prototípica para línguas consideradas acusativas. O objetivo deste trabalho, portanto, é analisar qual estratégia de conceitualização de eventos é acionada por esse tipo de construção nas línguas bantu. Por meio de uma pesquisa documental, foram coletados dados de línguas bantu de todas as chamadas zonas Guthrie em gramáticas, esboços gramaticais e artigos científicos sobre línguas e/ou construções específicas ligadas a fenômenos de transitividade. Três construções presentes em línguas bantu são detalhadas ao longo da tese: construções verbais para expressar qualidades, construções de inversão e extensões verbais (de elevação e redução de valência). Essas construções revelam que a transitividade nas línguas bantu não deve ser compreendida de modo categórico (distinção entre verbos transitivos e intransitivos), e que há características nessas línguas que as aproximam de línguas tipologicamente distintas. Nesse sentido, a análise levou em consideração a proposta de Hopper & Thompson (1980), que considera parâmetros semânticos para a transitividade, bem como a de Klimov (1974), que identifica características tipológicas na transitividade para além da relação entre o verbo e seus argumentos. Ainda como parte do arcabouço teórico, foram utilizados princípios e conceitos da Gramática Cognitiva (Langacker, 1987, 1991, 2008), sobretudo os que descrevem a expressão linguística de capacidades cognitivas como a distinção entre coisas e relações e entre figura e fundo. Concluo que as três construções analisadas são expressões de uma conceitualização de eventos orientada aos eventos – adotando o termo proposto por Wichmann (2007) – em que os fenômenos de transitividade estão mais ligados à morfossemântica que à morfossintaxe. Além disso, apresento dois caminhos possíveis para o aprofundamento do estudo: a investigação diacrônica sobre a transitividade bantu e o estudo comparativo com outras línguas nigero-congolesas não bantu.

Palavras-chave: Línguas africanas. Linguística cognitiva. Tipologia das línguas. Orientação aos eventos. Construções de inversão. Extensões verbais. Morfossemântica. Morfossintaxe. Estrutura ativa.

ABSTRACT

MADRID, R. L. *Typological considerations on transitivity in Bantu languages* PhD. Dissertation. Faculty of Philosophy, Languages and Literature, and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2022.

This dissertation presents a study of constructions found in Bantu languages (Niger-Congo) that challenge the mapping between syntactic functions (subject x object) and semantic roles (agent x object) often assumed for languages classified as accusative. The aim of this study is, thus, to analyze which strategy of event conceptualization is triggered by that type of construction in Bantu. Through a documentary research, I collected data of Bantu languages from every Guthrie zone in grammars, grammatical sketches, and published articles and papers, both about a specific language or about Bantu constructions that are transitivity-related. Three Bantu constructions are detailed in this dissertation: verbal expression of properties, inversion constructions, and verbal extensions (both valency-increasing and valency-decreasing ones). These constructions show that transitiity in Bantu should not be analyzed by a categorical approach (i.e., a simple split between transitive and intransitive verbs), and that there are features in these languages that approximate them to typologically distinct languages. The study is based on Hopper & Thompson (1980), who propose semantic parameters to analyze transitivity (beyond the number of participants in an event), as well as on Klimov (1974), who identifies typological features of transitivity in aspects of a language other than the relation between a verb and its arguments. Also, principles and concepts of Cognitive Grammar (Langacker, 1987, 1991, 2008) are part of the theoretical background, mainly in analyses related to the linguistic expression of cognitive abilities, such as the distinctions between things and relations, and figure and ground. I conclude that the three constructions discussed in this dissertation are expressions of an event-oriented grammar – as labeled by Wichmann (2007) – in which transitivity phenomena should be analyzed morphosemantically rather than morphosyntactically. In addition, I suggest two possible paths to further develop the study: a diachronic research on Bantu transitivity phenomena and a comparative study involving non-Bantu Niger-Congo languages.

Keywords: African languages. Cognitive Linguistics. Language typology. Event-orientation. Inversion constructions. Verbal extensions. Morphosemantics. Morphosyntax. Active structure.

Lista de Tabelas

2.1 Parâmetros de transitividade para Hopper & Thompson (1980) . . 25
2.2 Classificação pronominal de línguas norte-americanas organizada por Sapir 37
2.3 Transitividade em nominais no português brasileiro 46

3.1 Línguas bantu com mais de 15 adjetivos 66
3.2 Paradigma de marcas de pessoa em kamaiurá 77

5.1 Extensões verbais reconstruídas para o proto-bantu 128

Lista de Figuras

1.1 Representação das línguas bantu na África 2

2.1 Assimetria de proeminência atrelada à assimetria de papéis 29
2.2 "Estratégia mista" 30
2.3 Diagrama da conceitualização de *pessoa de coragem* 44
2.4 Diagrama da conceitualização de *pessoa corajosa* 45

3.1 Diagramas das conceitualizações de *vermelho* (Langacker, 1987, p. 217 - *adaptado*) 62
3.2 Diagrama da conceitualização de *carro vermelho* 62
3.3 Diagrama da conceitualização de *iyañwa dichínana* 63
3.4 Diagrama da conceitualização da construção conectiva 68
3.5 Distribuição da tipologia de adjetivos predicativos 76

4.1 Sequência de enquadramentos 104
4.2 Diagrama da conceitualização de *Escrever uma tese é difícil* . . . 105
4.3 Diagrama da marca de sujeito de classe 14 em swahili 114
4.4 Diagrama da conceitualização de *UJohn udla* 116
4.5 Diagrama da conceitualização de *nge-sipunu* 117
4.6 Diagrama da conceitualização de *UJohn udla nge-sipunu* 117
4.7 Diagrama da conceitualização de *Isipunu sidla uJohn isobho* . . . 120
4.8 Diagrama da conceitualização do prefixo locativo *ku-* em chichewa 122

Lista de Abreviaturas

1	primeira pessoa
2	segunda pessoa
3	terceira pessoa
ABS	absolutivo
ADNOM	marcador adnominal
ASP	aspecto
AUG	aumento
CL	classe nominal
CON	conectivo
COP	cópula
DEF	definido
DU	dual
EP	epêntese
ERG	ergativo
EXCL	exclusivo
F	feminino
FLE	flexão
FUT	futuro
INCL	inclusivo
INT	intentivo
IRREFL	irreflexivo
MO	marca de objeto
MS	marca de sujeito
NEG	negação
NEU	neutro
NOM	nominativo
NPAS	não passado
NU	caso nuclear
PART	partícula
PASS	passiva
PC	prefixo de concordância
PERF	perfectivo
PL	plural
PRON	pronome
PRS	presente
PSD	passado
REFL	reflexivo
REL	relativo
RLC	relacional
SG	singular
TA	tempo/aspecto
TOP	tópico
VF	vogal final

Sumário

1 Introdução **1**
- 1.1 As línguas bantu . . . 2
- 1.2 O problema . . . 4
- 1.3 Considerações metodológicas . . . 5
- 1.4 Um brevíssimo glossário da Gramática Cognitiva . . . 7
- 1.5 Terminologia e consistência . . . 9
- 1.6 Organização da tese . . . 10

2 Estrutura ativa e orientação aos eventos **14**
- 2.1 Tipologia de alinhamentos . . . 16
- 2.2 Transitividade não categórica . . . 23
  - 2.2.1 Transitividade na gramática e no discurso . . . 24
  - 2.2.2 Assimetria de papéis e assimetria de proeminências . . . 26
  - 2.2.3 Participantes maximamente distintos . . . 33
- 2.3 Orientação aos eventos e estrutura ativa . . . 36
  - 2.3.1 Orientação aos eventos x orientação aos participantes . . . 40
  - 2.3.2 Transitividade não oracional . . . 43
- 2.4 Por que as línguas bantu . . . 46
  - 2.4.1 Expressão de qualidades . . . 47
  - 2.4.2 Construções de inversão . . . 50
  - 2.4.3 Derivações verbais e os participantes dos eventos . . . 52
- 2.5 Considerações finais . . . 56

3 Codificação de qualidades **58**
- 3.1 Adjetivos simples . . . 60
- 3.2 Construções conectivas . . . 66
- 3.3 Construções verbais . . . 71
- 3.4 Um olhar comparativo . . . 74
  - 3.4.1 Com o kamaiurá . . . 76
  - 3.4.2 Com o japonês . . . 79
- 3.5 Considerações finais . . . 83

4 Construções de inversão **85**
4.1 Tipos de construção de inversão 88
4.1.1 Inversões locativas 89
4.1.2 Inversão instrumental 91
4.1.3 Inversão pacientiva 92
4.1.4 Inversão de complemento 94
4.1.5 Inversão de concordância e concordância padrão 95
4.2 Sujeito e tópico como pontos de referência 101
4.2.1 Ponto de referência 102
4.2.2 Local e cenário 107
4.3 A concordância como simbolização múltipla 111
4.4 As inversões e a orientação ao evento 124
4.5 Considerações finais 126

5 As extensões verbais bantu e a orientação ao evento **128**
5.1 Extensões que aumentam transitividade 130
5.1.1 Causativa: **-i-/*-ici-* 130
5.1.2 Aplicativa: **-ɪd-* 138
5.2 Extensões que reduzem transitividade 143
5.2.1 Neutra: **-ik-* 144
5.2.2 Passiva: **-ʊ-/-ibʊ-* 151
5.3 Considerações finais 155

6 Conclusões **157**

BIBLIOGRAFIA **165**

Capítulo 1

Introdução

Esta tese busca discutir alguns fenômenos ligados à transitividade em línguas bantu. Em especial, apresento nesta tese algumas construções desse grupo linguístico que se apresentam desafiadores para uma perspectiva categórica de transitividade, em que esta é uma propriedade exclusiva de verbos, que se dividem em transitivos e intransitivos. Seguindo os parâmetros para uma transitividade gradual e mais abrangente propostos por Hopper & Thompson (1980), proponho que os estudos tipológicos acerca da transitividade precisam levar em consideração aspectos semânticos e pragmáticos não apenas dos verbos, mas também das construções e dos enunciados de forma mais ampla.

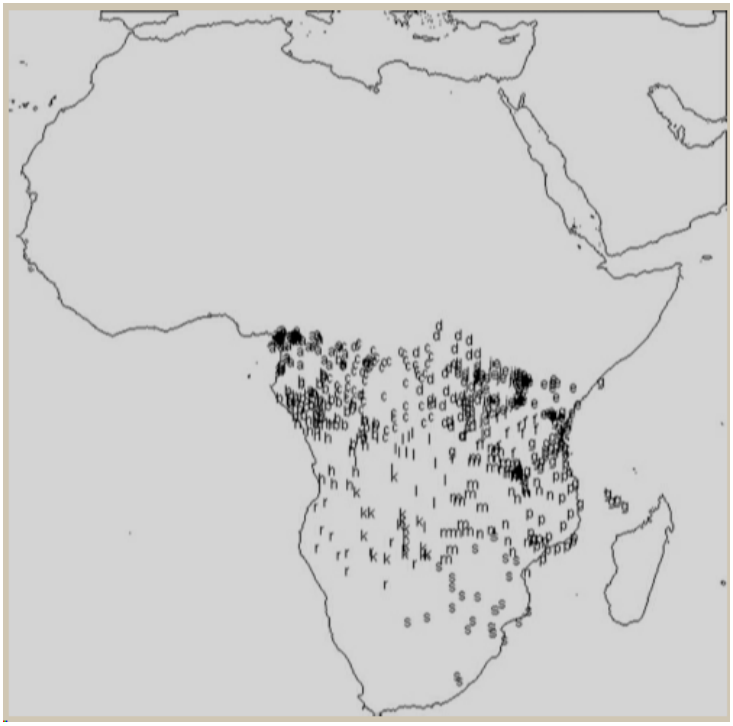
Assim, nesta introdução, apresentarei um breve panorama das línguas bantu, bem como da terminologia que utilizo ao longo da tese. Isso é importante pois há uma terminologia empregada pela Gramática Cognitiva (Langacker, 1987, 1991, 2008) cuja definição é fundamental para a argumentação que desenvolvo ao longo dos próximos capítulos. Além disso, há considerações metodológicas importantes quanto à obtenção e exposição dos dados, bem como da variabilidade das traduções e glosas encontradas.

No final desta introdução descrevo a organização dos capítulos desta tese e antecipo que o cerne da discussão teórica está no capítulo a seguir (Estrutura ativa e orientação aos eventos), de modo que passo então a descrever brevemente as línguas bantu para leitores que eventualmente não estejam familiarizados com o grupo. Na sequência, detalharei o problema da pesquisa e as questões metodológicas e terminológicas mencionadas anteriormente.

1.1 As línguas bantu

O grupo bantu é um conjunto de línguas pertencente ao filo nigero-congolês falado em uma vasta região do continente africano e por pessoas oriundas dessa região (Nurse & Philippson, 2003; Petter, 2015*a*; Velde *et al.*, 2019). Há cerca de 555 línguas bantu de acordo com o inventário levantado por Hammarström (2019). O mapa Figura 1.1 apresenta a distribuição das línguas bantu no território africano.

Figura 1.1: Representação das línguas bantu na África



Fonte: Bostoen & Velde (2019 : p. 3).

Como o mapa sugere, as línguas bantu são faladas na região que compreende a área do sudeste dos Camarões ao litoral sul da Somália como limite norte e o Cabo das Agulhas como limite sul (Bostoen & Velde, 2019).[1]

Do ponto de vista tipológico, "uma das características mais atraentes da família bantu é que ela permite o estudo comparativo de variação linguística em um enorme

[1]As letras presentes no mapa dizem respeito ao sistema de identificação de línguas bantu, baseado nas regiões em que são faladas. Esse sistema será apresentado com mais detalhes adiante.

conjunto de línguas proximamente relacionadas" (Bostoen & Velde, 2019 : p. 5).[2] Há uma distinção entre as línguas faladas na região noroeste do grupo, mais próxima do local de origem do proto-bantu, e as demais regiões. Essa diferença se identifica sobretudo em relação à presença de tons como traços distintivos. Essa presença massiva de tons tem repercussões em outros aspectos morfossintáticos nas línguas da região, como na realização das extensões verbais que são discutidas no capítulo 5 desta tese.

Uma característica pela qual as línguas bantu são conhecidas é o seu rico sistema de classes nominais. Há, em média, 15 classes nominais e 3 classes locativas em línguas fora da região nordeste. Essas classes nominais são relevantes do ponto de vista morfossintático pois desencadeiam concordância nos termos relacionados ao nome em que aparecem. Isso ocorre em modificadores e também em relação às construções vebais, como se vê no dado abaixo, do kinyarwanda (JD61):

(1) Kinyarwanda (JD61)

u-mu-gozí mu-níni u-ra-bón-ik-a
AUG-CL_3-fio CL_3-grosso MS_3-DISJ-ver-NEU-VF

'O fio grosso é visível.'

(Zeller & Ngoboka, 2018, p. 135)

No exemplo (1) acima, podemos observar que a marca de classe nomninal (CL) 3, expressa pelo prefixo *mu-* é indexada também no modificador nominal ***mu****-níni* e na marca de sujeito MS *u-* prefixada ao verbo. As línguas bantu são também próximas do ponto de vista morfossintático. A organização dos prefixos e sufixos no entorno do elemento verbal no exemplo (1) é bastante recorrente, com variações na quantidade, nos tipos e no sentido com que os afixos se apresentam em cada língua. Uma estrutura verbal como a que segue é encontrada quase na totalidade das línguas do grupo bantu:

Pré-MS + MS + NEG + TA + MO + raiz + extensão + VF + Pós-VF

[2] *"(...) one of the most attractive features of the Bantu family is that it allows for the comparative study of linguistic variation in a huge set of closely related languages."* - no original

(Nurse, 2008, p. 40)

Assim, é recorrente a realização da marca de sujeito (MS), da negação (NEG), dos morfemas de tempo/aspecto (TA) e marca de objeto (MO) como prefixos e as derivações verbais e a vogal final (VF) como sufixos. Essa riqueza morfológica nas construções verbais propicia um vasto campo de investigação sobre a estrutura da informação e as relações gramaticais desempenhadas pelos elementos associados ao verbo. É nessa seara que se insere esta tese, cujo problema principal descrevo a seguir.

1.2 O problema

O problema desta tese não tem origem em uma teoria específica, mas em uma hipótese. Ao analisar construções impessoais no português brasileiro, Negrão & Viotti (2010, 2014*c*,*b*) identificaram em uma construção passiva do kimbundu (H21) a possibilidade de convergência de características entre construções que desafiam os estudos sobre a transitividade nas duas línguas. A construção passiva em questão é a que se apresenta no exemplo (2).

(2) Kimbundu (H21)

Nzua a-mu-mono kwa meme.
João MS_{3PL}-MO_1-viu por 1SG

'João viram-no por mim' (João foi visto por mim)

(Givón, 2006, p. 340)

A construção em (2), apresentada por Givón (2006) como passiva, apresenta uma morfologia ativa, com a concordância de sujeito indefinido marcada pela MS de terceira pessoa do plural e a marca de objeto (MO) de classe nominal 1, concordando com *Nzua*. Esse tipo de construção, também encontrado em outras línguas bantu (como mostro no capítulo 5), revela que a relação entre a distinção sujeito-objeto e a distinção agente-paciente não funciona necessariamente como outras línguas consideradas acusativas, como é o caso do português.[3]

[3]No caso do português brasileiro, Negrão & Viotti (2010) chamam a atenção para construções que também desafiam a correlação entre papel gramatical e papel semântico, como *Esse trem já perdeu*, *O xerox fica fazendo enquanto a gente vai almoçar*, *Meu jardim destruiu todo com a reforma*, entre outras (Negrão & Viotti, 2010 : p. 38-39).

Assim, a questão de que parti para o desenvolvimento deste trabalho foi: há nas línguas bantu características que afaste o grupo bantu de outras línguas acusativas? Em outras palavras: a passiva encontrada no kimbundu (H21) seria um indício de traços tipológicos próprios das línguas bantu ou um caso isolado intra- e inter-linguisticamente?

Atualmente já é quase consensual que nenhuma língua pertence integral nem exclusivamente a um único tipo linguístico determinado (Comrie, 1989; Croft, 2002; Haspelmath, 2011). Dessa maneira, o ponto de visto teórico adotado aqui é o de uma tipologia que busca não necessariamente identificar tipos genéricos de línguas, mas observar tendências em termos de prototipicidade e agrupar fenômenos linguísticos em categorias gradientes, tanto intralinguística como translinguisticamente.

O objetivo, portanto, do trabalho é descrever nas línguas bantu construções não prototipicamente associadas a línguas acusativas, bem como associar tipologicamente essas construções à noção de *orientação ao evento* (Wichmann, 2007), em uma visão gradual de transitividade.

A distinção categórica entre construções transitivas e intransitivas baseada exclusivamente no número de participantes expressos revela uma priorização dos participantes em relação ao evento, de modo que a distinção sujeito-objeto seja essencial na organização dos papéis temáticos em um período. Em outras palavras, essa forma de abordar a transitividade sugere que as relações gramaticais se sobressaiam sobre as relações estabelecida semanticamente entre os participantes de um evento (como agente e paciente, por exemplo).

Esta tese portanto, se propõe a apresentar algumas construções do grupo bantu que podem ser consideradas "incomuns" para um grupo prototipicamente acusativo pelo olhar da transitividade. Por realizar este trabalho de modo documental, há questões metodológicas que merecem ser abordadas e é o faço na próxima seção.

1.3 Considerações metodológicas

A pesquisa de que resulta esta tese foi realizada de maneira documental, com fontes quase exclusivamente bibliográficas. Essa opção se relaciona diretamente com a natureza abrangente e de caráter tipológico desta tese. Dada a relativa homogeneidade do grupo bantu, a pesquisa bibliográfica resulta em uma variedade

maior de fatos ou línguas analisados, se comparada a uma pesquisa de campo, por exemplo. Assim, seria possível direcionar o levantamento de dados para as questões pertinentes à transitividade já que a quantidade e a profundidade dos trabalhos já realizados sobre as diferentes línguas bantu é bastante variável. Em outras palavras, o que ocorre é que há línguas descritas em vários aspectos e línguas com pouco registro. A escolha inicial foi de coletar dados de pelo menos uma língua de cada grupo das zonas Guthrie. No entanto, essa opção se mostrou ineficaz e até desnecessária. Não apenas pelo motivo acima elencado, mas porque a proposta da tese ganhou outra dimensão, menos categórica em relação ao que é comum às línguas bantu. A discussão sobre transitividade e os fenômenos discutidos não necessariamente se aplicam a todas elas. Esse fato, porém, não é relevante para o ponto central da tese: a existência de construções no grupo bantu que desafiam a visão categórica de transitividade, com implicações em análises tipológicas.

Outro ponto importantíssimo para a obtenção e a análise dos dados que considero importante discutir é o fato de eles serem registrados, glosados e traduzidos de acordo com o autor e/ou a língua em que o material foi produzido (majoritariamente em inglês e francês, mas também em português e alemão). Esse é um desafio que Negrão & Viotti (2021) abordam com detalhes e do qual tratarei brevemente.

As traduções apresentadas abaixo das glosas foram refeitas por mim com base nas glosas. Fiz isso porque entendo que os elementos que busco observar nas línguas bantu podem ficar menos evidentes com traduções que transmitam a ideia mais geral dos enunciados ou que estejam adaptadas à língua alvo. É certo que as glosas, a princípio, têm a função de expor não apenas o sentido mas também características gramaticais dos dados. No entanto, a partir da tradução que fiz dos dados encontrados, julgo tornar mais evidentes os fenômenos observados adotando uma tradução mais literal a partir das glosas, mesmo que o resultado seja uma sentença pouco usual ou até agramatical em português. Dessa maneira, a organização sintática do dado bantu fica mais evidente. Nos casos em que considerei necessário à ilustração de um argumento, apresento também uma tradução mais próxima da encontrada originalmente no material-fonte utilizado.

Essa opção em relação às glosas e à tradução não resolvem os problemas em termos de uma abordagem descolonial levantados por Negrão & Viotti (2021). Continuo, assim, utilizando categorias comuns à tradição da descrição de línguas

indo-europeias e as traduções dos dados para línguas indo-europeias podem ter influenciado na interpretação dos dados. No entanto, sempre que possível busco modalizar a classificação de determinadas estruturas, utilizando termos como "partícula similar a uma preposição" em vez de "preposição", simplesmente.

Por essas razões, utilizo também uma terminologia ligada mais a fenômenos cognitivos como *figura* e *fundo* ou *trajetor* e *marco* ligados à Gramática Cognitiva (Langacker, 1987, 1991, 2001, 2008). Isso não implica uma recusa em associar essas noções a categorias linguísticas, mas é uma ressalva importante a ser feita, sobretudo em um estudo que se pretende tipológico e, de certo modo, comparativo. Dessa maneira, apresento na seção seguinte alguns dos conceitos utilizados pela Gramática Cognitiva, à qual recorro nesta tese.

1.4 Um brevíssimo glossário da Gramática Cognitiva

A Gramática Cognitiva é uma abordagem teórica específica dentro de uma tendência mais ampla que tem se consolidado como "Linguística Cognitiva" (Croft *et al.*, 2004; Evans & Green, 2006; Geeraerts & Cuyckens, 2007). Entre os princípios dessa abordagem mais ampla está o "compromisso cognitivo" que consiste na necessidade de as explicações dos fenômenos linguísticos serem coerentes com os mais recentes consensos sobre a cognição humana (Lakoff, 1990). Nesse sentido, a gramática não é entendida como um módulo autônomo da cognição humana, mas uma entre suas diferentes manifestações corporais. A Gramática Cognitiva de Langacker (1987, 1991, 2001, 2008) propõe que a língua é um estoque de unidades linguísticas que emergem e se consolidam através do uso de de processos cognitivos de esquematização e arraigamento. Esses processos não são diretamente referidos na presente tese, mas como utilizo alguns conceitos da teoria, passo a descrever seus usos em uma espécie de 'miniglossário' abaixo:

Perfilamento

Um termo bastante recorrente é 'perfil' e outras palavras derivadas como 'perfilmento' ou o verbo 'perfilar'. O *perfil* para a Gramática Cognitiva designa uma subestrutura específica à qual a atenção dos conceitualizadores está direcionada. Essa subestrutura é parte de uma base conceitual maior, que engloba a percepção mais objetiva do mundo. Por exemplo, a palavra *cotovelo* designa uma subestrutura específica dentro de uma base conceitual que envolve um braço, um corpo e um

ser com membros articulados (em geral, humano). Outra maneira de caracterizar o *perfil* é "o que se concebe como designado ou referido pela expressão dentro de sua base (seu referente conceitual)" (Langacker, 2008 : p. 66).

A noção de perfil é importante porque um mesmo evento pode ser construído linguisticamente de maneiras diferentes, implicando perfis diferentes: enquanto uma expressão como "menina inteligente" perfila uma entidade do tipo 'coisa', "essa menina é inteligente" perfila uma 'relação', e é a distinção entre entidade, coisa e relação que apresento a seguir.

Entidade x Coisa x Relação

No esforço de associar determinadas formas de construir unidades linguísticas à cognição humana, a Gramática Cognitiva considera duas formas no mundo perceptível passíveis de serem construídas: a *coisa* e a *relação*. Ambas se constituem como *entidades* referenciáveis, portanto o termo *entidade* se coloca como uma categoria superordenada às outras duas, e o termo é utilizado quando o perfil de algum elemento não é definido.

As *coisas* são os elementos conceitualizados de modo "reificado", ou seja, são experiências concebidas como objetificáveis, manipuláveis ou referenciáveis enquanto um ser. De modo geral, correspondem ao perfil evocado por expressões nominais ou nominalizadas. Já as *relações* são entidades percebidas como a interação entre duas entidades, e podem ser *processuais* ou *não processuais*: as primeiras se desenvolvem no tempo (normalmente expresso pelo tempo verbal) e outras evocam uma conceitualização atemporal.

Trajetor e marco

Nas relações, as entidades que se relacionam são conceitualizadas com proeminências perceptuais distintas: ainda que todas estejam acessíveis, há uma relação de figura e fundo entre as entidades envolvidas em uma relação. Assim, algumas se sobressaem em relação às outras. A entidade que tem maior proeminência em uma relação é chamada de *trajetor* (TR) e costuma ser o ponto inicial da conceitualização de uma determinada construção. A entidade com menor proeminência recebe o nome de *marco* (LM). Em uma oração, o sujeito é prototipicamente o trajetor da relação, ao passo que um eventual objeto será o marco.

Evidentemente, essa explicação é bastante resumida e ilustra apenas os termos mais recorrentes ao longo da tese. Nos casos em que outros conceitos são utilizados

para apresentar um argumento, estes serão explicados no capítulo em que são mobilizados. Os termos aqui descritos são basilares e recorrentes em toda a tese, por isso esse destaque.

Além dos conceitos apresentados acima, há outra discussão terminológica a ser feita, especificamente no que diz respeito aos trabalhos utilizados como fonte para os dados e à tradição dos estudos bantuístas ou de descrição de línguas não indo-europeias em geral. É o que comento na próxima seção.

1.5 Terminologia e consistência

As línguas bantu são descritas e analisadas há muito tempo, por estudiosos de diferentes formações e com diferentes objetivos e perspectivas, o que inevitavelmente acarreta uma baixa padronização no que diz respeito não apenas às glosas, como vimos anteriormente, mas também em relação aos nomes das línguas e às maneiras de referenciá-las. Nesta breve seção, explicitarei as opções feitas para a construção desta tese, de modo a estabelecer – ao menos – uma consistência interna, ainda que divirja de outros trabalhos sobre línguas africanas em geral e bantu em específico.

Para cada língua mencionada nesta tese, em todas as ocorrências, apresento em seguida o código alfanumérico correspondente à classificação estabelecida por Guthrie (1967-71) e atualizada por Maho (2003). O kimbundu, por exemplo, é referenciado pelo código (H21). Ainda assim, o código empregado aqui é sempre idêntico ao utilizado pela autora ou autor cujo trabalho serviu de fonte para o dado. Essa referenciação alfanumérica é importante pois, como mencionado, é possível encontrar divergências na nomenclatura das línguas. Em geral, optei por padronizar a referência ao nome das línguas com a inclusão da classe nominal, como ocorre com o kimbundu e o chichewa, por exemplo. No entanto, há línguas cujo nome estão consagrados não apenas na literatura bantuísta, mas também em trabalhos linguísticos das mais diversas naturezas, como o swahili, o zulu, o xhosa.[4] Nestes casos, mantive o nome sem o prefixo de classe nominal. Essa escolha se deve à opção por facilitar o trabalho de busca em leitores eletrônicos, bem como manter os nomes mais familiares para leitores que porventura não sejam bantuístas ou africanistas. Pelo mesmo motivo, opto por não seguir as sugestões

[4]Em diferentes materiais, podem aparecer como kiSwahili, isiZulu e isiXhosa, respectivamente, com a classe nominal.

apresentadas por Petter (2015*b*) de grafar os nomes de línguas africanas seguindo as orientações da norma padrão da língua portuguesa no Brasil. No entanto, é importante esclarecer que mantenho o nome das línguas com inicial minúscula – independente de apresentar ou não o prefixo de classe – e o termo que nomeia o grupo é utilizado de modo invariável, sempre por meio da palavra *bantu*, com *u* no final e com a letra *b* inicial minúscula. Dessa forma, ao longo da tese, escrevo que chichewa (N30) e swahili (G42) são línguas bantu.

1.6 Organização da tese

O próximo capítulo, *Estrutura ativa e orientação aos eventos*, expõe o cerne da questão desta tese: a discussão sobre transitividade como um fenômeno fluido e gradiente. Essa abordagem, feita com base nos parâmetros presentes na proposta de Hopper & Thompson (1980), permite que um contínuo de transitividade seja estabelecido, com um polo de mínima transitividade possível em um lado e um polo de máxima transitividade no outro. Importante salientar que uma construção prototipicamente transitiva se encontra mais próxima do polo de transitividade máxima, mas não exatamente sobre ele. Na transitividade prototípica, a distinção entre os participantes é o elemento mais relevante para a configuração de uma construção com mais de um participante. Nesse sentido, discuto mais especificamente como é possível as línguas organizarem seus modos de construção de sentido pela *transitividade média*. Esse termo nomeia um modo de conceitualização de eventos distinta daquelas que Langacker (1991; 2000; 2006; 2008) propõe como caminhos naturais. O que proponho é que, para além do esquema da bola de bilhar e da organização por autonomia e dependência, há uma maneira de conceitualizar eventos que não parte da fonte de energia (codificada por um arquétipo de *agente*) nem do receptáculo dela (o *tema*, em geral). Trata-se de um modo de conceitualização que se concentra antes na relação que nas coisas relacionadas. Em outras palavras, a distinção entre *evento* e *estado* é mais saliente para essas línguas que a distinção entre quais papéis são desempenhados pelos participantes da relação. Nesta tese, argumento que a região intermediária do contínuo de transitividade considera com igual proeminência outros fatores semânticos envolvidos na transitividade, como a agência, a volição e a individuação dos participantes, por exemplo. Ainda nesse capítulo, aproximo a "orientação ao evento" (Wichmann, 2007) da descrição

tipológica apresentada por Klimov (1974) do que é uma "estrutura ativa". Eu utilizo a distinção tipológica sugerida por Wichmann (2007), que separa tipos de gramática em "orientadas aos participantes" e "orientadas ao evento". A "estrutura ativa" de Klimov (1974) é orientada ao evento, enquanto os sistemas de alinhamento nominativo-acusativo e ergativo-absolutivo configuram uma orientação aos participantes. Os parâmetros de orientação ao evento são, na verdade, formas de expressar a transitividade de um modo não prototípico (para línguas acusativas ou ergativas), em que a distinção entre as funções sintáticas (sujeito x objeto) não encontra correlação na distinção entre papéis temáticos (agente x paciente). Nos termos da Gramática Cognitiva, a assimetria de proeminência (sujeito x objeto) não corresponde à assimetria de papéis (agente x paciente). Dessa maneira, o capítulo 2 – *Estrutura ativa e orientação aos eventos* – também apresenta uma discussão tipológica em relação aos diferentes tipos de alinhamento da marcação de participantes.

Além desse primeiro capítulo com a discussão teórica na qual esta tese se baseia, há mais três capítulos cujo conteúdo é a análise de diferentes construções das línguas bantu que demonstram características de orientação ao evento. O primeiro fenômeno analisado é a expressão de qualidades. Considerada um elemento incomum para línguas com sistema de alinhamento acusativo, a expressão verbal de propriedades é uma das estratégias mais comuns em línguas bantu. No Capítulo 3 – *Codificação de qualidades* – apresento os três principais tipos de construção utilizados em línguas bantu para atribuir características a um elemento nominal: os adjetivos como classe de palavras, as construções conectivas e o uso de orações finitas. Considero que essas três estratégias apresentam uma gradação de transitividade e que as línguas bantu privilegiam construções mais transitivas (conectivas e verbais) para modificação nominal. Nesse capítulo, faço também um breve comparativo com outras línguas que privilegiam construções mais transitivas para expressar qualidades: o kamaiurá (tupi), uma língua que notadamente apresenta um sistema de marcação de pessoas de tipo ativo-estativo, e o japonês, cuja expressão de atributos tende a ser mais transitiva que as construções adjetivais em línguas indo-europeias.

No Capítulo 4 – *Construções de inversão* – apresento as construções que talvez representem o maior desafio para a análise das relações entre função gramatical

e papel semântico: as construções de inversão. Com base na tipologia dessas construções em bantu elaborada por Marten & van der Wal (2014), apresento a variedade de possibilidades de papéis semânticos aceitos na posição pré-verbal com acionamento da concordância de sujeito no verbo. Considerando as noções apresentadas anteriormente de *trajetor* e *marco* em um contexto oracional, analiso os elementos pré-verbais como sujeitos das orações em construções de inversão e estas como uma estratégia de redução da transitividade na expressão de eventos com dois ou mais participantes.

O quarto capítulo – *As extensões verbais bantu e a orientação ao evento* – apresenta usos das extensões verbais que afetam a transitividade das construções. Essas extensões são derivações sufixais dos verbos e no capítulo em questão eu discuto quatro delas: a causativa **-i-/*-ici-*, a aplicativa **-ɪd-*, a neutra **-ik-* e a passiva **-ʊ-/-ibʊ-*. Esses morfemas estão associados à alteração de valência verbal, por isso sua relação intrínseca com fenômenos de transitividade. Os dados apresentados no capítulo 5, porém, mostrarão que a alteração do nível de transitividade não corresponde a um acréscimo ou decréscimo do número de participantes expressos em uma oração, mas a uma mudança na própria conceitualização do evento que o verbo denota, que pode – ou não – acarretar a mudança do número de participantes envolvidos. Assim, enquanto o morfema causativo e o aplicativo aumentam a transitividade, mas nem sempre aumentam o número de participantes, os morfemas neutro e passivo reduzem a transitividade sem necessariamente reduzir o número de participantes. Essa discussão situa as derivações verbais das línguas bantu como fenômenos de orientação ao evento, que orienta as construções ao evento e não aos participantes.

No capítulo de *Conclusões*, há uma retomada dos principais argumentos elaborados em cada um dos capítulos, bem como indicações de desenvolvimento futuro para consolidação ou refutação dos achados desta tese. Como principal proposta, há a investigação diacrônica das línguas bantu, que pode levantar indícios sobre o estatuto dessa construções orientadas aos eventos como reminiscências de um estágio anterior do grupo ou uma inovação. Um possível caminho é o aprofundamento da hipótese de Nurse (2007) de que a categoria tempo tenha emergido posteriormente ao aspecto nas línguas bantu. A prevalência de aspecto sobre tempo também é uma das características de orientação ao evento, sugerindo

que as construções discutidas nesta tese – ou o princípio de organização estrutural que as norteia, ou seja, a orientação ao evento – estejam presentes desde estágios iniciais do grupo linguístico.

Capítulo 2

Estrutura ativa e orientação aos eventos

Neste capítulo, apresentarei os conceitos de estrutura ativa e de orientação aos eventos a partir de uma abordagem gradual da transitividade como categoria analítica. Conforme anunciado na introdução desta tese, defendo que alterações de transitividade revelam mudanças no ponto de vista adotado pelos falantes ao codificar um evento linguisticamente. Nesse sentido, a *orientação aos eventos* (Wichmann, 2005, 2007) é uma tendência na codificação de eventos em que a conceitualização do evento não se orienta pelos participantes do evento em questão, mas pelo grau de realização do evento em si. Ela se opõe à estratégias baseadas em uma *transitividade prototípica*, em que, como veremos, a codificação da distinção entre os participantes é preferida em termos de conceitualização. Em outras palavras, há línguas que tendem a uma transitividade que atribui maior saliência a uma relação denotada e menor saliência aos seus participantes; e há línguas que tendem à transitividade prototípica, para as quais os papéis desempenhados pelos participantes em um evento recebem maior saliência. Isso pode se revelar por meio do alinhamento dos nominais em uma oração, mas também por meio de outras tendências sistêmicas, tais como a codificação de qualidades, a diluição da distinção categórica entre sujeito e objeto e derivações semânticas que marcam mudança nos níveis de transitividade.

O termo *orientação aos eventos* busca direcionar, à conceitualização de eventos,

as características gramaticais que a expressão 'estrutura ativa' cunhada por Klimov (1974) abarca como conceito. Assim, o principal objetivo deste capítulo é buscar redefinir a estrutura ativa em termos do conceito de orientação aos eventos, criado por Wichmann (2005, 2007) para contrapor o que ele chama de "orientação aos participantes", como veremos mais adiante.

Ainda que a transitividade não se relacione exclusivamente ao alinhamento de participantes, esse fator tem sido central para a caracterização tipológica das variações de transitividade. Portanto, esse é o primeiro tópico a ser discutido neste capítulo.

O alinhamento de participantes é a forma como marcações morfossintáticas em nominais (ou a ausência delas) caracterizam, grosso modo, sujeitos e objetos – em uma visão tradicional de transitividade, que divide os verbos em transitivos e intransitivos. Na seção 2.1, traçarei um breve retrospecto da ideia de alinhamento do ponto de vista tipológico, no intuito de mostrar como, após mais de um século de trabalhos tanto descritivos como comparativos, a divisão das línguas em grandes grupos baseados no comportamento do sujeito com verbos transitivos e/ou intransitivos não tem mais o mesmo poder explicativo que já teve.[1]

O tipo de alinhamento corresponde a um determinado modo de codificar a conceitualização de eventos. Em um dos modos, os sujeitos têm o mesmo comportamento em orações transitivas e intransitivas, diferenciando-se dos objetos de orações transitivas – o chamado *sistema nominativo-acusativo*. Em outro modo, os sujeitos de verbos intransitivos comportam-se como objetos de orações transitivas, distinguindo-se dos sujeitos de orações transitivas – o *sistema ergativo-absolutivo*. As diferentes manifestações de alinhamento também serão discutidas em linhas gerais na seção 2.1.

Essas duas possibilidades têm na distinção entre sujeitos e objetos um fator fundamental para a construção linguística das diferentes conceitualizações de eventos. Na seção 2.2 procuro mostrar que essa característica favorece a transitividade prototípica, com base nas propostas de Hopper & Thompson (1980), Langacker (1991, 2008) e Næss (2007) sobre transitividade. Ao argumentar que a transitividade é

[1] Aqui, utilizo os termos *transitivo* e *intransitivo* como propriedades de verbos com dois participantes e com um participante, respectivamente, apenas para fins introdutórios. Ao longo do capítulo – e da tese – defenderei que a transitividade é uma propriedade das construções linguísticas em geral, não apenas dos verbos.

(i) um fenômeno das construções e não do verbo e (ii) gradual e não categórica, procuro evidenciar que a análise tipológica das línguas quanto à transitividade precisa ser estabelecida a partir de novas bases, para além do alinhamento e do número de participantes denotados em uma oração.

A Gramática Cognitiva de Langacker (1991, 2008) propõe dois modelos que explicam a prevalência de uma organização gramatical em nominativo-acusativo ou em ergativo-absolutivo: respectivamente, a conceitualização em termos de *cadeia de ação* e *autonomia/dependência*. Esses modelos correspondem a estratégias de conceitualização orientadas, respectivamente, ao agente e ao tema. No caso dos alinhamentos que não correspondem a nenhum dos sistemas mencionados anteriormente, há uma lacuna explicativa na Gramática Cognitiva, preenchida pela vaga noção de "estratégia mista" (Langacker, 2008 : p. 375). Na seção 2.3, explico por que o estudo do sistema das línguas com estrutura ativa é relevante para este trabalho e introduzo características dessas línguas que extrapolam o alinhamento dos participantes. Meu objetivo é mostrar que há diferentes estratégias (inclusive não oracionais) para expressar esse tipo de transitividade orientada aos eventos.

Por fim, a seção 2.4 mostra como os fenômenos de transitividade nas línguas bantu levaram ao problema de pesquisa abordado por esta tese, ao codificarem a estrutura ativa sem expressá-la em um padrão de alinhamento ativo-estativo. Essa seção introduz os três fenômenos selecionados para exemplificar a orientação aos eventos nesse grupo de línguas que serão objeto dos próximos três capítulos: a codificação de qualidades, as construções de inversão a alteração de transitividade por derivações verbais.

2.1 Tipologia de alinhamentos

A noção de *alinhamento* diz respeito à marcação dos elementos nominais em construções com um ou com dois participantes, ou seja, ela diz respeito a como (e se) as línguas marcam morfossintaticamente as relações entre nomes e verbos. Nas palavras de Siewierska (2003 : p. 339), o termo *alinhamento* "denota como funções gramaticais centrais são organizadas umas em relação às outras".[2] Essas funções gramaticais centrais são os termos que denotam os participantes envolvidos

[2] *(...) denotes how core grammatical functions are organised relative to each other* – no original.

diretamente em um evento denotado, ou seja, em termos sintáticos, o sujeito e os complementos verbais.

Dixon (1979) introduziu as siglas S, A e O, que vêm sendo usadas na literatura para se referirem aos "primitivos sintático-semânticos" de "sujeito intransitivo", "sujeito transitivo" e "objeto transitivo", respectivamente (1979 : p. 6).[3] Uma vez que o uso delas se consolidou nos estudos linguísticos, manterei os rótulos S, A e O para me referir respectivamente ao participante único denotado, ao participante mais saliente denotado e ao participante menos saliente denotado ao tratar de orações.

Ao retraçar um histórico do uso dessas siglas, Haspelmath (2011) afirma que seu uso é considerado parte do conhecimento geral na Linguística desde os anos 1980, mas o termo *alinhamento* não é universalmente utilizado. Assim sendo, é importante explicitar que utilizo o termo *alinhamento* para tratar dos padrões morfossintáticos pelos quais se organizam as relações entre os verbos e os nominais a eles diretamente relacionados. Mais especificamente, o termo é usado aqui para descrever sistemicamente como se comportam os elementos nominais em construções verbais com um, dois ou mais participantes centrais. Tomemos os dados do português brasileiro em (3) como exemplo:

(3) Português brasileiro[4]

a. Eu chutei a bola
1SG(A) chutar-1SG.PSD(V) a bola(O)

b. Eu durmo muito
1SG(S) dormir-1SG.PRS(V) muito

c. A professora me aprovou
DEF.F professora(A) 1SG(O) aprovar-3SG.PSD.PERF(V)

d. Ela me levou à diretoria
3SG.F(A) 1SG(T) levar-3SG.PSD.PERF(V) a-DEF.F diretoria(R)

Como o sistema pronominal do português brasileiro tem resquícios de marcação de caso, é mais explícito o alinhamento entre a marca de primeira pessoa do

[3] Alguns autores utilizam P (de *paciente*) em vez de O (de *objeto*). Como espero deixar claro neste capítulo, o uso dessas siglas específicas é arbitrário, a ponto de Lazard (1986) utilizar as siglas X, Y e Z correspondendo a A, O e S, respectivamente.

[4] As siglas T (de tema) R (de recipiente) fazem parte das construções com três participantes e tratarei delas logo adiante.

singular – *Eu* – como elemento A em (3a) e como S em (3b) em oposição à primeira pessoa do singular – *me* – quando elemento O, que vemos em (3c).[5] Dessa maneira, a língua apresenta um padrão de alinhamento em que (S = A) $\neq$ O nessas construções que, como mostrarei mais adiante, se aproximam de uma construção prototipicamente transitiva. Esse padrão é correntemente conhecido por *acusativo* ou *nominativo-acusativo*, conforme mencionado anteriormente.

Ao analisarmos uma língua com alinhamento diferente, fica evidente que as noções de sujeito e objeto não bastam para explicar as estruturas linguísticas de modo universal. Observemos os seguintes dados do ngiyambaa, uma língua falada pelos Wangaaypuwan e os Weilwan na região de Nova Gales do Sul, Austrália:

(4) Ngiyambaa (Pama-nyungan)

a. Miri-gu bura:y gadhi-yi.
cachorro-ERG(A) criança(ABS)(O) morder-PSD(V)
'O cachorro mordeu uma criança'

b. Mamie-gam-bula: Eva-gam-bula: manabi-nji.
Mamie-NOME-DU(ABS)(S) Eva-NOME-DU(ABS) caçar-PSD(V)
'Mamie e Eva caçaram'

c. Guya=ndu bura:y ŋu-nhi.
peixe(ABS)(T)=você.NOM(A) criança(ABS)(R) dar-PSD(V)
'Você deu um peixe a uma criança'

(Donaldson, 1980 citado em Haspelmath, 2011, p. 536)

Sobre os dados em (4) é importante salientar, em primeiro lugar, a dificuldade em se estabelecer o sujeito de (4b) com parâmetros puramente morfossintáticos, afinal, os nominais não recebem caso ergativo nem nominativo. Com uma vaga noção semântica, seria possível afirmar que o caso absolutivo marca o objeto dos verbos com dois argumentos em (4a) e o sujeito dos verbos intransitivos em (4b), ao passo que o caso ergativo marca o sujeito de verbos com dois argumentos em (4a) e o nominativo marcaria o sujeito de verbos com três participantes em (4c). De acordo com Haspelmath (2011), essa abordagem seria "não rigorosa e etnocêntrica"

[5] Um fenômeno interessante para pesquisas futuras sobre transitividade em português brasileiro é a neutralização dessa distinção, generalizada para a terceira pessoa (p. ex. *a professora aprovou ele*) mas observável também em outros casos, como em enunciados estigmatizados (p. ex. *a professora aprovou eu*).

(p. 538). Não rigorosa, pois não permite explicar os dados de (4) em termos de propriedades próprias de sujeito (como controle sobre a concordância verbal, posição na ordem de palavras etc.), por exemplo, e etnocêntrica por descrever uma língua australiana baseada em conceitos próprios de gramáticas europeias. Isso é perceptível se compararmos os dados do português brasileiro e do ngiyambaa.

Retomo, para isso o dado (3d), repetido aqui como (5):

(5) Ela me levou à diretoria
3SG.F(A) 1SG(T) levar-3SG.PSD.PERF(V) a-DEF.F diretoria(R)

O exemplo em (5), do português brasileiro, apresenta a preposição *a* marcando a distinção entre *me* e *diretoria*: o primeiro é objeto direto e o segundo é objeto indireto. Essa abordagem para objetos é ineficiente para os dados do niyambaa em (4c), por exemplo, uma vez que os dois 'objetos' são marcados igualmente com o caso absolutivo. Assim, adotar as siglas T e R (para *tema* e *recipiente*) evita que haja a pressuposição de que uma estrutura "eurocêntrica" (com objetos diretos e indiretos) seja um padrão do qual outras organizações se desviam.

O uso das siglas para tratar da tipologia de alinhamentos, portanto, permite identificar que há uma tendência no ngiyambaa de codificar os participantes de modo distinto ao apresentado anteriormente: nessa língua, A $\neq$ (S = O). É esse tipo de alinhamento que Dixon (1979, 1994) chama *ergativo*.

Um dos problemas da abordagem de Dixon apontado por Haspelmath (2011) é a de que essas siglas se baseiam em uma noção vaga de transitividade que não permite a distinção clara entre orações transitivas e intransitivas. Dessa forma, o autor sugere que a abordagem proposta por Comrie (1989) seja melhor, por estabelecer A e O como conceitos comparativos para os dois argumentos de uma típica oração de ação.[6] Assim, seu uso descritivo seria irrelevante, uma vez que em línguas como o inglês (ou o português brasileiro, por enquanto) a distinção entre A e S não existe. A principal diferença em relação à proposta de Dixon, no entanto, reside na direção da definição do alinhamento: a transitividade é definida pelos elementos presentes na oração e não o inverso. Em outras palavras, se para Dixon, é preciso saber se uma oração é transitiva ou intransitiva para definir se os elementos presentes correspondem a A, O ou S, para Comrie (1989), uma

[6]Comrie (1989) utiliza P (a partir de *paciente*) em vez de O (p. 111).

oração que apresenta A e O é transitiva, e as orações que não apresentam ambos os elementos são intransitivas. O problema que Haspelmath (2011) identifica na proposta de Dixon é o fato de ela se basear na identificação imediata da distinção entre orações transitivas e intransitivas translinguisticamente – o que não é uma tarefa trivial, como mostram os dados do ngiyambaa acima. Para Haspelmath, "não há critérios sintáticos aplicáveis translinguisticamente para identificar orações (mono)transitivas" (2011 : p. 544).[7] Assim, a proposta de Comrie para o alinhamento seria mais vantajosa por assumir que essa identificação somente é possível internamente a uma língua, uma vez estabelecidos critérios específicos. Como procuro demonstrar neste capítulo, considero que ambas as propostas são, porém, muito próximas, por tratarem a transitividade como característica verbal e categórica, com forte apelo ao número de participantes denotados por uma oração.

Esse posicionamento dos autores se explicita ao observarmos que trabalhos tipológicos como os de Hopper & Thompson (1980), Kittilä (2002) e Næss (2007) são criticados no histórico levantado por Haspelmath por não estabelecerem uma delimitação precisa entre orações transitivas e não transitivas. No entanto, essa é, a meu ver, a maior contribuição que esses trabalhos têm para a compreensão da transitividade: o princípio de que esse fator gramatical é gradual e não categórico. É essa visão de transitividade que sigo nesta tese e com a qual é possível analisar as línguas tanto descritiva quanto comparativamente, a partir das estratégias utilizadas por elas para elaborar construções que ora se aproximam, ora se afastam de uma construção prototipicamente transitiva. Definir como se constitui o protótipo de construção transitiva é o objetivo da próxima seção.

Antes de passar a ela, porém, é necessário ainda introduzir mais detidamente os sistemas de alinhamento em que o participante S se comporta ora como A, ora como O, distinguindo-se tanto do sistema *acusativo* como do *ergativo* já mencionados. Essa variação de comportamento na codificação de participantes únicos em construções verbais é observada e discutida pelo menos desde os trabalhos de Uhlenbeck (1916), de acordo com Sapir (1917*a*). Nesse sistema, a categoria S não basta para fazer referência ao participante de uma oração quando ele é único, pois há marcações morfológicas que criam uma distinção entre dois tipos de partici-

[7] *(...) there are no crosslinguistically applicable syntactic criteria for identifying (mono)transitive clauses* – no original.

pante único: um que se assemelha ao participante A e outro que se assemelha ao participante O. A literatura varia quanto à nomenclatura utilizada para esse sistema: "S-cindido" (Dixon, 1994), "estativo-ativo" (Nichols, 1990), "ativo-estativo" (Seki, 1990), "ativo-inativo" (Klimov, 1974), "alinhamento semântico" (Donohue & Wichmann, 2008), para mencionar alguns exemplos. A partir deste momento, sempre que utilizar "alinhamento semântico", faço referência exclusivamente a esse sistema de marcação de participantes.[8] Para contrastarmos esse tipo de alinhamento com aqueles apresentados nos dados do português brasileiro em (3) e do ngyambaa em (4), observemos os dados em (6) do kamaiurá, língua da família tupi-guarani falada pela população de mesmo nome que habita a região do Alto Xingu, no Mato Grosso:

(6) Kamaiurá (tupi-guarani)

a. a-ha rak-e ko'yt
1SG(S_a)-ir(V) TA PART
'Eu fui'

b. Yrypari-a ane a-'awyky-n a'ewa
cesto-FN(O) primeiro 1SG(A)-fazer(V)-INT PART
'Eu vou fazer cestos primeiro'

c. je katu rak-e ko'yt
1SG(S_o) bom TA-EP PART
'Eu era bom'

d. akwama-'e-a je r-ecak
homem-FN(A) 1SG(O) RLC-ver(V)
'O homem me viu'

(Seki, 1990)

Nesses dados, pode-se observar que a marca de primeira pessoa do singular ocorre como **a-** em (6a) e (6b), mas como **je** em (6c) e (6d). No caso de (6a) e (6c), o único elemento nominal varia de acordo com sua agentividade, assumindo a forma de A no primeiro caso e de O no segundo, por isso as anotações assinaladas

[8]Conforme ficará claro ao longo do capítulo e da tese, uma tipologia com base na transitividade deve levar em consideração outros aspectos da língua. Esse conjunto de características mais abrangente (do qual o alinhamento semântico pode ser uma manifestação) é o que chamo de "orientação aos eventos", seguindo Wichmann (2007).

por mim nas glosas como S_a e S_o, respectivamente. Essa distinção entre as funções dos dois morfemas de primeira pessoa fica evidente em (6b) e (6d), que apresentam respectivamente a primeira pessoa como A e O em orações com mais de um participante. O ponto a destacar aqui é que, para línguas com esse tipo de alinhamento, a distinção entre sujeito e objeto é menos relevante à gramática que a conceitualização evocada pelos nominais em sua relação com o evento ou estado denotado. Nesse sentido, um verbo ser transitivo ou intransitivo não parece contribuir para uma análise de construções nessa língua. Assim, usar "intransitivo cindido" é projetar uma categoria indo-europeia sobre uma língua para a qual talvez não seja pertinente. Com uma observação bastante pertinente sobre a terminologia usada para esse sistema, Mithun & Chafe (1999) colocam a relação entre alinhamento e a transitividade limitada ao número de participantes em uma nova perspectiva (como a que busco adotar nesta tese): "falantes de línguas iroquesas poderiam dizer com idêntica justeza que o inglês é uma língua de 'paciente cindido', uma vez que o inglês às vezes marca pacientes como sujeito, às vezes como objetos" (p. 578).[9] No mesmo trabalho, os autores questionam o uso das siglas A, O e S que apresentei até aqui. Primeiramente pela artificialidade que as distinções entre A e S_a e entre O e S_o representam, mas também pela pressuposição de que todo elemento A é um agente, o que se evidencia equivocado em línguas que apresentam orações com dois participantes em que ambos são pacientes. É o caso do lakota, língua siouana falada na região das grandes planícies, no norte dos EUA:

(7) Lakota (siouano)

?iye-ni-ma-hakeča
mesmo-2.PACIENTE-1.PACIENTE-ser.de.tamanho

'**Eu (PACIENTE)** sou da mesma altura que **você (PACIENTE)**.'

(Boas & Deloria, 1939, citado em Mithun & Chafe, 1999, p. 579)

Vê-se em (7) que o verbo **hakeča** tem dois nominais associados e ambos aparecem na forma pacientiva: **ni-** e **ma-**. Nesse caso, a distinção entre A e O é bastante difícil de estabelecer. A seguir rigorosamente os parâmetros de

[9] *Speakers of Iroquoian languages could say with equal justification that English is a 'split patient' language, since English sometimes marks patients as subjects, sometimes as objects.* – no original.

transitividade propostos por Comrie (1989) que apresentei acima, a construção em (7) seria transitiva.

A maneira de abordar a transitividade como uma categoria gradiente vem sendo adotada também por outras autoras e autores e é a que utilizo nesta tese. Entendo transitividade como um fator gramatical que codifica o nível de efetividade na realização de uma relação, definição muito próxima daquela de Hopper & Thompson (1980), como mostrarei adiante. Nesse sentido, há nas línguas um protótipo de construção transitiva, que discuto na próxima seção.

2.2 Transitividade não categórica

Nesta seção, discutirei a noção de transitividade a partir de estudos que buscaram estabelecer bases para a distinção entre orações transitivas e orações intransitivas de um ponto de vista não formal. Conforme adiantei, entendo que a transitividade não é propriedade exclusiva do verbo, tampouco das orações. Seguindo Hopper & Thompson (1980), a transitividade diz respeito à expressão linguística da efetividade na realização de um evento. Consequentemente, quanto mais efetiva for essa realização, mais transitiva será a codificação linguística que a simboliza. Essa codificação não necessariamente é um verbo ou uma oração: os autores expandem a noção de transitividade para o nível discursivo; aqui, eu incluo também construções não verbais na expansão.

Como já mencionado, adoto a perspectiva da Gramática Cognitiva de que as unidades linguísticas são construções que expressam a conceitualização de um conteúdo objetivo no mundo a partir de um determinado ponto de vista. Assumir uma perspectiva não categórica sobre a transitividade, portanto, nos força a ampliar a proposta de Langacker (1991, 2008) que apresenta dois modelos explicativos para a conceitualização de eventos – que não abarcam o sistema de *alinhamento semântico* apresentado no início deste capítulo. Para isso, retomo sua proposta nesta seção para propor uma terceira estratégia de conceitualização, orientada ao evento em si e não aos participantes envolvidos nele. Ainda em consonância com a Gramática Cognitiva, há uma forma prototípica para a codificação transitiva que apresentarei aqui, tomando por base o trabalho de Næss (2007). Passo então a discutir essas abordagens sobre a transitividade e, em seguida, introduzo a noção de orientação aos eventos e a extensão dos parâmetros de prototipicidade de

transitividade para construções linguísticas não oracionais.

2.2.1 Transitividade na gramática e no discurso

O título desta subseção traduz o do famoso artigo de Hopper & Thompson (1980) e retoma o que mencionei há pouco: a transitividade é um fenômeno que perpassa diferentes níveis de análise linguística. Os autores contrariam a visão tradicional sobre a transitividade que a trata como uma propriedade das orações em que uma atividade é transferida de um agente a um paciente. Essa seria uma maneira de caracterizar um evento que efetivamente ocorreu. É a partir da observação sobre a efetividade na realização de uma ação em diferentes graus que são identificados parâmetros de transitividade, sugerindo uma escalabilidade na qual as diferentes construções linguísticas podem ser analisadas.

Uma vez que esses parâmetros são escalonáveis, análises sobre transitividade devem ser feitas tomando-a como fator gradual e a partir de cada enunciado em uma determinada língua. Em outras palavras, a distinção entre orações 'transitivas' e 'intransitivas' dá lugar a um tipo de descrição que considere construções mais transitivas e menos transitivas ou com maior transitividade e menor transitividade. Os parâmetros em questão são os que se apresentam na Tabela 1.1 abaixo:

Tabela 2.1: Parâmetros de transitividade para Hopper & Thompson (1980)

		ALTA TRANSITIVIDADE	BAIXA TRANSITIVIDADE
A.	PARTICIPANTES	2 ou mais participantes, A e O	1 participante
B.	CINESE	ação	não ação
C.	ASPECTO	télico	atélico
D.	PONTUALIDADE	pontual	não pontual
E.	VOLICIONALIDADE	volicional	não volicional
F.	AFIRMAÇÃO	afirmativo	negativo
G.	MODO	realis	irrealis
H.	AGENTIVIDADE	Alta agência	Baixa agência
I.	AFETAÇÃO	Participante menos proeminente totalmente afetado	Nenhum participante afetado
J.	INDIVIDUAÇÃO	Participantes altamente individuados	Participantes não individuados

Fonte: (adaptado de Hopper & Thompson, 1980 : p. 252 - *tradução minha*)

A análise de transitividade por meio desses parâmetros altera a forma de contrastar construções. Uma oração como *'minha irmã correu'* pode ser considerada mais transitiva que uma sentença com dois participantes, como *'crianças talvez não gostem de vegetais'*, por exemplo. Isso se deve ao fato de a primeira codificar uma maior efetividade na realização de um evento que a segunda, como vemos ao observar os diferentes parâmetros que compõem a transitividade:

minha irmã correu

Características de ALTA TRANSITIVIDADE: ação pontual; agente volitivo e com alta agência; modo realis e polaridade afirmativa.
Características de BAIXA TRANSITIVIDADE: 1 participante (logo, O não afetado e não individuado); ação atélica.

crianças talvez não gostem de vegetais

Características de ALTA TRANSITIVIDADE: 2 participantes.
Características de BAIXA TRANSITIVIDADE: não há ação; o evento é atélico e não

pontual; o A não tem volição e é pouco agentivo; o modo é irrealis; a polaridade é negativa; o O é pouco individuado e não é afetado.

Como se vê, há muitos elementos que aumentam a efetividade na realização do evento em *'minha irmã correu'* e muitos que diminuem essa efetividade em *'crianças talvez não gostem de vegetais'*. Tradicionalmente, a primeira sentença seria considerada intransitiva e a segunda seria transitiva, a julgar pelo número de argumentos que os verbos expressos exigiriam. No entanto, o que exponho aqui é que *'minha irmã correu'* é **mais transitiva** que *'crianças talvez não gostem de vegetais'*, ainda que apresente menos participantes. A transitividade, portanto, pode ser considerada uma categoria radial, com base em um protótipo do qual as construções linguísticas se aproximam ou se distanciam (Rosch, 1999; Lakoff, 1999; Geeraerts, 2006).

Ao estabelecer um contínuo de transitividade, Hopper & Thompson (1980) possibilitam observar a existência de dois polos: construções maximamente transitivas em um extremo (a denotação de um evento efetivado, com detalhes do máximo de elementos envolvidos) e a ausência total de efetividade em um evento no outro.[10] A forma como as línguas codificam cada um dos parâmetros é bastante variável, o que não impede trabalhos de natureza comparativa. Assim, uma vez estabelecido o modo como cada língua ou grupo de línguas constrói um evento prototipicamente transitivo, é possível analisar as diferentes construções daquela língua quanto à transitividade que, como vimos, é um fator gramatical não categórico.

Nas próximas seções, descrevo duas abordagens sobre a transitividade que se complementam na elaboração de um protótipo: a de Langacker (1991, 2008) e a de Næss (2007).

2.2.2 Assimetria de papéis e assimetria de proeminências

Conforme mencionado anteriormente, a Gramática Cognitiva de Langacker (1987, 1991) busca descrever os fatos linguísticos levando em consideração a existência

[10]Na arguição desta tese, a Prof.ª Dr.ª Heliana Ribeiro de Mello apontou para a possibilidade de a transitividade gradual ser compreendida em termos de radialidade, em vez de um contínuo. De fato, uma organização radial em torno do protótipo de transitividade torna a categoria menos escalar e contribui para elucidar o caráter gradual do fenômeno. Agradeço a sugestão e esse é um caminho que pode ser seguido em trabalhos futuros.

de uma pessoa conceitualizadora. Desse modo, as construções linguísticas refletem maneiras de percepção e conceitualização do mundo. Portanto, a distinção entre orações transitivas e intransitivas, assim como entre os alinhamentos acusativo e ergativo, são maneiras de codificar linguisticamente conceitualizações diferentes.

A abordagem das questões de alinhamento e transitividade passa necessariamente pela caracterização das noções de sujeito e objeto. Para a Gramática Cognitiva, essas noções são construídas de modo esquemático a partir de habilidades cognitivas como o direcionamento da atenção. Dessa maneira, a distinção entre sujeito e objeto se dá com base em uma distinção de proeminência, isto é, entre quais elementos são construídos como trajetor (TR) e quais são construídos como marco (LM) dentro de uma determinada relação. Neste trabalho, portanto, considero que "um sujeito é um nominal que codifica o trajetor de uma relação perfilada; um objeto é um [nominal] que codifica o marco" (Langacker, 2008 : p. 365).[11] Em outras palavras, sujeito é o elemento de uma relação construído com maior proeminência e objeto é o elemento construído com menos proeminência no *construal*. Ou seja, a elaboração de nominais como sujeito ou como objeto está ligada ao modo como cada língua convenciona a codificação do direcionamento da atenção do conceitualizador ao observar uma determinada situação. Assim, as diferenças de seleção dos elementos que funcionam como sujeitos e como objetos encontradas translinguisticamente são reflexos de variações nas convenções de direcionamento da atenção para as funções desempenhadas pelos elementos codificados como nominais.

É importante assinalar que os *construals* linguísticos se dão sobre a percepção do que a Gramática Cognitiva chama *conteúdo conceitual*, que é a percepção imediata e pré-linguística do mundo. É no nível do conteúdo conceitual que se revelam *assimetrias de papel*, ou seja, a diferenciação entre um elemento que é agente e outro que é paciente em uma determinada relação processual. É justamente a expressão da assimetria de papel que se revela na diferença entre *o homem mordeu o cachorro* e *o cachorro mordeu o homem*. Trata-se de duas situações distintas; são dois conteúdos conceituais distintos – há uma troca nos papéis de agente e de paciente com a inversão da posição dos nominais na oração.

[11] *a subject is a nominal that codes the trajector of a profiled relationship; an object is one that codes the landmark* – no original.

Não são duas maneiras de expressar o mesmo evento ocorrido no mundo, mas dois acontecimentos diferentes cuja distinção se revela linguisticamente.

Para além disso, a codificação linguística expressa também – desta vez no nível do *construal* – uma *assimetria de proeminência*, que é mudança do direcionamento da atenção do conceitualizador. É uma maneira de codificar a alternância entre trajetor e marco. Vejamos como uma mesma situação pode ser construída de modos diferentes, a depender do direcionamento da atenção que a construção impõe: *o cachorro mordeu o homem* e *o homem foi mordido pelo cachorro* não correspondem a dois eventos completamente diferentes, assim como a relação temática exercida por *'o cachorro'* e *'o homem'* também não muda entre as duas orações (*'o cachorro'* é paciente e *'o homem'* é agente em ambas). As construções distintas refletem uma mudança na organização de trajetor e marco, ou seja, uma alternância na atribuição de maior proeminência, ora feita ao agente (*o cachorro mordeu o homem*), ora ao paciente (*o homem foi mordido pelo cachorro*).

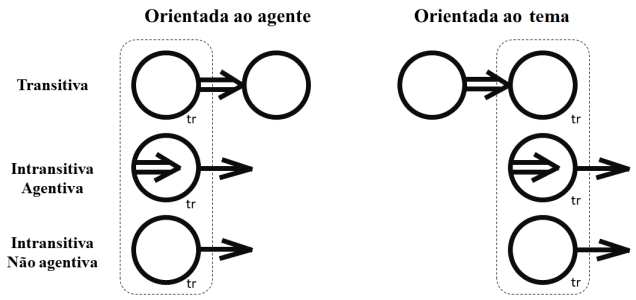
Em suma, a *assimetria de papéis* relaciona-se ao conteúdo conceitual e está ligada às funções que cada coisa expressa por um nominal desempenha em um determinado evento. Já a *assimetria de proeminência* diz respeito a um *construal* próprio, ou seja, à conceitualização construída a partir de um direcionamento específico da atenção do conceitualizador.

As línguas adotam diferentes estratégias para codificar tanto a assimetria de papéis como a assimetria de proeminência. Os diferentes alinhamentos da marcação de participantes descritos no início deste capítulo são estratégias que privilegiam um ou outro participante: um sistema nominativo-acusativo favorece o agente como trajetor, ao passo que um sistema ergativo-absolutivo favorece o paciente/tema.[12] É possível, com isso, observar que ambas as maneiras de organização gramatical refletem uma confluência maior entre a assimetria de papéis e a assimetria de proeminência. Langacker (2008) apresenta essas estratégias como *orientadas ao agente* (o sistema nominativo-acusativo) e *orientadas ao tema* (o sistema ergativo-absolutivo). De toda forma, trata-se de estratégias de *orientação aos participantes*, como classifica Wichmann (2005, 2007), uma vez que o papel 'pré-linguístico'

[12] *Paciente* e *tema* não são exatamente o mesmo papel semântico. Da mesma maneira, *agente* não é o único papel semântico que funciona como instanciador de um evento. O uso desses termos deve ser observado levando em consideração uma perspectiva relacional entre elementos mais próximos do início da cadeia de ação e elementos mais próximos do final da cadeia de ação.

desempenhado é um fator preponderante para a organização sintática das construções linguísticas: a distinção entre sujeito e objeto (trajetor e marco) passa pela distinção entre agente e tema. Os diagramas heurísticos da Gramática Cognitiva ajudam a visualizar as duas estratégias desse tipo linguístico:[13]

Figura 2.1: Assimetria de proeminência atrelada à assimetria de papéis



Fonte: (Langacker, 2008 : 374 – *adaptado*)

A Figura 2.1 mostra, à esquerda, uma organização orientada ao agente, que costuma ser o trajetor prototípico tanto nas construções linguísticas com dois participantes como em construções com apenas um. Inclusive, nas construções com apenas um participante (tradicionalmente chamadas intransitivas), ele é codificado do mesmo modo que o agente das construções com dois participantes. Dessa maneira, a orientação ao agente é uma característica do padrão de alinhamento nominativo-acusativo. Por sua vez, línguas que usam uma estratégia de orientação ao tema privilegiam como trajetor o elemento que codifica o participante na relação temática resultante de um evento, prototipicamente um paciente. Em geral, é o que caracteriza um sistema ergativo-absolutivo de marcação dos participantes, representado pelo esquema à direita na Figura 2.1.

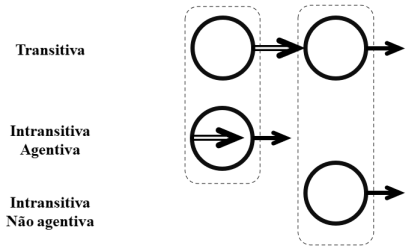
Ambas as estratégias descritas buscam captar a distinção entre os participantes de um evento. Isso é mais facilmente atingido quando há dois participantes desempenhando papéis claramente diferentes e codificados em uma oração. Como

[13]Os círculos representam entidades do tipo *'coisa'*; as setas duplas representam uma força exercida sobre outra entidade; e as setas simples representam um movimento ou uma ação.

mostrarei na seção 2.2.3, quanto mais distintos forem os participantes presentes, mais próxima do protótipo de transitividade a construção estará.

Langacker (2008) observa também que é possível organizar a orientação de maneira diferente das duas mencionadas acima. Ele chama essa terceira opção de "estratégia mista" e considera que nela a orientação ao agente e ao tema são mais equilibradas. Em línguas desse tipo, os participantes mais agentivos se comportam da mesma maneira em construções com um ou dois participantes. Temas (não agentivos) também têm o mesmo comportamento nas duas situações. Ou seja, são as línguas em que há um 'descolamento' maior entre a assimetria de papéis e a assimetria de proeminência: o sujeito de construções com participante único pode se comportar de duas maneiras distintas, a depender de seu papel no evento expresso, como se vê no diagrama da Figura 2.2 abaixo:

Figura 2.2: "Estratégia mista"



Fonte: (Langacker, 2008 : p. 374 – *adaptado*)

A diferença da "estratégia mista" para as duas anteriores é que ela dilui a distinção entre a assimetria de proeminência e a assimetria de papel. O diagrama da Figura 2.2 não assinala qual elemento é o trajetor e qual é o marco porque essa assimetria não existe como tendência prévia; somente no enunciado é que ela se torna observável. Nesse sentido, línguas que utilizam essa estratégia como prototípica tendem a usar a distinção entre trajetor e marco de modo independente da distinção dos papéis como fazem as línguas orientadas aos participantes em que o trajetor é, prototipicamente, agente nas línguas acusativas e tema nas línguas ergativas.

Essa estratégia pode ser observada nos dados do kamaiurá em (6), que apresentam duas formas para expressar a primeira pessoa do singular. Em vez de realizar uma construção passiva para manter a proeminência da primeira pessoa como sujeito-paciente, usa-se outro morfema para expressar essa diferença semântica.

Nas línguas de estratégia mista, as alterações na distinção de papel nas construções linguísticas são marcadas por meio de derivações semânticas, ao passo que nas línguas orientadas aos participantes essas alterações são marcadas por variações sintáticas atreladas a fenômenos de voz. Podemos dizer, então, que há línguas que direcionam mais a atenção do conceitualizador para os participantes e os papéis que lhes são atribuídos; e há línguas que direcionam mais a atenção para o evento em si, e para os seus elementos mais proeminentes.

Essas duas maneiras de direcionar a atenção do conceitualizador contribuem para a observação das maneiras como as variações na transitividade se refletem em nas línguas que privilegiam uma ou outra estratégia. Assim, os parâmetros de transitividade terão pesos diferentes para cada língua, exigindo que a identificação de um protótipo seja bastante esquemática para uma construção transitiva. Langacker (1991 : p. 302) elenca algumas propriedades que seriam características de uma oração transitiva prototípica:

i. Possui dois participantes expressos funcionando como sujeito e objeto

ii. Descreve um evento (em oposição a uma situação estática)

iii. O evento é energético, relativamente breve e tem um ponto final definido

iv. O sujeito e o objeto representam entidades físicas discretas e altamente individuadas

v. Essas entidades existem previamente ao evento (i.e. não são resultados dele)

vi. O sujeito e o objeto são totalmente distintos e participam de uma relação fortemente assimétrica

vii. A participação do sujeito é volitiva e a do objeto é não volitiva

viii. O sujeito é a fonte da energia e o objeto é seu destino

ix. O objeto é totalmente afetado pela ação

As características acima apresentadas por Langacker guardam semelhanças com os parâmetros definidos por Hopper & Thompson (1980), que apresentei na Tabela 2.2.1. Elas também permitem considerar que uma sentença como *minha irmã correu* seja mais transitiva que *crianças talvez não gostem de vegetais*, como podemos ver abaixo:

minha irmã correu

Características de ALTA TRANSITIVIDADE: Descreve um evento energético relativamente breve; o sujeito representa uma entidade física discreta e altamente individuada que existe previamente ao evento; a participação do sujeito é volitiva; a fonte da energia é o sujeito.
Características de BAIXA TRANSITIVIDADE: 1 participante; sujeito destino da energia.

crianças talvez não gostem de vegetais

Características de ALTA TRANSITIVIDADE: 2 participantes expressos como sujeito e objeto que representam entidades físicas; as entidades expressas existem previamente ao evento
Características de BAIXA TRANSITIVIDADE: o evento não é energético nem breve e não tem ponto final definido; as entidades denotadas não são discretas ou individuadas; a participação do sujeito não é volitiva.

Dessa maneira, uma análise que lance mão de uma noção gradual de transitividade é o esperado em uma abordagem dentro da Linguística Cognitiva como a que proponho neste trabalho.

Antes de apresentar a ideia de orientação aos eventos, descrevo ainda outra proposta de protótipo de transitividade, desta vez por meio do trabalho de Næss (2007).

2.2.3 Participantes maximamente distintos

O trabalho de Åshild Næss (2007) apresenta a abordagem da transitividade por meio de um protótipo que se baseia na hipótese dos argumentos maximamente distintos. Ela define o protótipo da seguinte maneira: "uma oração prototipicamente transitiva é aquela em que os dois participantes são **maximamente distintos semanticamante** em termos de seus papéis no evento descrito pela oração"(Næss, 2007, p. 30).[14] Partindo dessa definição, a transitividade é mais uma questão de semântica de papéis que de sintaxe e de estrutura argumental dos verbos.

Anteriormente, Comrie (1989, p. 128) havia pensado em uma construção transitiva que fosse considera "mais natural" em oposição a construções marcadas. Para o autor, é mais natural uma oração transitiva "em que o A tem alta animacidade e definitude e o P tem animacidade e definitude mais baixas".[15, 16] Alterações nessas características levariam a construções mais marcadas e esse é o caso das línguas orientadas ao participante, como veremos mais adiante.

O protótipo de transitividade defendido por Næss, por outro lado, é o de uma construção com dois participantes maximamente distintos, tanto formal como conceitualmente. A princípio, pode parecer que as duas propostas se assemelham se considerarmos que o participante A ser definido e animado é o oposto de ser indefinido e inanimado, características de O. No entanto, os parâmetros que Næss utiliza são próprios para cada participante, uma vez que na definição de um participante como A ou como O já há características que os distinguem. Nesse sentido, a maximização da distinção entre A e O se dá quando um participante A é maximamente A e um participante O é maximamente O.

As características para que um elemento seja considerado agente, segundo Næss, são a *volitividade* e a *instigação*, enquanto o paciente tem como característica a *afetação*. Essas características são relacionais e, portanto, se apresentam também de forma negativa, de modo que a seguinte configuração se apresente:

[14] *A prototypical transitive clause is one where the two participants are **maximally semantically distinct** in terms of their roles in the event described by the clause* – no original.

[15] *where the A is high in animacy and definiteness, and the P is lower in animacy and definiteness* – no original.

[16] Comrie utiliza P do mesmo modo que outros autores utilizam O para indicar o segundo elemento mais proeminente de uma oração.

- Agente: [+VOL] [+INST] [-AFET]
- Paciente: [-VOL] [-INST] [+AFET]

Evidentemente, tanto agente como paciente devem relacionar-se por meio de um mesmo evento, ou seja, o protótipo de oração transitiva descreve uma ação instigada volitivamente por um agente que afeta um paciente.[17]

Assim, a intenção de Næss ao definir um protótipo para a transitividade é, também, criar um critério que possa servir de definição para essa categoria gramatical. Ela considera que a distinção máxima dos argumentos pode ser a "noção semântica superordenada que inclui todos os componentes da Transitividade" prevista por Hopper & Thompson (1980 : p. 279).

Se a distinção máxima dos participantes é o protótipo de uma oração transitiva, a redução do nível de distinguibilidade dos participantes de um evento reduz a transitividade em uma dada sentença. Não é fortuita, então, a evocação que Næss faz em seu trabalho da noção de domínio médio construída por Kemmer (1993) ao tratar da voz média.

A voz média, segundo Kemmer (1993), tem duas características fundamentais:

- relativa distinguibilidade de participantes
- relativa elaboração de eventos

Ao tratar de voz média, o que Kemmer (1993) propõe de fato é um domínio médio de transitividade, em que o critério de elaboração de eventos dialoga com a noção de efetividade na realização de eventos de que tratam Hopper & Thompson (1980), e o de distinguibilidade de participantes embasa a construção de um protótipo de transitividade por Næss (2007).

Do ponto de vista da conceitualização de eventos, proponho que a orientação aos eventos seja uma forma de expressar o domínio médio sem envolver operações sintáticas de voz. O que defendo aqui é que algumas línguas privilegiam esse tipo de construção para conceitualizar eventos. Uma vez que a transitividade não é uma característica apenas do verbo, mas também de todo tipo de construção linguística,

[17]Relembro que a alta distinguibilidade entre os participantes aparece também nas características elencadas por Langacker (1991) que mencionei na seção anterior.

essa maior saliência à região intermediária do contínuo de transitividade aparece também em outros níveis da gramática dessas línguas. Por isso Klimov (1974) usa o termo 'estrutura ativa': a distinção entre os participantes de um evento com base em características semânticas reflete um princípio gramatical mais amplo que aparece em diferentes estruturas das línguas, ou seja, não é um fenômeno exclusivo da marcação de pessoas no verbo.

Dessa maneira, se Hopper e Thompson defendem uma transitividade da sentença e do discurso, vou defender a tese de que é possível analisar a transitividade em frases não verbais também. Ou melhor, penso que os parâmetros apresentados até aqui podem servir para a análise de transitividade em qualquer construção linguística, seja ela verbal ou não. Por exemplo, a julgar pelo número de elementos envolvidos na relação denotada, é possível afirmar que uma construção como '*roupa de criança*' é mais transitiva que '*roupa infantil*', como mostrarei no Capítulo 3.

Por fim, uma característica importante para o domínio médio descrito por Kemmer em que convergem as propostas apresentadas até este momento é a afetação do sujeito. Conforme mostrei anteriormente, para Næss (2007), a afetação é uma característica de um paciente prototípico. Para Langacker (2008), se o participante afetado é codificado como sujeito por padrão, trata-se de um sistema de alinhamento voltado ao tema (normalmente descrito como um sistema ergativo-absolutivo); se for uma construção marcada, é a voz passiva em um sistema acusativo. Hopper & Thompson (1980) consideram apenas a afetação do objeto, sendo uma construção mais transitiva aquela cujo objeto é mais afetado. Em outras palavras, um sujeito que denota o elemento afetado pelo evento descrito por uma construção linguística faz com que essa construção se afaste do polo de maior transitividade.

Na próxima seção, retomo alguns desses pontos para propor que a noção de orientação aos eventos (Wichmann, 2007) como uma categoria tipológica que identifica línguas ou conjunto de línguas que tendem a construir a expressão de eventos prototipicamente dentro do domínio médio. Esse tipo de língua estabelece uma separação entre a *assimetria de papéis* e a *assimetria de proeminência* e, desse modo, o papel semântico exercido por um sujeito ou por um objeto é menos relevante que nas línguas de transitividade prototípica, que tendem a selecionar

sujeitos e objetos com base na hierarquia de papéis.

2.3 Orientação aos eventos e estrutura ativa

A possibilidade de haver um sistema de estruturas linguísticas que não se baseia na distinção entre sujeito e objeto se apresenta pelo menos desde os estudos de Uhlenbeck (1916, citado em Sapir, p. 82). Ao analisar línguas faladas na América do Norte, o autor identifica que muitos verbos transitivos ou de ação são "concebidos passivamente" (citado em Sapir, 1917*a*, p. 82). No sistema pronominal dessas línguas, haveria o que Uhlenbeck chama uma distinção de caso entre *casus energeticus* e *casus inertiae*. Esses casos seriam o cerne da distinção entre as interpretações possíveis de verbos intransitivos. O caso *energeticus* seria um

> "caso transitivo (como em basco, por exemplo), situação na qual haveria um caso intransitivo oposto a ele; ou, como caso do sujeito lógico em todos os verbos de ação, pode ser um caso ativo (como em dakota, por exemplo), instância na qual poderia ser contrastado com um caso inativo"[18]
>
> (Uhlenbeck 1916 citado em Sapir [1917*a* : p. 69])

O fato de Uhlenbeck comparar o *casus energeticus* com o basco é um indício de que o fenômeno observado por ele é próximo do que hoje se entende por ergatividade. Nesse caso, o *energético* aparece em verbos transitivos, opondo-se a construções com verbos intransitivos. Em uma segunda situação, o caso energético ocorre também junto a verbos intransitivos e, nesse caso, se opõe a um caso inativo. Para Uhlenbeck, o *casus inertiae* pode ocorrer com intransitivos ou com transitivos e refere-se a

> "aquele ou aquilo que está ou passa a estar em um certo estado, independentemente de sua própria vontade e sem sua própria participação, seja sob influência de uma pessoa ou coisa mais forte, seja como

[18] *transitive case (as. for example, in Basque), in which case it has an intransitive case opposed to it; or, as case of the logical subject in all verbs of action, it may be an active case (as, for example, in Dakota), in which instance it may be contrasted with an inactive case* – no original.

se fosse por si mesmo"[19]

(Uhlenbeck 1916 citado em Sapir [1917*a* : p. 69])

Como se pode observar, a descrição dos casos *energético* e *inerte* se aproximam daquelas para os papéis de *agente* e *tema*, respectivamente, que vimos na seção anterior. Assim, as distinções entre transitivo/intransitivo e entre ativo/inativo estão imbricadas na argumentação de Uhlenbeck. Isso se deve, segundo Sapir (1917*a*), à explicação fornecida por Uhlenbeck que considera as formas de objeto das transitivas (semelhantes àquelas de sujeitos de verbos intransitivos inativos) como sendo derivações de sujeitos de orações em voz passiva. Na sequência, Sapir sugere que os sujeitos inativos de verbos intransitivos sejam tratados como objetos. O ponto é que as observações de Sapir lançam luz a um tipo de organização sintática em que "o contraste comum entre sujeito e objeto não se sustenta" (1917*a* : p. 72).

Em sua crítica a Uhlembeck, Sapir apresenta a organização tipológica dos sistemas de classificação pronominal que meio século depois viria a ser chamada "alinhamento". É essa organização que reproduzo abaixo, na tabela 1.2.

Tabela 2.2: Classificação pronominal de línguas norte-americanas organizada por Sapir

		Suj. intr. (S)			
	Obj. tr. (O)	*Inativo (S_O)*	*Ativo (S_A)*	*Suj. tr. (A)*	*Exemplo*
1...	A	A		B	Chinook
2...	A	A	B	B	Dakota
3...	A	B		C	Takelma
4...	A	B		B	Paiute
5...	A (às vezes suj. da passiva)	A		A	Yana

Fonte: Sapir (1917*a* : p. 73) - *adaptada*.

A tabela nos mostra 5 tipos de alinhamento distintos. O primeiro, exemplificado pelo chinook, corresponde ao que hoje se conhece por sistema ergativo, em que (O

[19] *the case of him who or that which is, or gets to be, in a certain state, aside from his (or its) own will and without his (or its) own participation, whether under the influence of a stronger person or thing or as if it were of himself (or itself)* – no original.

= S) $\neq$ A. O sistema nominativo-acusativo aparece na linha 4, tendo paiute como língua exemplar para uma organização (A = S) $\neq$ O. Os exemplos nas linhas 2, 3 e 5, porém, apresentam a marcação de pessoas de modo diferente.

A língua dakota apresenta um sistema que divide os sujeitos intransitivos (S) em ativos e inativos, como o kamaiurá que apresentei no início do capítulo. Ao analisar o guaraní (da família tupi-guarani, assim como o kamaiurá), Mithun (1991, p. 538) mostra a base semântica dessa cisão em termos de: enquanto A e S_A - "executam, efetuam, instigam e controlam eventos"; O e S_O são "afetados, coisas acontecem ou aconteceram a eles". Trata-se portanto, de um alinhamento ativo-estativo, em que (A = S_A) $\neq$ (O = S_O).

Já takelma e yana apresentam um alinhamento de participantes que não podemos classificar entre ergativo, acusativo ou ativo.

Sobre o takelma, Sapir comenta:

> "o objeto pronominal das transitivas não pode, em takelma, ser interpretado como sujeito de uma passiva, pelo simples motivo de não apresentar semelhança com o sujeito das intransitivas que, por sua vez, difere do sujeito das transitivas"
>
> (Sapir, 1917*b* : p. 84).[20]

Em outras palavras, o que Sapir afirma é que, nessa língua, objetos pronominais são diferentes dos sujeitos das passivas, assim como dos sujeitos das intransitivas. Além disso, os sujeitos de intransitivas e de transitivas também diferem entre si. Ou seja, ao menos no sistema pronominal, a língua takelma apresenta A $\neq$ S $\neq$ O.

Por fim, yana tem um sistema pronominal que não distingue A, S e O. Essa língua, falada no norte da Califórnia, nos EUA, apresenta um sistema de marcação pronominal que segue duas hierarquias (Mithun, 2012):

I. Pessoal: 1,2 > 3

II. Temática: agente > tema.

[20] *(...) the pronominal object of the transitive cannot in Takelma well be interpreted as the subject of a passive, for the simple reason that it shows no resemblance to the intransitive subject, which differs in turn from the transitive subject.* – no original.

Os sistemas em takelma e yana, assim como de muitas línguas ameríndias, são importantíssimos para um desenvolvimento futuro da proposta desta tese. Ao apresentar a marcação dos participantes de modo distinto do acusativo, do ergativo e do ativo-estativo, essas línguas podem iluminar ainda mais o funcionamento da transitividade em línguas que se organizam com orientação aos eventos, não aos participantes. No caso dessas três línguas, fica evidente que a distinção entre sujeito e objeto (ou seja, a assimetria de proeminência) não tem correlação com a distinção entre agente e paciente (ou seja, a assimetria de papéis).

Essa é a organização que está presente nas línguas de sistema ativo e levou Klimov (1974) a propor a existência de um tipo linguístico a que ele atribui uma 'estrutura ativa'. Nesse caso, para além do alinhamento dos participantes, outras formas gramaticais apareceriam de forma correlata em diferentes níveis linguísticos, dentre as quais destaco as seguintes:

i. o fraco sistema de caso, apesar da morfologia verbal bastante extensiva e baseada em verbos ativos e estativos;

ii. a relevância atribuída aos locativos;

iii a ausência de um verbo do tipo 'habeo' do latim (transitivo) para indicar posse; e

iv. a pequena existência de adjetivos, cujas funções são, em geral, expressas por verbos estativos.

Algumas características não enumeradas acima já foram descartadas como possíveis correlatos de línguas com sistema ativo, como a distinção entre posse alienável e inalienável e a presença de pronomes inclusivos e exclusivos (cf. Lazard, 1986 e Nichols, 1988). O que busco nesta tese, porém, não é asseverar características gramaticais correlatas a um alinhamento ativo-estativo, provando estatisticamente essa correlação. Meu intuito é desenvolver a ideia de que a transitividade é o modo como os sistemas linguísticos direcionam a atenção dos conceitualizadores para diferentes elementos do mundo a serem codificados: ora atribuindo maior proeminência às *coisas*, ora às *relações*[21].

[21]Relembro que, para a Gramática Cognitiva, *coisas* correspondem à conceitualização de uma

Assim, nem todas as características que Klimov (1974) via como pertencentes a um tipo linguístico específico podiam estabelecer correlação direta com uma forma de alinhamento de participantes. No entanto, há uma intuição de que as características que ele apresenta sejam exemplos de formas de conceitualizar eventos e situações mais apartadas daquelas convencionalizadas nas línguas indo-europeias. O avanço teórico ocorrido ao longo do último meio século nos estudos linguísticos permite que hoje analisemos as características de uma "estrutura ativa" de modo menos categórico e, assim, é possível pensar as construções linguísticas a partir de tendências e de contínuos que favorecem um ou outro tipo de conceitualização.

É nesse sentido que adapto a noção de *orientação aos eventos* (Wichmann, 2007) como um tipo linguístico: trata-se de línguas que têm no domínio médio o protótipo de conceitualização de eventos e tendem a realizar construções que variem desse protótipo por meio de alterações semânticas, em vez de sintáticas. É o que procurarei mostrar, principalmente, nos capítulos 4 - *Construções de inversão* e 5 - *As extensões verbais bantu e a orientação ao evento*. Wichmann (2005, 2007) propõe uma tipologia que classifica as diferentes estratégias de direcionamento da atenção entre gramáticas orientadas a eventos e gramáticas orientadas aos participantes. A orientação aos eventos é um princípio que se associa à estrutura ativa, como procuro mostrar na seção a seguir.

2.3.1 Orientação aos eventos x orientação aos participantes

Como procurei mostrar anteriormente, existem características gramaticais que aproximam tipologicamente as línguas que apresentam um sistema de marcação de participantes diferente do acusativo e do ergativo. Essas características refletem, principalmente, a diluição das correspondências entre a *assimetria de proeminência* e a *assimetria de papéis*.

Na seção anterior, mostrei como Sapir (1917*b*) identificou três tipos de alinhamento que não são ergativos nem acusativos, e também enumerei algumas características morfossintáticas elencadas por Klimov (1974) como reveladoras de uma estrutura ativa. Nesse mesmo sentido, Wichmann (2007) sugere que há características que integram todas essas línguas em um único sistema, pois todas

entidade reificada e *relações* correspondem à conceitualização de conexões entre entidades (que podem ser ou não reificadas).

elas apresentam um tipo de organização gramatical *orientado aos eventos*. Por oposição, há línguas que apresentam uma organização da transitividade de tipo *orientado aos participantes* – normalmente elaborado em padrões de marcação acusativa ou ergativa.

Essa distinção parte do pressuposto de que as línguas são organizadas de modo a codificar dois aspectos da realidade: eventos e participantes, cujos principais correlatos em termos linguísticos são os predicados e os argumentos. Nesse caso, não é de se estranhar que as línguas atribuam maior relevância a um ou outro desses aspectos, de modo que a orientação aos eventos ou aos participantes seja um parâmetro tipológico a ser observado.

Em seu trabalho, Wichmann busca mais especificamente verificar se há uma correlação entre línguas do sistema ativo-estativo e a ausência de passivas. Ele define passiva como "uma derivação verbal que envolve a promoção de um paciente a sujeito e a redução de *n*-posições para *n-1*-posições na valência da predicação" (2007, p. 4)[22].

De fato, mostra-se que há uma correlação entre o alinhamento de marcação ativo-estativo e a ausência desse tipo de passiva. Para não desviar do propósito deste capítulo, os argumentos e explicações que o autor usa serão retomados no Capítulo 5 - *As extensões verbais bantu e a orientação ao evento*.

Neste momento, é relevante ressaltar as distinções entre *gramáticas orientadas aos participantes* e *gramáticas orientadas aos eventos* como tipos genéricos e não rigidamente categóricos apresentadas pelo autor:

> Em línguas orientadas aos participantes, o construal das relações entre participantes precede o construal do evento e licencia os papéis gramaticais de sujeito e objeto, que podem ser alinhados de diferentes modos a papéis semânticos como agente e paciente. Em línguas orientadas aos eventos, o evento é precedente, e há somente uma maneira possível de construir a relação dos participantes, nomeadamente aquela dos papéis semânticos associados à semântica verbal. Não é possível simplesmente transformar um evento transitivo em um intransitivo por meio de um tipo de derivação aplicável genericamente.

[22] *(...) a verbal derivation which involves the promotion of a patient to subject and the reduction from **n**-place to **n-1**-place of the valency of the predication* – no original

> Em vez disso, o evento deve ser reconstruído como um tipo de evento fundamentalmente diferente[23].
>
> (Wichmann, 2007 : p. 28)

Na citação acima, percebe-se que o autor identifica que a forma como as oposições sujeito-predicado e agente-paciente se manifestam nas línguas estão associadas à forma como as línguas codificam a transitividade. No entanto, a transitividade está sendo compreendida de modo mais categórico que aquela que venho defendendo neste trabalho: uma categoria gradual que possui uma construção prototípica e parâmetros que a intensificam e/ou a reduzem.

Ainda assim, a ideia de fundo da proposta de Wichmann é certeira em separar tendências de organização da gramática orientadas aos eventos e orientadas aos participantes. O ponto crucial dessa distinção é o fato de que, para línguas orientadas aos eventos, é a semântica verbal que define qual a relação entre os participantes, tornando impossível "transformar um evento transitivo em um intransitivo por meio de um tipo de derivação aplicável genericamente". Em outras palavras, não há operações sintáticas gerais para redução da valência de um verbo, é preciso uma construção inteiramente nova, que codifique um processo correlato em que haja menos participantes, ou que apresente papéis semânticos diferentes.

Nesse sentido, ao priorizar construções que codifiquem o domínio médio da escala de transitividade, as línguas orientadas aos eventos evitam a tendência de equivaler as dicotomias sujeito/objeto e agente/paciente que as línguas orientadas aos participantes têm.

Assim, a proposta de que a noção de orientação aos eventos é uma tendência no direcionamento da atenção dos conceitualizadores voltado para os eventos e não para os participantes – ou seja, às *relações* e não às *coisas*, nos termos da Gramática Cognitiva – repercute em outros estudos que buscaram compreender o

[23] *In participant-oriented languages, the construal of the relationships among participants takes precedence over the construal of the event and licenses the grammatical roles subject and object, which may be aligned in different ways with semantic roles such as agent and patient. In event-oriented languages the event takes precedence, and there is only one possible way of construing the relationship of the participants, namely by way of the semantic roles associated with the verbal semantics. It is not possible to simply turn a transitive event into an intransitive one by a generally applicable type of derivation. Instead, the event must be re-construed as a fundamentally different type of event* – no original.

alinhamento de tipo semântico como um indício de uma estrutura gramatical mais ampla.

Considerando o compromisso de generalização da Linguística Cognitiva (Evans & Green, 2006), em que as manifestações linguísticas de aspectos da cognição são verificáveis nos diversos níveis linguísticos, a tendência de expressar maior preponderância às relações em comparação às coisas deve ser observada para além das construções verbais e das variações no número de participantes que elas apresentam. Nesse sentido, a transitividade como fenômeno gradual é também expressa no nível do discurso, como mostram Hopper & Thompson (1980) e no nível das construções não verbais, como mostrarei na próxima seção.

2.3.2 Transitividade não oracional

Nesta seção, expando o conceito de transitividade para construções linguísticas que não necessariamente sejam nucleadas por verbos. Isso é possível a partir da definição apresentada anteriormente: transitividade é o nível de efetividade na realização de uma relação expresso linguisticamente. No caso das construções verbais, essa relação é sempre processual. As relações não processuais, ou seja, aquelas que envolvem *coisas* e outras entidades sem desenvolvimento no tempo, também são passíveis de variação em termos de efetividade em sua realização. Em geral, aparecem em línguas indo-europeias nas construções adjetivais, adverbiais e preposicionais. Essas últimas, argumento a seguir, codificam o estabelecimento de relações mais efetivamente, considerando-se os parâmetros de *número de elementos* e *individuação dos elementos* envolvidos na relação.

Nesse sentido, expressões nominais simples (com apenas um nome não modificado) são menos "transitivas", uma vez que não há nenhuma relação estabelecida. Assim, construções como "bola" ou "a Maria" perfilam apenas *coisas*, ou seja, denotam referentes sem relação com outras entidades. Há, por outro lado, construções nominais que, apesar de também perfilarem *coisas*, têm na base de sua conceitualização uma relação não temporal. Nesses casos, a especificação do marco da relação (ou seja, o elemento menos saliente ao qual a *coisa* se relaciona) determinará se a construção modificadora será do tipo adjetival ou preposicional.[24] Comparemos os dados (8) e (9), em português brasileiro:

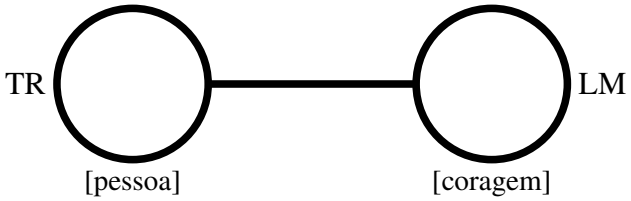
[24]Essa discussão será retomada na seção 3.1 do capítulo 3 - *Codificação de qualidades*.

(8) Pessoa de coragem

(9) Pessoa corajosa

Em ambos os exemplos acima, trata-se de construções que denotam um ser humano com uma determinada característica. Em termos de conceitualização, são *coisas* perfiladas como trajetor em uma relação. A diferença está justamente no marco da relação, ou seja, na expressão daquilo que modifica o nome codificador do trajetor. Quando o marco não é especificado, a relação é codificada por um adjetivo; mas se há a especificação do marco, usa-se uma construção preposicional. Dessa maneira, observa-se a presença de duas entidades nas construções preposicionais, o que é capturado pelo diagrama na Figura 2.3:

Figura 2.3: Diagrama da conceitualização de *pessoa de coragem*

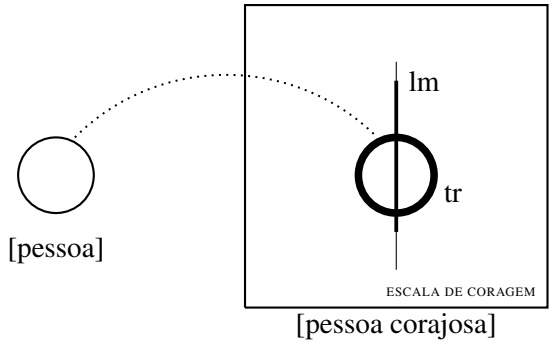


Fonte: Elaboração própria

A preposição *de* estabelece uma relação entre um trajetor qualquer e um marco do tipo *coisa*. No exemplo em (8), o trajetor é *pessoa* e o marco é *coragem*. a conceitualização presente no polo conceitual da construção apresenta dois elementos do tipo *coisa*. Dessa maneira, proponho que a expressão com modificador preposicional seja considerada mais transitiva quando comparada a uma construção adjetival como (9), uma vez que há uma relação mais efetiva por apresentar mais participantes. A construção adjetival coloca uma *coisa* em relação a uma escala ou a um cenário; elementos que não poderiam ser participantes de um evento. Além disso, seguindo a definição de transitividade prototípica para orações de Næss (2007), a distinção entre os dois elementos é muito maior em (8) que em (9), o que a torna mais transitiva, consequentemente.

A Figura 2.4 abaixo mostra a representação de (9) no polo conceitual. Ela busca captar como o termo *corajosa* não especifica o marco da relação com o trajetor *pessoa*, uma vez que o situa em uma área na escala de coragem. Esse ponto na escala não é especificado, por isso o uso de uma preposição não é possível.

Figura 2.4: Diagrama da conceitualização de *pessoa corajosa*



Fonte: Elaboração própria

Utilizando uma característica mais explicitamente escalonável como a altura, essa distinção fica mais evidente. Tomemos os dados em (10) e (11) abaixo:

(10) Pessoa de 1,80m

(11) Pessoa alta

A escala de altura é mais explícita por ser passível de quantificação em unidades de medida. Nesse sentido, tanto (10) como (11) situam o nome *pessoa* nessa escala, mas, ao nomear um ponto específico da escala (*1,80m*), o marco da relação com o trajetor *pessoa* fica especificado em (10) e, portanto, exige uma construção com preposição. Já em (11), o marco não é especificado e a expressão, logo, é adjetival. Da mesma maneira que nos exemplos (8) e (9), a expressão com preposição maximiza a distinção entre trajetor e marco, aproximando a construção do protótipo de transitividade. Assim, (10) é mais transitiva que (11). Os exemplos abaixo também apresentam essa distinção, com a coluna à esquerda sendo mais transitiva que a coluna à direita:

Tabela 2.3: Transitividade em nominais no português brasileiro

TRANSITIVIDADE + ALTA	TRANSITIVIDADE + BAIXA
Casa do Brasil	Casa brasileira
Problema de estômago	Problema gástrico
Brinquedo de criança	Brinquedo infantil
Fone de ouvido	Fone auricular
Menino com preguiça	Menino preguiçoso

Fonte: Elaboração própria

Além de construções preposicionais e adjetivais, há modificações nominais realizadas por meio de verbos. Estas, evidentemente, são mais transitivas que as outras duas. O predomínio de qualificações por expressões verbais é uma das características de línguas orientadas aos eventos, conforme apontei no início do capítulo. Modificações nominais mais transitivas são comuns em línguas que operam a transitividade para além da distinção sujeito-objeto e do número de elementos – línguas com orientação aos eventos. Na próxima seção, apresentarei um breve panorama de características das línguas do grupo bantu que mostram como a transitividade para essas línguas não se restringe ao número de participantes codificados em uma oração e tende a se organizar na região intermediária do contínuo de transitividade.

2.4 Por que as línguas bantu

Segundo a literatura (Dom *et al.*, 2015; Blake, 2001), as línguas bantu apresentam, conforme já mencionado no capítulo anterior, um alinhamento de participantes nominativo-acusativo. Essa análise se confirma ao observarmos a forma como a concordância verbal ocorre. Os dados abaixo, do xhosa (S41), mostram que a concordância ocorre aproximando os elementos A e S, em oposição ao O, que também é marcado no verbo, em outra posição (12):

(12) Xhosa (S41)

a. I-ncwadi i-fik-ile.
AUG.CL_9-CL_9.carta MS_9-chegar-DISJ1
'Uma carta chegou'

b. A-ba-ntwana ba-fund-a i-si-Xhosa
AUG.CL_2-CL_2.criança MS_2-estudar AUG.CL_7-CL_7.xhosa
'As crianças estudam xhosa'

c. U-Sindiswa u-ya-**wa**-cul-a
AUG.CL_1-CL_1.Sindiswa MS_1-DISJ2-MO.CL_6-cantar-VF
'Sindiswa canta elas'

(Carstens & Mletshe, 2015)

Como se vê em (12a) e (12b), há no verbo uma marca de sujeito que indica concordância de classe, sendo respectivamente da classe 9 (*i-*) concordando com o sujeito intransitivo (S) em (12a), e da classe 2 (*ba-*), concordando com o sujeito transitivo (A) em (12b). O exemplo em (12c) serve para indicar a distinção que há entre os elementos nas construções com 2 participantes. Nesse caso, há uma marca de objeto (*-wa-*). Esses afixos de concordância no verbo indicam um alinhamento de participantes semelhante ao sistema nominativo-acusativo ([A = S] $\neq$ O).

No entanto, procurei demonstrar ao longo deste capítulo que a estrutura ativa aparece por meio da orientação aos eventos, da qual o tipo de alinhamento na marcação de participantes é apenas um fator indiciário. Assim sendo, há características nas línguas bantu que as situam proximamente a uma tipologia orientada aos eventos, como línguas de estrutura ativa. Três dessas características são analisadas nos próximos capítulos e introduzidas brevemente nesta seção: a codificação verbal de qualidades, a derivação verbal como alterações temáticas e a inversão de argumentos. Nesse sentido, o estudo do grupo bantu a partir de uma perspectiva de estrutura ativa contribui para ampliar a compreensão sobre os fenômenos de transitividade nas línguas.

2.4.1 Expressão de qualidades

A primeira característica da orientação aos eventos de que trato é a forma como as qualidades são codificadas em língua. Conforme apresentei anteriormente, qualidades e propriedades são características próprias de determinada entidade no mundo conceitualizada como coisa. Dessa maneira, as qualidades dessa coisa são expressas sempre em relação a ela, ou seja, trata-se sempre de um perfil relacional. Em línguas bantu, há três tipos de construção linguística para codificar essas relações de modificação nominal, que introduzo brevemente nos próximos parágrafos.

Esses três tipos apresentam graus de transitividade distintos, sendo as construções adjetivais as menos transitivas e as construções verbais as mais transitivas, passando pelas construções conectivas. Considerando que um nominal indefinido, abstrato e sem modificação é a construção linguística menos transitiva possível, defendo que as modificações nominais por conectivo e por verbos aumentam a transitividade de expressões nominais.

Construções adjetivais

Uma maneira de expressar qualidades é por meio do uso de adjetivos. Trata-se de expressões cujo perfil é uma relação atemporal entre uma entidade do tipo coisa e alguma escala, ou seja, é uma relação entre uma coisa e uma entidade relacional. O trajetor dessa relação é sempre coisa, o que difere os adjetivos de outras expressões de perfil relacional, como as preposições e os advérbios – no próximo capítulo essa distinção será mais detalhada.

Nas línguas bantu, a codificação de qualidades por adjetivos se realiza com a concordância de classe nominal, como vemos no exemplo abaixo, do kinyarwanda:

(13) Kinyarwanda (JD61)

a. umw-ana mu-to
CL_1-criança CL_1-pequeno
'a criança pequena'

b. aba-na ba-to
CL_2-criança CL_2-pequeno
'as crianças pequenas'

(Jerro & Wechsler, 2015, p. 158)

Essa forma de codificar propriedades, no entanto não é a maneira mais produtiva entre as línguas do grupo bantu (cf. Creissels, 2000; Segerer, 2008). É uma classe fechada e, em geral, há poucos itens lexicais que se comportam dessa maneira.

Das três maneiras de codificar propriedades em bantu, as construções adjetivais são as menos transitivas, uma vez que há apenas um elemento do tipo *coisa* envolvido e a relação estabelecida entre o nome e a qualidade não tem aterramento temporal, situando esse tipo de construção em uma área próxima ao polo menos transitivo no contínuo de transitividade.

Construções conectivas

O termo construção conectiva é usado por Velde (2013) para descrever um tipo de construção de modificação nominal com três elementos: [nome 1 - conectivo - nome 2]. É o que se vê nos exemplos (14) e (15) abaixo:

(14) Lucazi (K13)

njila i-á-i-ndende
[CL_9.caminho CL_9-CON-CL_9-pequeno]

'caminho curto'

(Fleisch, 2000, p. 81)

(15) Lunda (L50)

ma-inzhi a-a-ku-nwa
[CL_6-água CL_6-CON-CL_{15}-beber]

'água potável' [lit. 'água de beber']

(Kawasha, 2003)

Podemos observar que a partícula conectiva (cognata do proto-bantu [*-a] e muitas vezes glosada como preposição e traduzida como 'de' em português e francês ou 'of' em inglês) tem a marca de concordância nominal com o substantivo que a precede. Esse substantivo é o nome modificado. Quanto ao nome modificador, há uma variação considerável nas diferentes línguas, sendo possível manter somente sua própria marca nominal ou receber também a marca de concordância com o nome 1.

Conforme expus na seção 2.3.2, considero esse tipo de construção mais transitiva que a adjetival. De início, é mais transitiva pelo parâmetro do número de participantes, já que são sempre dois, pelo menos. Além disso, o conectivo *-a* de fato se assemelha a uma preposição em outras línguas, pois expressa uma relação cujo marco é especificado.

Esse tipo de construção é mais utilizado para a expressão de qualidades nas línguas bantu que os adjetivos simples que apresentei anteriormente. A terceira maneira de expressar qualidades se dá de forma verbal, como veremos a seguir.

Construções verbais

O tipo de construção utilizado pelas línguas do grupo bantu para modificar nomes de maneira mais transitiva é a construção verbal. Essa construção funciona como qualquer enunciado que expresse uma relação processual temporal. É o uso de um verbo, aterrado temporalmente para modificar o perfil de uma coisa expressa por um nominal.

Ao analisar esse tipo de construção dentro da escala de transitividade, os verbos contribuem para tornar os enunciados relativamente mais transitivos, pois aumentam o grau de efetividade de um evento. Isso se deve ao fato de construções verbais expressarem uma varredura sequencial do processo, em oposição a uma varredura sintetizante (como é o caso dos particípios, que por essa razão se aproximam dos adjetivos). Assim, expressa-se a modificação de um nome por meio de uma construção que codifica uma relação processual, temporal e com maior possibilidade de incluir parâmetros de transitividade como a pontualidade, a telicidade, a cinese, etc. Isso é possível pela extensa variedade de extensões verbais, que são tema da próxima seção e são objeto do capítulo 5 - *As extensões verbais bantu e a orientação ao evento*.

Ao privilegiar construções conectivas e verbais para expressar propriedades, as línguas bantu utilizam uma área mais intermediária do contínuo de transitividade se comparadas a línguas que privilegiam construções adjetivais. Nesse sentido, a maneira de codificar atributos e qualidades é um parâmetro bastante relevante para análises tipológicas de transitividade, uma vez que pode indicar se e como os nominais são individuados.

2.4.2 Construções de inversão

A segunda característica das línguas bantu que indica uma tendência do grupo às construções orientadas aos eventos é uma construção conhecida como inversão. As construções de inversão se caracterizam pelo fato de o nominal com o qual a marca de sujeito do verbo concorda não ser o agente do evento denotado. De certo modo, nas construções com dois nominais, ambos podem ocupar a posição de sujeito independentemente de seu papel temático. Essas construções ocorrem sem derivações verbais ou variações sintáticas para além da marca de concordância.

O exemplo abaixo ilustra esse tipo de construção em zulu:

(16) Zulu (S42)

a. Abantu abadala ba-hlala ku-lezi zindlu.
CL_2.pessoa **CL_2**.velho **MS_2**-ficar LOC_{17}-CL_{10}.este CL_{10}.casa
'Pessoas velhas ficam (moram) nestas casas'

b. Lezi zindlu zi-hlala abantu abadala
CL_{10}.este **CL_{10}**.casa **MS_{10}**-ficar CL_2.pessoa CL_2.velho
'Estas casas ficam (moram) pessoas velhas'.

Buell (2007)

Observa-se que a concordância se dá com a classe 2 em (16a) e com a classe 10 em (16b). A despeito dessa indicação de mudança de sujeito (além da ordem de palavras), o evento a que os exemplos fazem referência é o mesmo.

Nesta tese, discuto o termo *construção de inversão* porque ela parte do pressuposto de que sujeito e objeto têm características constitutivas e posições esperadas nas orações. De fato, trata-se de um fenômeno que mobiliza a relação entre as assimetrias de papéis e de proeminência apresentada na seção 2.2.2, mas a ideia de sujeito como elemento mais proeminente na construção, ou mais saliente discursivamente não é alterada. Nesse sentido, o sujeito não é posposto ou invertido; o que ocorre é a elaboração de um elemento nominal inferior na hierarquia de papéis codificado como sujeito. As diferenças desse tipo de construção para uma construção passiva são possibilidades de intensificar ou suavizar as assimetrias de papéis percebidas cognitivamente – com consequências para a transitividade expressa. De todo modo, utilizo o termo *construções de inversão*, uma vez que já está consolidado como referência ao fenômeno em discussão.

Marten & van der Wal (2014) propõem uma tipologia para esse tipo de construção e apresentam sete tipos diferentes de inversão:

- Inversão locativa formal
- Inversão locativa semântica
- Inversão de instrumento
- Inversão de paciente
- Inversão de complemento

- Inversão com concordância padrão
- Inversão de concordância

No capítulo 4 – *Construções de inversão* – abordarei cada tipo com mais detalhes. Neste momento, antecipo que todos têm em comum o fato de não permitirem marca de objeto, não permitirem a omissão do nominal pós-verbal e de apresentarem sempre a ordem verbo-sujeito lógico.[25]

Além das extensões verbais que afetam a transitividade das construções em bantu com pouca proeminência aos participantes, outra característica da gramática bantu que revela a orientação aos eventos é a variabilidade na transitividade exercida pelas extensões verbais, que descrevo brevemente a seguir e detalho no capítulo 5.

2.4.3 Derivações verbais e os participantes dos eventos

As línguas do grupo bantu são notadamente conhecidas pela riqueza de sua morfologia verbal (Meeussen, 1967; Nurse & Philippson, 2003; Petter, 2015*a*; Velde *et al.*, 2019). Essa morfologia inclui prefixos e sufixos que indicam, além das marcas de concordância, do tempo e do aspecto verbal, alterações semânticas que implicam diretamente mudanças de transitividade – seja por ampliar ou reduzir o número de participantes envolvidos no evento ou estado denotado pelo verbo, seja por indicar diferentes níveis de instigação, volição e afetação (parâmetros da proposta de protótipo de Næss (2007)).

De acordo com a proposta de Wichmann (2005, 2007) para além das características já apresentadas anteriomente, nas línguas que tendem a ter sua gramática orientada aos eventos, não aos participantes, o aspecto prevalece sobre tempo como categoria gramatical. Esse parece ser o caso das línguas bantu (Nurse, 2003, 2008; Nurse & Devos, 2019). No entanto, a análise das distinções entre tempo e aspecto em relação à transitividade será objeto de trabalhos futuros. Nesta tese, detenho-me com mais detalhamento à observação das extensões **-ik* (neutro) e **-ɪd-* (aplicativo), que podem expressar mudanças no número de participantes de um

[25]Os autores usam a noção de sujeito lógico a partir da semântica formal, em que o termo é definido como "o último argumento a combinar com o predicado para gerar uma proposição" (*the argument combining last with the predicate to yield a proposition*) (Marten & van der Wal, 2014 : p. 322).

evento. Abordo também outras extensões que interferem no número de nominais na estrutura verbal, como passivas e causativas, por exemplo.

As extensões verbais são sufixos que sucedem as raízes verbais e antecedem as vogais finais. Segundo a reconstrução da estrutura do verbo para o proto-bantu feita por Meeussen (1967), as partes do verbo se organizam da seguinte maneira:

(17) Início - Marca de Sujeito - Negação - Tempo (Aspecto) - Marca de objeto - Raiz - Extensões - Final - Sufixo

Como se vê, as extensões não são morfemas que finalizam a estrutura verbal, por isso a distinção com relação ao termo *sufixo*. O termo sufixo se refere quase que exclusivamente a marcas de modo imperativo plural (Nurse & Devos, 2019), ao passo que as extensões podem ser variadas, tendo em comum a característica de alterarem se e de que modo são afetados os participantes envolvidos no evento que o verbo em questão denota.

A seguir, descrevo brevemente como as extensões **-ik-* e **-ici-* são exemplos de derivação semântica nos verbos com implicações para a transitividade, que apontam para uma organização gramatical de estrutura ativa, indicativa de uma área intermediária do contínuo de transitividade. A primeira extensão reduz a transitividade ao passo que a segunda a aumenta.

Extensão **-ik-*

Nas línguas bantu, quando há alterações de valência em uma construção verbal, ela se dá normalmente pelo uso das extensões, como mencionei anteriormente. O sufixo *-ik-*, chamado *neutro*, "deriva uma oração com um participante a partir de uma oração básica, não derivada, com dois participantes" (Dom, 2014 : p. 1). Comparemos os exemplos abaixo:

(18) Tswana (S31)

a. Ngwana o thubile mae.

ŋ^{w}-àná ʊ́-thùb-íl-é màɪ́.
CL_1.criança MS_1-quebrar-PERF-VF CL_6.ovo

'A criança quebrou os ovos'

b. Mae a thubegile.

màí á-t^{h}úb-èχ-ìl-è.
CL_6:ovo MS_6-quebrar-NEU-PERF-VF
'Os ovos quebraram'

(Creissels, 2002 : p. 403)

Ambos os enunciados acima apresentam a mesma raiz verbal *thúb*. O exemplo em 18b, porém, se difere de 18a ao incluir o morfema neutro *-ik-*, por meio do alomorfe *-èχ*. Por esse motivo, não é possível que (18b) expresse dois participantes. Isso se deve ao fato de que a semântica de *-ik-* é de redução de transitividade, como explicarei em mais detalhes no capítulo 5 - *As extensões verbais bantu e a orientação ao evento*.

De todo modo, considero importante apresentar de imediato que o sufixo *-ik-* não serve apenas à redução do número de participantes. De acordo com Dom (2014), a semântica do sufixo neutro inclui também uma marca de anticausativa, passiva sem agente, potencial, construções de estímulo e evidencialidade, o que levou a literatura bantuísta a nomeá-lo de diferentes maneiras. Além disso, é plausível uma análise que o enquadre como marca de voz média (Dom *et al.*, 2016) de acordo com os domínios semânticos identificados por Kemmer (1993). De modo semelhante, analiso neste trabalho as construções com *-ik-* como pertencentes a um domínio intermediário no contínuo de transitividade.

Extensão *-ɪd-*

Se o sufixo *-ik-* afasta as construções verbais do polo mais transitivo do contínuo de transitividade, a extensão *-ɪd-* funciona de modo oposto: ela afasta a construção do polo menos transitivo, permitindo à construção verbal em que ela ocorre expressar maior transitividade em comparação às construções em que não aparece. Trata-se de um sufixo de construções conhecidas como aplicativas. É o que podemos observar nos dados 19 abaixo, do lubukusu, em que o aplicativo se expressa pelo alomorfe *-el-*:

(19) Lubukusu (S31)

a. O-mu-hayi k-a-rem-el-a o-mw-ana
AUG_1-CL_1-caçador MS.1.SG-PSD-cortar-APL-VF AUG_1-CL_1-criança
ku-mu-sala.
AUG_3-CL_3-árvore
'O caçador cortou a árvore para a criança'

b. O-mu-hayi k-a-rem-el-a ku-mu-sala
AUG_1-CL_1-caçador MS.1.SG-PSD-cortar-APL-VF AUG_3-CL_3-árvore
ku-mu-bano.
AUG_3-CL_3-facão
'O caçador cortou a árvore com o facão'

c. O-mu-hayi k-a-rem-el-a ku-mu-sala
AUG_1-CL_1-caçador MS.1.SG-PSD-cortar-APL-VF AUG_3-CL_3-árvore
mu-mu-siru.
AUG_{18}-CL_3-floresta
'O caçador cortou a árvore na floresta'

(Jerro, 2016 : p. 19)

Nos dados em (19c), é o aplicativo *-el* que permite a introdução de mais elementos no evento denotado. O papel desempenhado por esse elemento pode ser variado, como um beneficiário em (19a), um instrumento em (19b) ou um locativo em (19c).

Os usos do morfema aplicativo, porém, reforçam a ideia de que a gradação de transitividade não está ligada exclusivamente ao número de participantes. Isso é observável em construções envolvendo relações de posse em chichewa, por exemplo, uma vez que a presença do aplicativo (*-er*, nessa língua) não altera o número de participantes, como se vê em (20):

(20) Chichewa (N30)

a. Tadala a-na-thyol-a ndodo ya-mwana
Tadala MS.3.SG-PSD-quebrar-VF graveto PC.CON-criança
'Tadala quebrou o graveto da criança'

b. Tadala a-na-thyol-er-a mwana ndodo
Tadala MS.3.SG-PSD-quebrar-APL-VF criança graveto
'Tadala quebrou o graveto da criança' (ou 'Tadala quebrou um graveto para a criança').

c. Mphatso a-na-ndi-thyol-er-a mwana mwendo
Mphatso MS.3.SG-PSD-MO.1.SG-quebrar-APL-VF criança perna
'Mphatso quebrou a perna da criança para mim'.

(Simango, 2007 : p. 929)

Na comparação entre (20a) e (20b), pode-se inferir que o aplicativo *-er* no chichewa acrescenta um argumento ao verbo, permitindo a ambiguidade existente em (20b). Nesse caso, o nominal *mwana* seria incluído pelo aplicativo, funcionando como benefactivo. No entanto, (20c) mostra que é possível expressar mais um participante, pela marca de objeto *ndi-*, cujo resultado é a denotação de um evento em que o beneficiado é a primeira pessoa. Ao analisar (20c) em contraste com (20b), é possível sugerir que o morfema aplicativo aumenta a transitividade dos enunciados por elevar o nível de afetação do objeto, e não necessariamente por aumentar o número de participantes. Se retomarmos a noção de transitividade apresentada anteriormente, em que a afetação do objeto é um fator relevante para aproximar as construções do polo mais transitivo do contínuo, o estudo da extensão verbal **-ici* precisa compor a análise a que me proponho nesta tese. Esse estudo faz parte do capítulo 5 - *As extensões verbais bantu e a orientação ao evento*.

2.5 Considerações finais

Neste capítulo, descrevi as diferentes formas de alinhamento na marcação de participantes e como essa tipologia está relacionada a uma noção de transitividade que privilegia o número de participantes denotados por uma expressão. Tal abordagem considera a distinção entre construções com um participante e construções com dois participantes como mais relevante que os diferentes papéis desempenhados por esses participantes no evento a ser denotado.

Abordar a transitividade de modo categórico (transitivo x intransitivo) exige que o sistema de marcação de participantes ativo-estativo seja explicado por meio de uma cisão no padrão de transitividade. No entanto, defendi que a transitividade é uma categoria gradual de análise linguística, que tem como o polo menos transitivo uma construção nominal e como polo de máxima transitividade a expressão de um evento com múltiplos participantes efetivamente realizado, de acordo com os parâmetros propostos por Hopper & Thompson (1980), Langacker (1991) e Næss

(2007).

Por meio da Gramática Cognitiva, mostrei que as variações nos níveis de transitividade nas construções se devem a diferentes maneiras de conceitualizar determinadas situações no mundo. A mobilização das assimetrias de papel e de proeminência permitem às línguas construir expressões com maior ou menor transitividade de diferentes maneiras; maneiras essas que resultam em uma tipologia que distingue línguas orientadas aos eventos e línguas orientadas aos participantes. Enquanto uma gramática orientada aos eventos trata as assimetrias de proeminência de modo independente das assimetrias de papel, uma gramática orientada aos participantes tende a expressar essas assimetrias de modo mais equivalente.

Apresentei também o protótipo de construção transitiva de Næss (2007) que, apesar de se aproximar do polo mais extremo do contínuo de transitividade, não é o tipo de construção mais transitiva possível. Os parâmetros de instigação, volitividade e afetação apresentados pela autora funcionam como critérios para analisar a distinguibilidade entre os dois participantes denotados e indicam variações na transitividade de uma construção.

Por fim, introduzi os três tópicos da gramática bantu que evidenciam uma tendência dessas línguas a se orientarem aos eventos e não aos participantes. Esses tópicos são i) a expressão de qualidades; ii) construções de inversão; e iii) derivações verbais . Os próximos capítulos desta tese são dedicados a demonstrar como cada um desses tópicos revelam a orientação aos eventos nas línguas do grupo bantu.

Capítulo 3

Codificação de qualidades

O objetivo deste capítulo é apresentar como a conceitualização de uma orientação ao evento se revela na maneira de codificar qualidades. Argumentarei que a centralidade dos eventos (em oposição aos participantes) para esse tipo de transitividade favorece o uso de construções verbais para codificação da modificação nominal o que, nas línguas bantu, faz com que a classe dos adjetivos conte com um número fechado e restrito de unidades.

O modo de modificar nominais em línguas bantu é variado a ponto de colocar em questão a própria existência de uma classe de adjetivos e, consequentemente, a universalidade dessa categoria. Wetzer (1996), por exemplo, considera que as propriedades gramaticais das palavras normalmente classificadas como adjetivos podem ser, a depender da língua, subcategorias dos nomes ou dos verbos. Nesse caso, os adjetivos não comporiam uma classe de palavras própria, tampouco universal.

Essa visão foi compartilhada por Dixon em um de seus primeiros trabalhos sobre adjetivos (1977), no qual considera que "nem todas as línguas têm uma grande classe Adjetivo. Ou não têm nenhuma classe Adjetivo ou há uma classe pequena e não produtiva que pode ser chamada por Adjetivo" (Dixon, 1977 : p. 2-3).[1] Este último parece ser o caso das línguas bantu, pois há palavras nessas línguas com características próprias que não equivalem àquelas dos substantivos e dos verbos, mas são em número bastante restrito.

[1] *[...] not all languages have the major word class Adjective. Either they have no Adjective class at all, or else there is a small non-productive minor class that can be called Adjective.*

Em relação à universalidade da classe de adjetivos, a posição de Dixon é revista por ele mesmo, que afirma posteriormente (2004 : p. 9): "Aqui sugiro a ideia de que, assim como todas as línguas têm classes distinguíveis de nomes e verbos, todas as línguas têm uma classe distinguível de adjetivos."[2]

Universal ou não, mostrarei neste capítulo que a classe Adjetivos existe nas línguas bantu, mas não é a principal estratégia para codificar qualidades nessas línguas. Os nomes em bantu podem ser modificados por adjetivos justapostos em concordância com eles, mas as estratégias mais recorrentes são a construção conectiva e as construções verbais. Por isso, os estudos tipológicos costumam considerar que as línguas bantu, em geral, apresentam uma estratégia "mista" para a codificação de qualidades (cf. Wetzer, 1996; Stassen, 2013).

De acordo com o apresentado no capítulo 2 - *Estrutura ativa e orientação aos eventos*, considero que, na gramática das línguas bantu, predomina a conceitualização de eventos de um modo distinto dos esquemas *bola de bilhar* e de *autonomia e dependência*, que Langacker (1991, 2000, 2008) utiliza para explicar as diferenças entre, respectivamente, construções acusativas e ergativas. É o que considero parte da orientação ao evento (Wichmann, 2007), que se revela de modo mais evidente num sistema de alinhamento da marcação de pessoas verbais de tipo semântico, ou seja, naqueles em que a marcação na codificação dos participantes de um evento não se expressa por caso, mas por aspectos mais agentivos ou mais pacientivos, como visto na seção 2.1 do capítulo anterior.

Conforme mencionado anteriormente, a marcação de pessoas verbais nas línguas bantu é, em geral, considerada acusativa, sem marcação de caso.[3] No entanto, essa característica não necessariamente implica a correspondência dos arquétipos temáticos de *agente* e *tema* às relações gramaticais de sujeito e objeto – independente do tipo de voz em que o enunciado foi construído.[4]

A relevância de analisar como são codificadas as qualidades para este trabalho está na correlação que há entre a tendência a usar predicações verbais para este fim

[2] *I here put foward the idea that, just as all languages have distinguishable classes of noun and verb, so all languages have a distinguishable adjective class.* – no original.

[3] König (2008), no entanto, aponta para a possibilidade de que línguas das zonas H, R e K apresentem um sistema de Nominativo Marcado.

[4] Sobre esta última afirmação, me deterei no capítulo 5 - *As extensões verbais bantu e a orientação ao evento*.

e a marcação semântica de participantes. Essa correlação foi apontada já por Sapir (1917*a* [1916]) e reforçada por Klimov (1974), Bauer (2000) e Wichmann (2005). A partir da premissa de que nomes denotam *coisas* e verbos denotam *relações processuais*, considero, seguindo a Gramática Cognitiva, que o uso de verbos para codificar qualidades corresponde ao perfilamento de um estado de coisas ou de um evento com mais saliência que eventuais participantes envolvidos na relação. Isso implica construções com transitividade mais alta quando comparadas à codificação de propriedades em construções de cópula ou em adjetivos justapostos em adjunção.

Essa implicação é baseada na noção de transitividade gradiente apresentada por Hopper & Thompson (1980) e na tipologia de transitividade proposta por Kittilä (2002, 2012) e Næss (2007) que detalhei no capítulo 2. Ao codificar qualidades por meio de construções conectivas e verbais, considero que as línguas bantu utilizam estratégias mais transitivas que a adjunção de adjetivos: as primeiras ao estabelecer a qualidade como um participante dentro de uma relação e as segundas simplesmente por perfilarem uma relação temporal e não uma *coisa*.

Assim, descreverei ao longo deste capítulo quais são as conceitualizações evocadas por cada uma das estratégias de codificação de qualidades em línguas bantu e como o fato de as construções conectivas e verbais serem predominantes revela uma tendência dessas línguas a localizarem o ponto inicial da cadeia de ação nas relações, não nos participantes.

3.1 Adjetivos simples

Na definição de Langacker (1991, p. 544), adjetivos são "uma expressão que perfila uma relação atemporal com uma coisa como trajetor".[5] Essa definição coloca o que chamamos de adjetivo em uma categoria de conceitualização que não lhe é exclusiva: a das relações atemporais, que inclui também relações preposicionais e adverbiais. A distinção entre elas está nas características que o trajetor (TR) e o marco (LM) possuem.

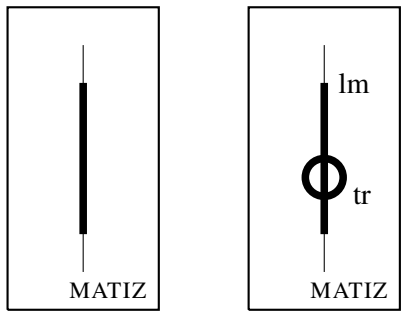
Se o LM de uma relação é especificado, trata-se de uma relação preposicional. Essa relação pode ter um sentido tanto adjetival, como no caso de *casa de bonecas*

[5] *An expression that profiles an atemporal relation with a thing as trajector* – no original.

ou adverbial, como em *Maria anda de bicicleta*. Adjetivos e advérbios surgem como classes separadas quando o marco dessa relação não é especificado, como em *carro vermelho* e *as alunas leem rápido*. No primeiro caso, o adjetivo *vermelho* denota a relação entre uma região em uma escala cromática e a coisa expressa por *carro*. O nome *carro* é o trajetor e o ponto na escala, que é LM de *vermelho*, não é explicitado. Já a relação expressa por *rápido*, situa uma atividade aterrada (*grounded*) temporalmente em uma escala de velocidade. Essa escala é o LM de *rápido* e tampouco é explicitada, o que nos leva a analisar a relação como adverbial. Em suma, enquanto adjetivos codificam uma relação atemporal cujo trajetor é uma coisa (ou seja, um nominal), advérbios expressam relações atemporais que têm como TR outra relação. Ambas as categorias se diferenciam das preposições ao não especificarem seus LMs. Assim, por especificarem o marco, ou seja, o participante de menor proeminência na relação, construções preposicionais são sempre mais transitivas que as relacionais adverbiais ou adjetivais, de acordo com os parâmetros de número de participantes e de individuação do participante menos saliente propostos por Hopper & Thompson (1980).

Outra característica dos adjetivos é que a classe tem propriedades que ora a aproximam dos nomes, ora dos verbos. Como mencionado anteriormente, adjetivos perfilam uma relação cujo marco não é especificado e o trajetor é nominal. Os nomes, por sua vez, são a categoria que constrói a conceitualização de uma entidade do tipo *coisa*. Uma vez que os adjetivos situam *coisas* em escalas avaliativas, há uma proximidade entre essa categoria e a dos nomes que permite o *construal* de um adjetivo como um nome, que perfila uma área da escala em questão: 'bonito' relaciona uma coisa com uma área na escala de beleza; 'rápido' situa algo em uma escala de velocidade e assim por diante. Ao perfilar essa área sem estabelecer relação com um trajetor, o *construal* evocado é nominal, não adjetival. A Figura 3.1 abaixo ilustra essa distinção para o termo cromático 'vermelho':[6]

[6]Relembro que os diagramas frequentemente encontrados em estudos na Gramática Cognitiva não são representações formais rigorosas, tampouco meras figuras informais *ad hoc*. Eles permitem a visualização sistemática de um processo analítico e devem ser considerados "notações heurísticas", utilizados como recurso explicativo e argumentativo (cf. Langacker, 2008 : p. 9-10).



(a) *vermelho* – substantivo

(b) *vermelho* – adjetivo

Figura 3.1: Diagramas das conceitualizações de *vermelho* (Langacker, 1987 : p. 217 - *adaptado*)

Dessa maneira, um nominal como ‘carro vemelho’ perfila uma *coisa* conceitualizada como trajetor de uma relação com a área na matiz de cores denotada pelo adjetivo ‘vermelho’:

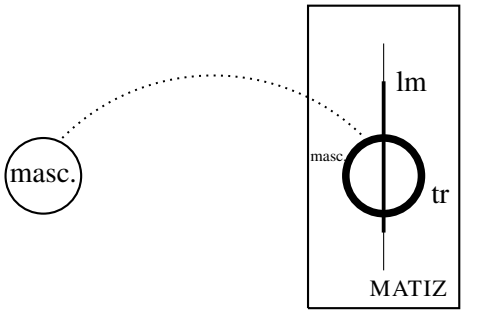


Figura 3.2: Diagrama da conceitualização de *carro vermelho*

A linha pontilhada indica a correspondência entre a *coisa* denotada pela palavra ‘carro’ e o trajetor da relação estabelecida por ‘vermelho’. Essa correspondência é reiterada pela concordância que o sufixo ‘-o’ realiza, marcando o masculino em português. Esse tipo de construção também é observada nas línguas bantu, com algumas especificidades. Partirei dos dados do lunda (L50), que codifica conceitos de qualidade de três maneiras distintas, todas classificadas como adjetivos por Kawasha (2003). A primeira é chamada de ‘Adjetivos simples’ e aparece nos dois exemplos em (21):

(21) Lunda (L50)

a. iyañwa dichínana

i-yañwa di-chínana
CL_5-abóbora CL_5-vermelho

'uma abóbora vermelha'

b. mukánda wuchinána

mu-kánda wu-chinana
CL_3-livro CL_3-vermelho

'um livro vermelho'

(Kawasha, 2003 : p. 118)

Assim como em 'carro vermelho', na construção 'iyañwa dichínana' em (21a) temos um nominal modificado por uma relação que o situa na escala de cores. Conforme apresentado na introdução desta tese, os nomes são identificados nas línguas bantu não apenas, mas principalmente pela marca de classe nominal. No caso de (21a), o prefixo *i-* atribui classe 5 à raiz *-yaña*, elaborando o construal nominal. A raiz *-chínana*, por sua vez, denota uma relação com a escala cromática por um trajetor nominal e o perfil do prefixo *di-* é a elaboração do pertencimento desse trajetor à classe 5.

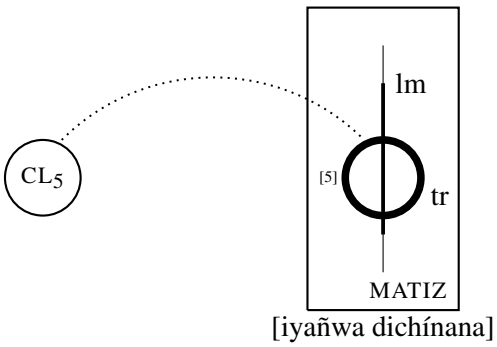


Figura 3.3: Diagrama da conceitualização de *iyañwa dichínana*

Sendo um nominal modificado, o determinador de perfil da expressão em (21a) é o nome 'iyañwa'. O processo de conceitualização em (21b) é semelhante, sendo 'mukánda' o determinador de perfil e 'wuchinána' o modificador. O prefixo 'wu-' indica que a expressão modifica um nome que pertence à classe 3 na língua.

De acordo com Kawasha (2003), apenas 6 raízes em lunda têm o comportamento apresentado acima. O autor ressalta ainda que adjetivos desse grupo "denotam em sua maioria cores e temperatura e também existem como verbos" (p. 118). Essas raízes são:

(22) Lunda (L50)

chínana 'vermelho'
tóoka 'branco'
íliya 'preto'
tontola 'frio'
menzhi a matamba[7] 'verde'
tuta 'fresco, frio, verde'

(Kawasha, 2003 : p. 119)

Um ponto importante a ser observado é que os prefixos de concordância dos adjetivos em lunda ('di-' e 'wa-' nos dados em (21)) correspondem aos prefixos de concordância de sujeito nas construções verbais. Esse fato é constante em diferentes línguas bantu e considero uma primeira característica que aproxima os adjetivos dos verbos nesse grupo linguístico. O fato de serem usadas indistintamente de modo atributivo ou predicativo também favorece a atenuação dos limites entre essas classes de palavras.

Assim como em lunda, também em outras línguas bantu os tipos de qualidade que a construção por 'adjetivos simples' codifica são bastante restritos e, com maior ou menor variação, correspondem aos tipos semânticos básicos identificados por Dixon (1977, 2004): DIMENSÃO, IDADE, VALORAÇÃO E COR. Como veremos adiante, a limitação no número de raízes que denotam essas características é consistente através das diferentes zonas e línguas bantu.

Abaixo, exemplos semelhantes encontrados em lucazi, língua bantu da zona K:

(23) Lucazi (K13)

[7] A palavra 'menzhi' aparece em outras partes da gramática de Kawasha traduzida como 'água'. Penso que o dado seja um problema na edição do texto ou refira-se a uma construção conectiva, que será explicada mais adiante. O termo 'matamba' não aparece em outras situações no texto.

a. muntu muláva

mu-ntu mu-láva
CL_1-pessoa CL_1-preto
'uma pessoa preta; a pessoa é preta'

b. ngombe mutila[8]

(N)-gombe mu-tila
CL_9-vaca CL_1-vermelho
'uma vaca vermelha; a vaca é vermelha'

(Fleisch, 2000)

A estrutura da codificação da qualidade é semelhante à apresentada em (21). Trata-se de uma raiz que modifica um nome ao situá-lo em uma região na escala de avaliação em questão, reiterando a classe nominal a que ele pertence por meio do prefixo de concordância. A leitura predicativa aterra a relação na escala temporal.

Ainda que seja uma estratégia comum a todas as 16 zonas geográficas do grupo bantu, a codificação por meio de adjetivos não é a forma mais produtiva de atribuir uma qualidade a um nome (cf. Creissels, 2000; Segerer, 2008). Nas mais diversas áreas, o número de adjetivos simples é bastante restrito: há apenas 7 em umbundo (R11) (Nascimento, 1894), 9 em chichewa (N30) (Mchombo, 2004) e 16 em lingala (C36) (Boeck, 1904), por exemplo.

Segerer (2008) faz um estudo sobre adjetivos em línguas africanas e analisa 30 línguas bantu. Dessas, o autor afirma que apenas quatro apresentam mais que quinze adjetivos. Essas línguas e a quantidade de adjetivos identificadas por Segerer estão na Tabela 3.1 abaixo:

[8] A marca de concordância 'mu-' em (23b) é assinalada por Fleisch (2000) como prefixo adjetival para as classes 1 e 3. No entanto, o autor não explica por que está associada a um nome de classe 9. Uma hipótese a ser verificada é a de uma leitura "humanizada" do nome modificado em histórias míticas ou ficcionais, por exemplo, uma vez que a classe 1 é usada em nomes que denotam seres humanos.

Tabela 3.1: Línguas bantu com mais de 15 adjetivos

Shingazidja (G44)	26 adjetivos
Kinyamwezi (F22)	24 adjetivos
Lega-beya (D25)	19 adjetivos
Doko (C301)	18 adjetivos

Fonte: (Segerer, 2008 : p. 6)

A meu ver, o fato de haver poucos adjetivos nas línguas bantu está associado ao tipo de transitividade que segue o caminho de *construal* que parte dos eventos (relações) e não dos participantes. Relembro que, de acordo com Hopper & Thompson (1980), a transitividade de uma expressão é maior quanto mais eficaz for a realização de um evento e quanto mais participantes ele tiver. Uma vez que não há evento nessas construções, a transitividade é bastante baixa.

Por iniciar a conceitualização das expressões linguísticas partindo das *relações*, a tendência nesse tipo de língua é atribuir maior saliência às variações de eventividade que às *coisas* envolvidas em eventos ou estados. Dessa maneira, as formas mais produtivas para qualificar nominais nesse tipo de língua são as construções conectivas e as predicações verbais – que perfilam *relações*, em vez de *coisas*. Considerando os parâmetros de análise da hipótese de transitividade de Hopper & Thompson (1980), as primeiras são mais transitivas por terem mais participantes e as segundas por permitirem a variação de elementos comumente relacionados aos verbos, como cinese, pontualidade, modo e agência, por exemplo. Nas próximas duas seções, abordarei como essas construções são realizadas nas línguas bantu.

3.2 Construções conectivas

A construção de que trata esta seção é chamada na literatura de 'conectiva', 'associativa', 'genitiva', 'atributiva' ou 'possessiva'. Adoto o nome de *construção conectiva* seguindo Schadeberg (2003*b*) e a tipologia proposta por Velde (2013, 2019) por ser mais abrangente que 'genitiva' ou 'possessiva' ao mesmo tempo em que explicita que há uma conexão entre os elementos que a compõem. O termo 'associativo' me parece aceitável, mas poderia causar ruído na análise das construções objeto desta seção, uma vez que é usado também para designar algumas derivações

verbais com semântica recíproca (cf. Dom *et al.*, 2015) – ou seja, construções bastante distintas daquelas que serão apresentadas aqui.

A construção conectiva se organiza da seguinte maneira:

[[Nome 1 (N1)][[Conectivo][Nome 2 (N2)]]]

Sendo uma expressão nominal, o determinador de perfil é um nome – o N1 – com o qual o conectivo geralmente faz concordância. Da mesma maneira que os adjetivos, o modificador aparece após o nome modificado. O estatuto do conectivo é descrito de forma bastante variável: ora considera-se que se trata de uma preposição, ora de um prefixo genitivo, ora usa-se o termo genérico 'partícula'. Nesta tese, considero que 'conectivo' é um termo descritivo e também explicativo, pois a construção é exatamente uma conexão conceitual estabelecida entre dois elementos conceitualizados como *coisas*.

O conectivo dessa construção é sempre uma vogal, reconstruída para o proto-bantu como ***-a** (Meeussen, 1967). É nele que a concordância com o nome modificado é feita, por meio de um prefixo. A fim de mostrar que a tipologia de construções que apresento nesta tese não varia apenas translinguisticamente, mas também intralínguas no grupo bantu, recorro novamente a dados do lunda (L50) para exemplificar o tipo de construção em questão:

(24) Lunda (L50)

a. muntu wamuwáhi

mu-ntu wu-a- mu-wáhi
CL_1-pessoa CL_1-CON CL_1-bom
'uma pessoa boa'

b. wamuwáhi

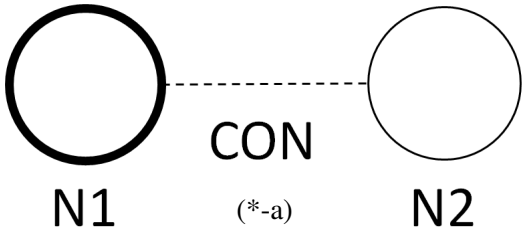
wu-a- mu-wáhi
CL_1-CON CL_1-bom
'o bom, a boa'

(Kawasha, 2003 : p. 121)

No exemplo em (24a), observamos que há um nome que codifica o referente da expressão 'muntu', com o prefixo de classe nominal 1 'mu-'. Esse nome é

modificado por ‘wamuwáhi’, termo que pode ser decomposto em: ‘wu-’ = prefixo de concordância nominal da classe 1; ‘-a’ = conectivo; ‘mu-’ = prefixo de classe nominal 1 e ‘wáhi’ = bom. A conceitualização dessa construção difere daquela exposta na seção 3.1 ao estabelecer uma relação entre dois nomes, aproximando essa forma de modificação das construções preposicionais, como mostra a Figura 3.4.

Figura 3.4: Diagrama da conceitualização da construção conectiva



Fonte: Elaboração própria

Os dois círculos representam os dois elementos codificados como *coisas*, ao passo que a linha tracejada mostra a *relação* estabelecida pelo conectivo. O fato de N1 estar representado por um círculo em negrito demonstra que ele é o determinador de perfil, ou seja, é ele o elemento denotado pela expressão. No exemplo em (24b), o N1 permaneceria em negrito em um diagrama, porém com contorno tracejado, pois seu referente é acessível somente pelo contexto discursivo.[9]

As marcas de classe nominal podem ocorrer de três maneiras distintas: (i) tanto o conectivo como o N2 recebem o prefixo de concordância de classe nominal referente à classe do N1; (ii) somente o conectivo concorda com o N1 e o N2 mantém sua classe original; (iii) somente o conectivo concorda com o N1 e o N2 perde sua marca de classe nominal. Há também línguas em que o conectivo é invariável.

Em (24), vimos um exemplo do primeiro caso. Tanto o conectivo ‘-a’ como o N2 ‘-wáhi’ concordam com a classe 1 do N1, ‘muntu’. Vejamos um caso em que

[9]O fato de haver concordância de classe 1 já evidencia que se trata de um ser humano. No entanto, o elemento que corresponde ao N1 somente pode ser recuperado em ‘enquadramentos’ anteriores no que Langacker (2001, 2008) chama *Espaço Discursivo Corrente* – ‘Current Discourse Space’. Essa noção será detalhada mais adiante.

ocorre a segunda maneira de se realizar a construção conectiva, com duas marcas nominais diferentes: uma de concordância do conectivo e uma marcando a classe à qual pertence o N2:

(25) Kimbundu (H21)
muhatu ua nguzu

mu-hatu u-a [N-]nguzu
CL_1-mulher CL_1-CON CL_9-força

'mulher forte' lit. 'mulher de força'

(Chatelain, 1888)

Nesse exemplo do kimbundu, observa-se que o N2 'nguzu', mantém a nasalização inicial que é a marca de classe 9 na língua. Ainda que Chatelain : p. 65 dedique uma parte de sua gramática do kimbundu à categoria que ele chama 'adjetivos qualificativos', o autor enumera apenas quatro raízes nela e considera que foram formadas pela contração da "partícula genitiva **a** com o prefixo **u** - de nomes abstractos." (1888 : p. 64). O resultado dessa contração é o início da raiz em **o**: **-onene** 'grande'; **-obe** 'novo'; **-ofele** 'pequeno' e **-okulu** " velho'.[10]

A relação entre as construções conectivas e os adjetivos simples não são claras na literatura. Se para o kimbundu descrito por Chatelain os últimos derivam das primeiras, para outras línguas as duas construções podem co-ocorrer com funções pragmáticas distintas. O lingala (C30), por exemplo, apresenta um conectivo invariável 'ya' opcional que, quando utilizado, marca topicalidade do N1 e a qualificação denotada pelo N2 como informação nova. A ausência do prefixo 'ya' indica que o constituinte nominal não é tópico. A opcionalidade do conectivo, nesse caso, é mostrada em (26):

(26) Lingala (C30)
lopángo (ya-)moké

lo-pángo (ya-)mo-ké
CL_{11}-composto (CON-)CL_3-pequeno

[10]Compare com os nomes abstratos *ukongo* 'arte de caçar' < *mukongo* 'caçador'; *umbanda* 'arte de curar' < *kimbanda* 'curandeiro'; *ukamba* 'amizade' < *rikamba* 'amigo', entre outras (Chatelain, 1888 : p. 123).

‘um composto pequeno’

(Meeuwis, 1998 in: Velde, 2013)

Infelizmente, Velde não discute a discrepância nas marcas de classe de N1 e N2 nesses casos, mas afirma que a opcionalidade no uso do conectivo é restrita a uma classe fechada de nomes que denotam qualidades. O fato de o exemplo mencionado codificar um dos tipos semânticos básicos que Dixon (1977, 2004) identifica como prototipicamente expressos por adjetivos pode ser um indício de como essa classe emergiu nas línguas bantu. Como o objetivo deste capítulo não inclui retraçar a diacronia dos adjetivos bantu para discutir as questões de transitividade, o tema fica pendente para possíveis trabalhos futuros.

Além dos nomes abstratos, é possível também utilizar formas nominais dos verbos – como o infinitivo ou o gerúndio – para elaborar a posição de N2. É o que vemos em (27), com o N2 sendo elaborado por um verbo no infinitivo (prefixo de classe 15):

(27) Makwe (G40)

muú-nu w-á-ku-dóóba
CL_1-pessoa CL_1-CON-CL_{15}-ser.preguiçoso

‘uma pessoa preguiçosa’

(Devos, 2008: 136 in: Velde, 2013 : 17)

Ainda que a tradução em português apresente um adjetivo, a construção em (27) que modifica o nome é uma construção conectiva, com o prefixo **w-** marcando a concordância de classe antes do conectivo e o prefixo **ku-** marcando a classe 15, assinalando a forma infinitiva da raiz verbal.

Além das modificações vistas acima, outro uso da construção conectiva nas línguas bantu é a formação de pronomes possessivos. Schadeberg (1990) os chama ‘conectivos pronominais’, o que me parece mais adequado, uma vez que é um uso pronominal das construções conectivas. Em algumas línguas, há concordância de classe nessas construções tanto com o possuidor como com o possuído, o que gera paradigmas enormes. Uma língua em que isso acontece é Herero (R31), por exemplo:

(28) Herero (R31)

a. ò-mù-tí n-ò-ví-yàò vy-á-$^{\downarrow}$w-ó
AUG-CL_3-árvore e-AUG-CL_8-folha CL_8-CON-CL_3-PRON
'a árvore e suas folhas'

b. ò-tjì-kúninò n-ò-mí-tí vy-á-$^{\downarrow}$ty-ó
AUG-CL_7-jardim e-AUG-4-árvore CL_4-CON-CL_7-PRON
'o jardim e suas árvores'

(Velde, 2019 : p. 435)

Em (28a), observa-se que o conectivo é precedido pelo prefixo de concordância 8 'vy', correspondente à classe do possuído 'víyàò' *folha* e o pronome recebe o prefixo de classe 3 'w', que corresponde à classe do possuidor 'mùtí' *árvore*. O mesmo é identificado em (28b), com as classes 4 do possuído e 7 do possuidor. Considerando que há 18 classes nominais (além de algumas subdivisões entre elas) em Herero (Kavari & Marten, 2009), é possível concluir que haja 324 potenciais pronomes possessivos na língua.

O exemplo dos pronomes possessivos mostra como as construções conectivas são uma maneira mais aberta e produtiva de modificar nominais que as construções adjetivais. O fato de estabelecerem uma relação com a elaboração de um segundo nome (ou seja, com a especificação do *marco* da relação que modifica o nome determinador do perfil da expressão) coloca as construções conectivas em uma área de maior transitividade, de acordo com os parâmetros do número de participantes e da individuação do participante em questão. Ainda assim, são expressões que denotam uma situação sem ação, com baixa agentividade e sem volição. Dessa maneira, são – em geral – menos transitivas que as construções verbais utilizadas para a mesma finalidade, que passo a discutir na próxima seção.

3.3 Construções verbais

A terceira estratégia para codificar qualidades nas línguas bantu é a utilização de construções verbais, ou seja, com orações, pura e simplesmente. Nesse caso, em vez de se modificar um nome sem aterramento temporal, usa-se a conceitualização de um processo para denotar as características de uma *coisa*.

Conforme mencionei na introdução, os verbos bantu têm uma morfologia bastante complexa e apresentam uma estrutura como a que aparece em (29):

(29) Pré-MS + MS + NEG_2 + TA + MO + raiz + extensão + VF + Pós-VF

(Nurse, 2008 : p. 40)

Nessa estrutura, a marca de sujeito (MS) é o elemento que faz concordância com a classe nominal do nome sendo modificado. Os dados do lubukusu (JE31c) a seguir subsidiarão a discussão sobre a codificação verbal de qualidades e as distinções de conceitualização – e de transitividade – que ela representa:

(30) Lubukusu (JE31c)

a. Wafula a-a-sangaal-il-e
Wafula MS_1-PRS-feliz-ASP-VF
'Wafula está feliz'

b. Wafula a-a-suluny-e
Wafula MS_1-PRS-triste-VF
'Wafula está triste'

c. Wafula a-a-le-il-e
Wafula MS_1-PRS-alto-ASP-VF
'Wafula está alto'

(Wasike, 2018 : 335)

Wasike (2018) afirma que "em geral, os significados adjetivais que são expressos pelo uso de verbos em lubukusu são *stage-level*" (p. 335), ou seja, indicam características não permanentes; são processos que estão em desenvolvimento ou estados que ainda não foram completamente atingidos. Assim, em (30a) e (30b) o estado de espírito de Wafula é considerado temporário – ele está feliz/triste agora; não se sabe como estava ontem ou estará amanhã – assim como o fato de que *hoje* Wafula está alto. Isso significa que Wafula está mais alto hoje do que a última vez em que foi visto, mas não que ele parou de crescer, como explica Wasike (2018).

Para descrever estados permanentes, por outro lado, os adjetivos são utilizados. Nessa língua, portanto, há uma diferença estrutural na conceitualização de qualidades em seus usos atributivos e predicativos. Enquanto os primeiros (nível individual) são expressos por adjetivos, os últimos (nível de estágio) são verbos plenos, como mostra a comparação em (31). É importante observar que os adjetivos podem ser usados de forma predicativa também, como em (31c).

(31) Lubukusu (JE31c)

a. Ku-mu-sala ku-mu-leyi
AUG_3-CL_3-árvore AUG_3-CL_3-alto
'árvore alta' (nível individual)

b. Ku-mu-sala kw-a-le-il-e
AUG_3-CL_3-árvore MS_3-PRS-alto-ASP-VF
'A árvore está alta' (nível de estágio)

c. Ku-mu-sala ku-li ku-mu-leyi
AUG_3-CL_3-árvore MS_3-ser.estar AUG_3-CL_3-alto
'A árvore é alta'

(Wasike, 2018)

Wasike (2018) aponta para um possível questionamento quanto ao caráter verbal das construções como (31b), devido à significação e ao comportamento semelhantes aos de adjetivos. O argumento em contrário vem das possibilidades de marcação de tempo e aspecto, uma vez que esses verbos podem receber os mesmos afixos para tempo e aspecto que os outros verbos, seguindo à risca a estrutura morfológica de verbos apresentada em (29) como se vê nos dados em (32):

(32) Lubukusu (JE31c)

a. Wafula a-la-sangaal-a
Wafula MS_1-FUT-feliz-VF
'Wafula ficará feliz hoje'

b. Wafula a-kha-saangal-e
Wafula MS_1-FUT-feliz-VF
'Wafula ficará feliz amanhã/ semana que vem'

c. Wafula a-li-saangal-a
Wafula MS_1-FUT-feliz-VF
'Wafula ficará feliz em algum momento no futuro remoto'

d. Wafula a-a-sangaal-a
Wafula MS_1-PSD-feliz-VF
'Wafula esteve feliz há muito tempo'

(Wasike, 2018 : p.)

Pelos critérios de *volitividade*, *cinese*, *aspecto* e *pontualidade* estabelecidos na hipótese de Hopper & Thompson (1980), as construções verbais com significados adjetivais têm baixa transitividade, pois são não volitivas, não denotam ações, têm aspecto não perfectivo e são não pontuais. Daí advém a leitura de qualidade transitória que elas codificam.

As formas verbais de codificar qualidades em línguas bantu mostram que as variações no contínuo da transitividade não dizem respeito apenas ao número de argumentos que um verbo tem, mas também – e principalmente – ao grau de ação ou inação que determinada expressão denota. Dessa forma, a expressão verbal de qualidades é considerada tanto por Klimov (1974) como por Wichmann (2007) características da estrutura ativa para o primeiro e de uma gramática orientada aos eventos para o segundo.

Na próxima seção, apresento exemplos de línguas de outras famílias que apresentam estratégias semelhantes para codificar qualidades. Além da codificação "mista" (tanto verbal como não verbal) dos significados adjetivais, essas línguas têm em comum com o grupo bantu uma orientação ao evento.

3.4 Um olhar comparativo

Nesta seção, além de discutir o fenômeno dos 'adjetivos verbais' como preponderante entre as línguas humanas, reforçarei a sua correlação com a orientação ao evento. Para expor a abrangência do fenômeno, utilizo os dados do WALS (World Atlas of Linguistic Structures - de Dryer & Haspelmath (2013)). A correlação com uma transitividade distinta da dos arquétipos de *bola de bilhar* ou de *autonomia/dependência* é exemplificada por meio de dados do kamaiurá (Seki, 1976, 2000) e do japonês (Uehara, 1996).

Stassen (2013) estabelece uma distinção entre as formas de codificar os adjetivos predicativos nas línguas do mundo, com base em dois tipos básicos: uma codificação não verbal e uma codificação verbal. O primeiro tipo abrange línguas como o inglês, para as quais a morfologia dos verbos predicativos não está disponível para os adjetivos predicativos. Assim, o sufixo [-s], marca verbal de 3ª pessoa do singular, não ocorre com adjetivos na língua, como mostra o exemplo em (33c):

(33) Inglês

a. John sleep-s

b. John is tall

c. *John tall-s

(Stassen, 2013)

O segundo tipo, por outro lado, inclui uma maneira de codificação de adjetivos predicativos idêntica à codificação verbal. O exemplo dado por Stassen é do bororo, língua da família macro-gê falada no estado do Mato Grosso, Brasil:

(34) Bororo (macro-gê)

a. i-mago-re
1SG-falar-NEU
'Eu falo/falei'

b. i-kure-re
1SG-alto-NEU
'Eu sou/fui alto/a'

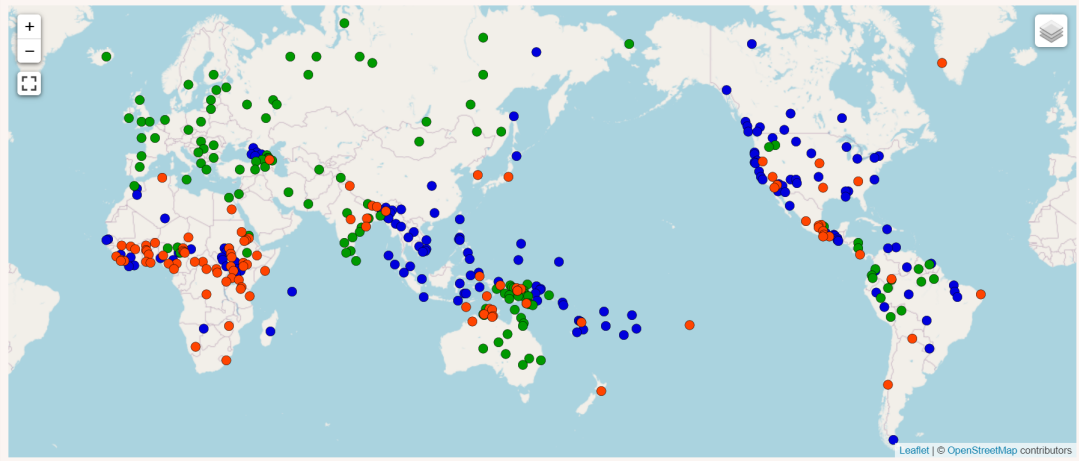
(Stassen, 2013)

Como se vê no exemplo acima, a estrutura de (34a) é idêntica à de (34b): [marca de pessoa - informação lexical - marca de tempo/aspecto]; servindo tanto a predicações verbais como a predicações adjetivais. Além dos dois tipos apresentados acima, Stassen (2013), assim como Wetzer (1996), inclui em seu estudo comparativo também um terceiro tipo de codificação, que o autor classifica como *misto*. A codificação mista pode ser realizada de duas maneiras diferentes: (i) o mesmo item lexical pode se comportar ora de forma verbal, ora de forma não verbal e (ii) os itens lexicais têm comportamento fixo, mas a língua apresenta uma codificação cindida das predicações adjetivais: algumas serão sempre verbais, outras serão sempre não verbais.

Conforme apresentado nas seções anteriores, as línguas bantu em geral apresentam essa dupla possibilidade de adjetivação predicativa (verbal e não verbal). A distribuição de línguas com predicação adjetiva do tipo *mista* tem um caráter areal bastante marcado em regiões limítrofes entre áreas com predomínio de predicação verbal e áreas com predomínio de predicação não verbal. Isso corresponde, segundo Stassen (2013), à América Central, à Nova Guiné e ao leste do subcontinente

indiano além de, mais fortemente, à África sub-saariana. Na Figura 3.5 abaixo, é possível observar essa distribuição. Os círculos vermelhos indicam a predicação *mista*, os círculos azuis indicam predicação verbal e os verdes, a não verbal.

Figura 3.5: Distribuição da tipologia de adjetivos predicativos



Fonte: Stassen (2013)

Ainda que a amostra de línguas incluída na análise de Stassen não seja exaustiva, é interessante observar que apenas o sudeste asiático e a Eurásia são regiões relativamente homogêneas. O restante do mundo apresenta uma variação considerável nas maneiras de codificar predicações adjetivais.

Em capítulos anteriores, relatei a ideia de que a codificação de qualidades por meio de construções verbais está correlacionada a um sistema de marcação de participantes de natureza semântica (em que a marcação de participantes é acionada por fatores semânticos e não pela distinção sujeito-objeto). A fim de ilustrar essa correlação, apresento a seguir breves descrições das formas de codificar qualidades em duas línguas de fora do grupo bantu que não são ligadas geneticamente entre si, mas apresentam uma transitividade que se distingue dos esquemas *bola de bilhar* e *autonomia/dependência*. Essas línguas são, como já mencionado, o kamaiurá e o japonês.

3.4.1 Com o kamaiurá

O kamaiurá é uma língua tupi-guarani do tronco tupi e de especial relevância para este estudo por dois motivos: possui codificação de qualidades por meio de

estruturas verbais e um alinhamento de participantes do tipo ativo-estativo (Seki, 1976, 1987, 1990, 2000). Ainda que uma estrutura ativa de uma língua não se limite à marcação dos participantes em uma oração, o kamaiurá faz essa distinção quando o participante é ativo ou estativo – independentemente de a oração ser transitiva ou intransitiva – de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 3.2: Paradigma de marcas de pessoa em kamaiurá

Pessoa	Série I (SI-ativa)	Série II (SII-inativa)
1.SG	a-	je-
2.SG	ere-	ne-
1.PL.INCL	ja-	jené-
1.PL.EXCL	ore-	ore-
2.PL	pe-	pe-
3	o-	o- (REFL.)/ i-, t-, h- (IRREFL.)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Seki (1976).

A distinção entre nomes e verbos em kamaiurá é bastante tênue e, segundo Seki (1976), ocorre na utilização de afixos diferentes: instrumentativo e agentivo para nomes e causativo para verbos, por exemplo. Dessa maneira, as duas séries de prefixos pessoais apresentadas na tabela acima são utilizadas tanto em nomes como em verbos, como podemos ver nos dados em (35) abaixo:

(35) Kamaiurá (tupi)

a. je-jurú
1SG.SII-boca
'minha boca' (nome)

b. je-katu
1SG.SII-bom
'Eu sou bom' (verbo estativo)

c. je-nupã
1SG.SII-bater
'Batem-me' (verbo da classe I)

(Seki, 1976 : 227)

Curiosamente, Seki também traduz o exemplo em (35c) como *tu me bates*, *vós me bateis* e *ele me bate* (Seki, 1976 : 226). A marcação de agente e paciente

do verbo *nupã* obedece a uma hierarquia de pessoa e codifica apenas um participante. Assim, *je-nupã* codifica a primeira pessoa do singular como o marco da relação de bater e o trajetor fica indefinido e com o referente recuperável apenas contextualmente.

A definição de qual série de prefixos será usada depende não apenas do significado do verbo, mas também de qual pessoa funciona como sujeito e objeto. Se a primeira pessoa é objeto, é o prefixo *-je* (série II, inativa) que aparecerá afixado ao verbo, como se vê em (36).

(36) Kamaiurá (tupi)

a. kunu'um-a je=r -etsak
menino-NU 1SG=REL -ver
'o menino me viu'

b. ene je=r -etsak
você 1SG=REL -ver
'você me viu'

(Seki, 2000 : 155)

Esses dados poderiam nos levar a imaginar um sistema de marcação de caso ergativo, com o verbo recebendo prefixo em concordância com o objeto nessas orações transitivas. A análise estaria equivocada, pois em outra série de verbos, chamados descritivos por Seki, o prefixo é referente ao sujeito:

(37) Verbos descritivos em Kamaiurá (tupi)

a. ene ne=r -oryp
você 2SG=REL -alegre
'você está alegre'

b. i-'ajur -a i-huku
3-pescoço -NU 3-comprido
'o pescoço dele é comprido'

c. i-huku
3-comprido
'Ele é comprido'

(Seki, 2000 : 157)

Os prefixos utilizados em (37) são da série II (inativa) dos prefixos pessoais do kamaiurá. O uso de verbos descritivos como *-oryp* (alegre) e *-huku* (comprido) é a estratégia padrão da língua para codificar qualidades. Como mostrei anteriormente, essa característica revela que a transitividade na língua opera a partir do centro da cadeia de ação, não da ponta inicial (fonte de energia, agente) nem da ponta final (pia de energia, tema). Essa forma de lidar com os fenômenos de transitividade é evidenciada em kamaiurá principalmente por sua estrutura ativa, que transparece no sistema de marcação dos participantes nas orações. Na próxima seção, apresento como a orientação ao evento também é perceptível na língua japonesa, uma língua com codificação de qualidades do tipo mista, mas marcação de participantes por um sistema nominativo-acusativo – assim como as línguas bantu.

3.4.2 Com o japonês

A codificação de qualidades na língua japonesa apresenta dois tipos de flexão: uma que aproxima adjetivos de verbos e uma que os aproxima de substantivos. Comumente, são chamados *adjetivos-i* (flexionados) e *adjetivos-na* (não flexionados), respectivamente, devido às partículas que acompanham cada tipo. A literatura sobre o japonês debate a existência de uma ou duas classes distintas para os adjetivos. Assumindo a universalidade dos adjetivos já mencionada no início deste capítulo, Baker (2003) considera as duas formas adjetivais (adjetivos-i e adjetivos-na) do japonês como pertencentes a uma única categoria, assim como Nishiyama (1999). Uehara (1996) e Namai (2002), por outro lado, defendem a existência de duas classes lexicais diferentes, que tratarei aqui por adjetivos verbais e adjetivos nominais.

Independente de serem classes flexionais de uma classe (como defende Baker) ou duas classes de palavra distintas (conforme Uehara), o ponto é que há características sintáticas que aproximam os adjetivos em japonês ora dos verbos, ora dos nomes. A distinção entre ambos pode ser sintetizada da seguinte maneira:

> Adjetivos flexionados em japonês carregam semelhanças aos verbos uma vez que são flexionados e funcionam como núcleos de predicados e diretamente como modificadores em NPs. Da mesma maneira, adjetivos não flexionados se parecem com nomes no sentido de serem

> não flexionados, funcionarem como complemento de cópula de maneira semelhante e funcionarem como modificadores em NPs com um marcador adnominal.[11]
>
> (Backhouse, 2004 : 51)

Vejamos no exemplo abaixo como as duas classes de adjetivos se distinguem, primeiramente em relação aos nomes. Nos exemplos em (38-40), mantive as siglas utilizadas por Uehara para as três classes: N (nome), NA (adjetivo nominal < *noun adjective*) e A (adjetivo). Eles mostram a semelhança entre os nomes (N) e os adjetivos nominais (NA) quando em função predicativa em três contextos:[12]

(38) Passado

a.	N	*Sensei dat-ta.*	professor/a COP-passado	'Era professor/a.'
b.	NA	*Kirei(-)dat-ta.*	bonito/a(-)?-passado	'Era bonito/a.'
c.	A	*Huru-kat-ta.*	velho/a-FLE-passado	'Era velho/a.'

(39) Negativa

a.	N	*Sensei zya nai.*	professor/a COP NEG	'Não era professor/a.'
b.	NA	*Kirei(-)zya nai.*	bonito/a(-)? NEG	'Não era bonito/a.'
c.	A	*Huru-ku nai.*	velho/a-FLE NEG	'Não era velho/a.'

(40) Orações gerundivas

a. N

Are wa sensei de, kore wa gakusei da.
aquele/a TOP professor/a COP, este/a TOP aluno/a COP
'Aquele/a é o/a professor/a, e este/a é o/a aluno/a' (lit. Aquele/a sendo o/a professor/a, este/a é o/a aluno/a)

[11] Inflected adjectives in Japanese bear some resemblance to verbs insofar as they are inflected and function as head of predicates and directly as modifiers in NPs. Similarly, uninflected adjectives resemble nouns in that they are uninflected, function as copula complements in a similar way, and function as modifiers in NPs with an adnominal marker.

[12] Há uma discussão apresentada por Uehara (1996) sobre o estatuto do morfema *da* que segue os NAs: parte da literatura o considera um sufixo de flexão, parte o analisa como o morfema livre de cópula. Uehara mantém o hífen entre parênteses para não assumir uma das posições como correta e eu reproduzo sua opção nos dados aqui apresentados.

b. NA

Are wa kirei(-)de, kore wa zyoobu(-)da.
aquele/a TOP bonito/a(-)?, este/a TOP robusto/a(-)?
'Aquele/a é bonito/a, e este/a é aluno/a' (lit. Aquele/a sendo bonito/a, este/a é robusto/a)

c. A

Are wa huru-kute, kore wa atarasi-i.
aquele/a TOP velho, este/a TOP novo/a
'Aquele/a é velho/a, e este/a é novo/a' (lit. Aquele/a sendo velho/a, este/a é novo/a)

(Uehara, 1996 : 62-63)

Uma forma de observar que os adjetivos verbais (A, para Uehara) se aproximam dos verbos é pela construção interrogativa, que exige a partícula *ka* em um discurso formal:

(41) *ka* (partícula interrogativa)

a.	N	*Hon ka?*		'Era professor/a?'
b.	NA	*Kirei ka?*		'Era bonito/a?'
c.	A	**Huru ka?*	=> Huru-i ka?	'Era velho/a?'
d.	V	**Ik ka?*	=> Ik-u ka?	'(Ele/a) Vai?'

Enquanto nomes e adjetivos nominais não mantêm os sufixos de suas formas de citação, o mesmo não pode ocorrer com adjetivos verbais e verbos, que exigem os morfemas *i* e *u*, respectivamente, como se vê em (41c) e (41d). Isso mostra que as raízes são presas tanto nos adjetivos verbais como nos verbos e aproxima as duas classes, em oposição ao nome e ao adjetivo nominal. Essa característica é perceptível não apenas nas interrogativas formais, mas também nas perguntas em fala coloquial, perguntas indiretas e em predicados de modalização epistêmica (cf. Uehara, 1996 : 66-69).

Os adjetivos verbais permitem também alterações de papel temático, como se vê nos casos abaixo:

(42) Japonês

a. Obake wa kowa-i
fantasma TOP ser/estar.assustador
'O fantasma é assustador'

b. Watasi wa kowa-i
1SG TOP ser/estar.assustado
'Eu estou assustado'

(Uehara, 1996 : 199)

Uehara (1996) afirma que os dados em (42) podem ser interpretados também de maneira reversa: (42a) como *o fantasma está assustado* e (42b) como *eu sou assustador*. Ao tratar dessas construções, Uehara as considera predicados de sujeitos alternativos e relaciona o tipo de sujeito à transitoriedade da característica denotada pelo adjetivo verbal: quando o sujeito é o estímulo (de um predicado como *ser assustador*, por exemplo), a característica é permanente, quando ele é experienciador (como em *estar assustado*), a característica é transitória. É interessante observar a alternância de uso dos verbos *ser* e *estar* nas traduções para o português como correspondência a essa distinção entre os níveis de estágio (transitório) e individual (persistente).

Essa proximidade dos adjetivos verbais com verbos leva outro autor, Backhouse (2004), a tratar, nas glosas, o sufixo -i dos adjetivos verbais como uma marca de 'não passado' e apresentar um dado em que ele funciona como predicador único, sem cópula. É a maneira como o adjetivo verbal *naga-i* aparece no exemplo em (43):

(43) Usagi no mimi wa naga-i
coelho ADNOM orelha TOP longo/a-NPAS
'Orelhas de coelho são longas'

(Backhouse, 2004 : 53)

Conforme demonstrado, a codificação de qualidades em japonês tem estratégias nominais (os adjetivos nominais) e estratégias verbais (adjetivos verbais), assim como as línguas bantu. Nesse sentido, a tipologia de Stassen (2013) considera que há no japonês também uma codificação mista, com estratégias verbais e não verbais. Também de modo semelhante ao grupo bantu, o japonês apresenta um sistema

de caso nominativo-acusativo, mas há algumas características que indicam uma orientação ao evento, cujo ponto inicial da conceitualização não necessariamente está no agente.

Como esta tese não é sobre o japonês, me abstenho de aprofundar a análise desse ponto. No entanto, para reforçar o argumento de que estratégias mistas ou verbais de codificação de qualidades estão correlacionadas à orientação ao evento, chamo a atenção para o fato de que nenhum dos dados analisados nesta seção possui marcas de caso nominativo ou acusativo, que existem na língua por meio dos morfemas *ga* e *o*, respectivamente. Em todas as construções apresentadas, o sujeito é marcado com a partícula *wa*, de tópico. A opção entre ga (NOM) e *wa* (TOP) pode, inclusive afetar a distinção entre os níveis de estágio e individual de predicados como aqueles vistos em (42). É o que argumenta Uehara (1996), ao apresentar o seguinte par opositivo:

(44) *ga* vs. *wa*

a. *Zyon* *wa* *abuna-i* 'João é perigoso'

b. *Zyon* *ga* *abuna-i* 'João está em perigo'

Ainda que *abuna-i* seja ambíguo, a partícula *wa* atrelada ao trajetor favorece uma leitura de sujeito estímulo, ao passo que a partícula *ga* propicia uma leitura de sujeito experienciador. A meu ver, o tipo de alternância em (44) poderia ser analisado como parte de uma estrutura orientada ao evento na língua japonesa, mesmo que não seja exatamente igual à alternância entre predicados ativos e estativos vistos em kamaiurá na seção 3.4.1.

3.5 Considerações finais

Neste capítulo, apresentei a codificação de qualidades como um parâmetro para a identificação das formas de transitividade nas línguas, uma vez que transitividade é um fator que não deve ser calculado apenas a partir do verbo, mas, sim, a partir de toda a construção linguística, seguindo Hopper & Thompson (1980).

Defendi que, nas línguas bantu, a codificação de qualidade se dá, principalmente, por meio de dois tipos de construção: construções conectivas e construções verbais, ainda que haja construções adjetivais também.

As construções adjetivais são as menos transitivas, pois denotam *coisas* e sua relação com uma escala de caracterização sem especificar o *marco* dessa relação.

Construções conectivas perfilam uma relação entre dois elementos e ambos são elaborados no polo fonológico, ou seja, ambos são explicitamente realizados na construção. Esse tipo de construção para caracterizar nominais é muito mais produtiva nas línguas bantu que as construções adjetivais simples. Elas apresentam uma transitividade maior ao introduzir mais participantes e especificá-los.

As construções verbais são a maneira mais transitiva de codificar um estado, ou a maneira menos transitiva de codificar um evento em línguas bantu. Essa forma de codificar qualidades também é mais produtiva que construções com adjetivos simples e é a principal evidência de que o ponto de partida da transitividade bantu não está na fonte da energia (num esquema bola de bilhar) nem na pia de energia (num esquema de autonomia/dependência), mas na ocorrência ou não de uma ação.

Por fim, mostrei que o ponto de partida na ação em si em oposição às suas extremidades (agente/tema) é também característica de outras línguas do mundo que codificam qualidades priorizando construções verbais. Os exemplos comparativos foram o kamaiurá e o japonês.

Conforme já abordado na Introdução, as construções verbais do grupo bantu possuem uma morfologia extensa e variada. Além dos prefixos de tempo, aspecto e modo mencionados neste capítulo, essas línguas têm diferentes prefixos que expressam concordância com o nominal pré-verbal, normalmente analisado como sujeito. No entanto, há construções nas línguas bantu que desafiam a associação entre a posição pré-verbal – e mesmo a *marca de sujeito* – e a noção de sujeito. É o caso das construções de inversão, que são objeto do próximo capítulo.

Capítulo 4

Construções de inversão

Um tema bastante abordado na literatura bantuísta que se insere em uma discussão mais ampla sobre tipologia linguística é o das construções de inversão, sobretudo aquela que se notabilizou pelo nome de *inversão locativa*. Esse tipo de construção interessa aos estudos sintáticos por apresentar problemas relacionados às relações gramaticais, à estrutura da informação, à morfologia verbal e, nesta tese, também à tipologia de transitividade.

Defendo que as construções de inversão colocam às claras a dissociação entre a assimetria de proeminência (sujeito x objeto) e a assimetria de papéis (agente, instrumento, paciente etc.), o que não é esperado em línguas acusativas, como as bantu. Lutz Marten observa esse fato e identifica a existência do desafio para analisá-las:

> "As construções de inversão em bantu [...] colocam um desafio à análise teórica já que (aparentemente) apresentam um descompasso entre a codificação sintática e os papéis semânticos dos participantes de um evento."[1]
>
> (Marten, 2014, p. 138)

Conforme apresentei no capítulo 2, o "descompasso entre a codificação sintática e os papéis semânticos dos participantes de um evento" observado por Marten

[1] *Bantu inversion constructions [...] pose a challenge to theoretical analysis as they (appear to) present a mismatch between the syntactic coding and semantic roles of an event's participants.* - no original.

nas construções de inversão nada mais é que a dissociação entre os dois tipos de assimetria, característica das línguas de estrutura ativa. Isso se deve ao fato de a concordância da marca de sujeito ser feita com o elemento que precede o verbo mesmo que o suposto sujeito se apresente posposto a ele, como se vê nos dados abaixo:

(45) Otjiherero (R30)

a. òvà-ndù v-á-hìtí mó$^{\downarrow}$-ngándá
CL_2-pessoas MS_2-PSD-entrar CL_{18}-CL_9.casa
'As pessoas entraram na casa'

b. mò-ngàndá mw-á-hìtí òvá-ndù
CL_{18}-CL_9.casa MS_{18}-PSD-entrar CL_2-pessoas
'Na casa entrou (as) pessoas'

(Marten, 2006, p. 98)

As duas orações em (45), segundo Marten (2006), "expressam a mesma relação semântica, ou seja, de que os convidados entraram na casa, mas diferem-se em suas características gramaticais e na felicidade pragmática" (2006, p. 98).[2] O que se nota é que em (45a) a marca de sujeito *v-* concorda com a classe 2 do sujeito *òvà-ndù* 'pessoas', ao passo que em (45b), a expressão locativa que diz respeito à 'casa' aparece em posição inicial e indexa a concordância da marca de sujeito com a classe 18, também locativa, mas não altera o significado da construção geral, como observou Marten.[3] Assim, as construções de inversão colocam questões quanto à estrutura da informação e o estatuto gramatical dos nominais relacionados ao verbo.

Esses problemas serão abordados por meio da análise de dois elementos: as relações entre os pares sujeito-predicado e tópico-comentário, e a morfologia de concordância verbal. Neste capítulo, apresentarei a discussão sobre esses temas na perspectiva da Gramática Cognitiva com o objetivo de mostrar como as

[2] *(...) express the same semantic relation, i.e. that guests are entering the house, but differ in their grammatical characteristics and pragmatic felicity* – no original. Marten traduz *òvà-ndù* como 'guests' apesar de glosar o termo como '2-people'. Optei por usar em português o termo correspondente à glosa em vez da tradução.

[3] As diferenças nos padrões tonais indicados pelos acentos gráficos (agudo = tom alto; grave = tom baixo) dizem respeito ao casos tonais que o otjiherero apresenta nos nominais quando pospostos ao verbo: Caso Complemento (CC) e Caso Padrão (CP).

construções de inversão são *construals* menos transitivos para denotar eventos com dois participantes, principalmente do ponto de vista discursivo, como informação de fundo. Nesse sentido, utilizo o termo *inversão* apenas de modo alusivo, uma vez que não se trata de derivações a partir de uma forma original, mas de uma organização sintática com um uso discursivo específico que não necessariamente inverte os termos de uma oração subjacente.

Sugiro que o uso discursivo das construções de inversão seja o de elaboração de panoramas ou panos de fundo; elas inserem informações no discurso para que possam ser retomadas em enunciados sucedentes. A explicação que proponho para os problemas elencados anteriormente baseia-se nas noções de assimetria de papéis e assimetria de proeminência (Langacker, 2008), apresentadas no capítulo 2 - *Estrutura ativa e orientação aos eventos*. Nas construções de inversão, a dissociação entre essas assimetrias é explícita, uma vez que se evidencia a ausência total de correlação entre os pares sujeito-objeto e agente-paciente. Dessa maneira, considero que as construções de inversão são mais um elemento da orientação ao evento presente nas línguas bantu, já que reduzem a saliência da distinção entre os participantes em favor do evento. A atenção dos conceitualizadores está centrada no evento e captura também os elementos envolvidos nele como fundo, em vez de partir dos participantes como figura e conceitualizar a relação entre eles como pano de fundo.

Para demonstrar as afirmações acima, este capítulo se organiza da seguinte maneira: na seção 4.1, introduzo as diversas construções de inversão com base na tipologia apresentada por Marten & van der Wal (2014), a fim de expor a variabilidade de papéis expressos pelo nominal pré-verbal que indexa a concordância no verbo. Em seguida, na seção 4.2, discuto as noções de sujeito e tópico recuperando conceitos da Gramática Cognitiva detalhados no capítulo de introdução a esta tese. Nessa seção, retomo a discussão sobre a *assimetria de papéis* e a *assimetria de proeminência* para argumentar que as construções de inversão devem ser compreendidas no nível discursivo, para além do nível sintático. É nela também que apresento a abordagem utilizada para analisar o discurso em andamento, por meio das noções de *Espaço Discursivo Corrente* (EDC) e de *ponto de referência*. Na seção 4.3 analiso a concordância como um fenômeno simbólico e defendo que, nas construções de inversão, ela codifica a correspondência ao ponto de referência no

discurso, que pode ser, inclusive, um espaço não especificado que serve de *cenário* ao processo denotado pela sentença.[4] Por fim, a seção 4.4 aborda a análise das construções de inversão no âmbito da orientação ao evento que esta tese defende, argumentando que elas servem à redução da transitividade no nível da sentença mas principalmente no nível do discurso, ainda que codificando dois ou mais participantes. Assim, defendo que essas construções situam a transitividade das línguas bantu em uma área intermediária, aproximando-as das línguas de estrutura ativa.

Passo a seguir à descrição dos diferentes tipos de inversão e da variação encontrada nas línguas do grupo bantu. Considero importante salientar, porém, que este capítulo não se destina a uma análise da variação interna às línguas bantu, mas das diferentes formas de inversão como fenômenos ligados à transitividade conforme proposto no capítulo 2 – *Estrutura ativa e orientação aos eventos*.

4.1 Tipos de construção de inversão

Nesta seção, apresentarei o que são as construções de inversão a partir de alguns trabalhos de análise da variação interna às línguas bantu (Morimoto, 2006; Buell, 2007; Marten, 2014; Marten & van der Wal, 2014) bem como de algumas análises de construções ou línguas específicas (Perez, 1983; Bresnan & Kanerva, 1989; Bostoen & Mundeke, 2011; Marten, 2006; Zerbian, 2006; Marten, 2009; Khumalo, 2010; Creissels, 2011; Diercks, 2011; Zeller, 2012; Guérois, 2014; Hamlaoui & Makasso, 2015; Wal, 2015*b*; Ngoboka, 2016; Jerro, 2020; Mallya, 2020; Morapedi, 2020).

Considerando a variedade de autores e datas mencionados acima, é possível constatar que as análises sobre construções de inversão não são consensuais. Isso ocorre sobretudo no que diz respeito ao estatuto sintático do elemento pré-verbal: ora ele é analisado como sujeito, ora como objeto topicalizado. Na seção a seguir apresentarei os diferentes tipos de construções de inversão, antes de argumentar que, por uma perspectiva da Gramática Cognitiva, os elementos pré-verbais são

[4]Utilizo o termo *cenário* como distinto de *local* para expressões locativas que se diferenciam do ponto de vista do construal. Mais adiante no capítulo essa distinção será detalhada, pois é fundamental na observação das diferenças entre *inversões locativas formais* e *inversões locativas semânticas.*

sujeitos.

4.1.1 Inversões locativas

A construção conhecida como inversão locativa é estudada há mais tempo e é aquela sobre a qual mais trabalhos foram desenvolvidos. Trata-se de uma construção em que o elemento que ocupa a posição pré-verbal é uma expressão locativa, como se vê nos dados em (45) introduzidos acima e também em (46):

(46) Chichewa (N30)

a. Ku-mu-dzi ku-li chi-tsîme
CL_{17}-CL_3-aldeia MS_{17}-ser/estar CL_7-poço
'Na aldeia é/está um poço'

b. Ku-mu-dzi ku-na-bwér-á a-lendô-wo.
CL_{17}-CL_3-aldeia MS_{17}-PSD.RCNT-vir-VF CL_2-visitante-CL_2.aqueles
'Na aldeia veio aqueles visitantes'

(Bresnan & Kanerva, 1989, p. 2)

Essa construção chama a atenção pelo fato de a marca de sujeito presente no verbo coincidir com a marca de locativo antecedendo a expressão pré-verbal (nos dados em (46) acima, ambas pertencentes à classe 17). Observa-se também que o nome na posição pré-verbal recebe o prefixo locativo *ku-* sem, no entanto, perder a sua marca de classe nominal *mu-* (classe 3) em *mudzi* ('aldeia'). Por apresentar o morfema locativo prefixado ao nominal e este ser correferente da marca de concordância, esse tipo de construção é chamada *inversão locativa formal*. Dessa maneira, uma primeira questão se evidencia: o elemento locativo pré-verbal é o sujeito da oração? A maior parte dos trabalhos sobre inversão buscam responder justamente a essa pergunta e, neste capítulo, apresentarei o debate sobre a questão bem como proporei uma análise pelo prisma da Gramática Cognitiva defendendo que sim, trata-se do sujeito.

Neste momento, porém, conforme mencionei anteriormente, prosseguirei com a apresentação dos outros tipos de inversão. Ainda nesta subseção, há um segundo tipo, relacionado ao anterior, chamado *inversão locativa semântica* (Buell, 2007; Marten & van der Wal, 2014).

A ideia de *inversão locativa semântica* se opõe à de *inversão locativa formal*, esta última representada pelo exemplo já apresentado em (46). A diferença está no fato de, nas inversões locativas ditas *semânticas*, o elemento pré-verbal não ser antecedido pela marca de classe locativa (normalmente, as classes 16, 17 e/ ou 18, nas línguas que as distinguem). Nesse caso, trata-se de um nominal comum, com sentido locativo, como se vê nos dados do zulu abaixo:

(47) Zulu (S42)

a. La ma-doda a-sebenz-a ku-lesi si-tolo
CL_6-DEM CL_6-homem MS_6-trabalhar-VF LOC-CL_7.DEM CL_7-loja
'Esses homens trabalham nessa loja'

b. Lesi si-tolo si-sebenz-el-a la ma-doda.
CL_7-DEM CL_7-loja MS_7-trabalhar-APL-VF CL_6.DEM CL_6-homem
'Essa loja trabalha esses homens'

(Zeller, 2013, p. 1111)

O que se oberva em (47b) é a marca de sujeito de classe 7 *si-* correspondendo à classe 7 do nominal *sitolo* 'loja'. Ainda que o termo denote um local, não há a marca de locativo *ku-* que aparece na expressão *kulesi sitolo* 'nessa loja' em (47a). Esse tipo de construção é chamado de *inversão locativa semântica* em função do significado do nominal pré-verbal, que designa um lugar.

Assim, a inversão locativa semântica se assemelha à maior parte das outras construções de inversão – como a reversão sujeito-objeto e a inversão instrumental, que apresentarei mais adiante –, no sentido de que a classe nominal do nome em posição pré-verbal corresponde à marca de sujeito em vez da classe de uma partícula locativa.

Em zulu, especificamente, é importante notar que há a necessidade do morfema aplicativo *-el-* para ocorrer a inversão em (47b).[5] Isso não ocorre com verbos estativos inacusativos, como os presentes em (48) abaixo:

(48) Zulu (S42)

[5] A relação entre morfemas de alteração de valência (como o aplicativo e o neutro), as construções de inversão e a inacusatividade/inergatividade dos verbos é significativa também, ao menos, em kalanga (Lafkioui *et al.*, 2016).

a. A-ba-ntu aba-dala ba-hlal-a ku-lezi zin-dlu
AUG-CL_2-pessoa CL_2-velho MS_2-ficar-VF LOC_{17}-DEM_{10} CL_{10}-casa
'Pessoas velhas ficam (moram) nessas casas'

b. Lezi zin-dlu zi-hlal-a a-ba-ntu aba-dala.
DEM_{10} CL_{10}-casa MS_{10}-ficar-VF AUG-CL_2-pessoa CL_2-velho
'Essa casa fica (mora) pessoas velhas'

(Buell, 2007, p. 107-108)

A exigência do morfema aplicativo, como apresentarei no capítulo 5, indica que a construção tem maior transitividade, não necessariamente expressa pela inclusão de um elemento na relação perfilada pela expressão verbal (aumento de valência). Assim, o exemplo (47b) é mais transitivo que o exemplo (48b). É interessante observar que esse morfema ocorre somente quando o locativo aparece na posição de sujeito junto a verbos inergativos (em zulu ao menos) em que a participação do sujeito é maior quando comparada a verbos inacusativos.

Como mencionei anteriormente, defendo que esse fenômeno se deve à distinção entre *local* e *cenário* e está ligada à transitividade das expressões, mas essa discussão se dará mais adiante. Vejamos a seguir como a inversão ocorre com nominais designando instrumentos em posição pré-verbal.

4.1.2 Inversão instrumental

Da mesma maneira que a inversão locativa semântica, a inversão instrumental se caracteriza pelo fato de o conceito evocado pelo nominal pré-verbal (com que a marca de sujeito no verbo concorda) ser instrumental. Em outras palavras, não há marcas morfossintáticas de instrumento ou de algo que possa ser considerado caso instrumental, mas o elemento codificado na posição inicial participa como instrumento do evento denotado.

É o que se vê nos dados abaixo, do siswati em (49) e do zulu em (50):

(49) Siswati (S43)

a. Imali i-dlal-a bantfwana ka-Gates.
CL_4dinheiro MS_4-brincar-VF CL_2.crianças LOC-Gates
'Dinheiro brinca crianças no [Bill] Gates' (Crianças brincam com dinheiro na casa do Bill Gates)

b. Le-moto le-na i-to-hamb-a tsine kuphela.
DEM-CL_9.carro DEM-CL_9 MS_9-FUT-ir-VF 1PL somente
'Carro esse vai(-nos/ nós) somente' (Somente nós vamos nesse carro)

(Thwala, 2006, p. 107-108)

(50) Zulu (S42)

a. U-mfundi u-bhal-a nge-peni.
AUG_1-CL_1.estudante MS_1-escrever-VF com-CL_5.caneta
'O estudante escreve com uma caneta'

b. I-peni li-bhal-a u-mfundi.
AUG_5-CL_5.caneta MS_5-escrever-VF AUG_1-CL_1.estudante
'A caneta escreve o estudante'.

(Zeller, 2012, p. 135)

O que se vê em (49) e em (50b) acima é que o elemento pré-verbal, que indexa a concordância, codifica um instrumento com o qual um agente realiza a ação. Ainda que, do ponto de vista da conceitualização dos eventos, a relação entre *imali* 'dinheiro' e *bantfwana* 'crianças' não seja a mesma que entre *ipeni* 'caneta' e *umfundi* 'estudante', as construções se assemelham no sentido de apresentar em posição pré-verbal um nominal que não codifica o início da cadeia de ação nem a relação temática resultante dela.[6] Assim, as inversões instrumentais se diferenciam das inversões pacientivas, que apresento na próxima seção.

4.1.3 Inversão pacientiva

A inversão pacientiva ocorre quando o elemento pré-verbal tem papel pacientivo. Em algumas análises é chamada também de *reversão sujeito-objeto* (p. ex. Morimoto, 2006), ainda que não haja consenso sobre o estatuto do elemento pré-verbal como sujeito nem sobre o estatuto do elemento pós-verbal como objeto nas construções de inversão. Conforme a posição que apresentei no início deste capítulo,

[6] A conceitualização que privilegia o início da cadeia de ação é o sistema 'bola de bilhar', que normalmente se reflete em um sistema de organização de participantes de tipo acusativo. Já a relação temática resultante de um evento é o ponto inicial padrão para a conceitualização de eventos em um sistema ergativo. Essas diferentes estratégias descritas pela Gramática Cognitiva (Langacker, 1991, 2008) são discutidas no capítulo 2 desta tese.

considero que essas construções simplesmente apresentam um paciente em posição pré-verbal, não necessariamente constituem uma oração derivada de alguma construção distinta.

(51) Luguru (G35)

a. I-mw-ana ka-gula i-ŋ-guo.
AUG-CL_1-criança MS_1-comprou AUG-CL_9-vestido
'A criança comprou o vestido'

b. I-ŋ-guo i-gula i-mw-ana.
AUG-CL_9-vestido MS_9-comprou AUG-CL_1.criança
'O vestido comprou a criança'

(Mkude, 1974, p. 133)

Os exempos do luguru acima mostram que tanto *imwana* 'criança' como *iŋguo* 'vestido' podem aparecer em posição pré-verbal e indexar a concordância no verbo. Ao envolver papéis fortemente associados a uma transitividade prototípica (agente e paciente), as construções de inversão pacientiva receberam bastante atenção e têm sido observadas por uma perspectiva para além da sintaxe.

Em geral, as análises levam em conta, sobretudo, a interação entre a sintaxe e a estrutura da informação (isso vale também para outros tipos de inversão). Morimoto (2006), por exemplo, considera que a marca de sujeito nas inversões pacientivas é concordância com o tópico sentencial, representado pelo nominal pré-verbal. Segundo a revisão feita por Marten (2014), essa é a análise feita pela maior parte dos trabalhos sobre a inversão sujeito-objeto, o que evidencia fatores discursivos como relevantes para a ordem das palavras nas línguas bantu. Não há contradição entre essa posição e uma abordagem pela Gramática Cognitiva, em que tanto a noção de sujeito como a de tópico são compreendidas a partir das instâncias de uso, e isso será discutido na seção 4.2 mais adiante.[7] A posição que defenderei é de que a concordância codifica uma indicação do *ponto de referência* pelo qual a oração e o discurso se constróem; o que pode coincidir com algum dos elementos envolvidos no evento descrito ou com um *cenário* abstrato no caso de construções presentacionais.

[7]Em outras palavras, é possível observar esses fatores também por uma perspectiva indutiva ou *bottom-up*

4.1.4 Inversão de complemento

Esta subseção apresenta brevemente algumas construções consideradas por Marten & van der Wal (2014) que tratam de relações complexas ocorrendo na posição pré-verbal. Essas construções compartilham características com as inversões locativas, instrumentais e pacientivas, por apresentarem um elemento pós-verbal relacionado ao verbo mais agentivo. No entanto, a concordância com o elemento pré-verbal codificada na marca de sujeito é indexada pela classe dos infinitivos.

O exemplo em (52) mostra uma inversão de complemento em kinyarwanda, em que um complemento oracional do verbo aparece em posição pré-verbal e indexa a marca de concordância *gu-*.

(52) Kinyarwanda (D61)

a. Aba-ana ba-kuunda gu-kina.
CL_2-criança MS_2-gostar CL_{15}-brincar
'As crianças gostam de brincar'

b. Gu-kina gu-kuunda aba-ana.
CL_{15}-brincar MS_{15}-gostar CL_2-criança
'Brincar gosta as crianças' ('são as crianças que gostam de brincar')

(Morimoto, 2000 citado em Marten & van der Wal, 2014, p. 334)

Como se vê em (52b), a marca de sujeito concorda com a classe 15, dos infinitivos. Para a argumentação a ser desenvolvida neste capítulo, considero que a classe dos infinitivos funciona da mesma maneira que as demais classes nominais. Ela indica uma conceitualização reificada da atividade expressa pelo verbo, o que aproxima os verbos infinitivos dos nomes.[8] Ainda que possa coincidir foneticamente com as marcas de sujeito.

Em kinyarwanda, uma oração finita com complementizador pode aparecer em posição pré-verbal. Nesse caso, a marca de concordância é padrão e pertence à classe 8, atribuída à codificação de artefatos no proto-bantu (Denny & Creider, 1986). Isso é diferente de outras línguas, que se valem de uma das classes locativas para realizar a marca de concordância padrão, como veremos.

[8]De todo modo, a fluidez entre as categorias *nome* e *verbo* nesse caso contribui para a discussão sobre a transitividade como uma categoria gradiente, como mostrei no caso das construções conectivas no capítulo 3.

4.1.5 Inversão de concordância e concordância padrão

Os dois tipos de concordância que nomeiam esta subseção foram agrupados por compartilharem entre si a característica de não necessariamente apresentarem um elemento pré-verbal. Nas construções de *inversão de concordância* e de *concordância padrão*, o que chama a atenção é a relação entre o verbo e o elemento pós-verbal.

As construções de inversão de concordância são aquelas em que a marca de sujeito indica uma concordância que corresponde à classe nominal do elemento pós-verbal, que é compreendido como sujeito. É o que se vê nos dados do matengo, em (53) abaixo:

(53) Matengo (N12)

a. Nkongu gu-hábwi:ke.
CL_3-ávore MS_3-cair/VF.PERF
'A árvore caiu' (Comentário sobre uma árvore específica)

b. Gu-hábwiki nko:ngo.
MS_3-cair/VF.PERF CL_3-árvore
'Caiu uma árvore' (Sentença tética ou resposta a 'O que caiu?')

c. Tómasi li-hálabwikí ligáli lâ:ke.
CL_1.Thomas MS_5-quebrar/VF.PERF CL_5-carro CL_5-dele
'O Thomas, quebrou o carro dele' (falando sobre Thomas)

(Yoneda, 2011, p. 756)

Nos exemplos acima, temos uma oração na ordem canônica em (53a), e dois casos de inversão de concordância em (53b) e (53c). Em (53b), a marca de sujeito concorda com a classe 3 de *nko:ngo* 'árvore', termo que aparece posposto ao verbo sem nenhum elemento nomimal que o anteceda. Já em (53c), há um elemento pré-verbal que Yoneda (2011) analisa como tópico: o termo 'Thomas' que se apresenta separado por vírgula na tradução de Yoneda e foi mantido por mim dessa maneira. Além da vírgula, há a descrição apresentada pela autora de que a sentença é cabida quando *Tómasi* 'Thomas' é o assunto que orienta a sentença. Na terminologia da Gramática Cognitiva, 'Thomas' seria o *ponto de referência* pelo qual o carro seria construído conceitualmente. Isso é indicado pelo pronome possessivo, exemplo

prototípico da noção de *ponto de referência*, que será explicada mais adiante. A concordância não é indexada pela classe 1 de 'Thomas', pelo fato de não se tratar de um elemento envolvido diretamente no construal do evento de 'quebrar' evocado pelo verbo *li-hálabwikí*. Defendo que a concordância é uma reiteração do *ponto de referência* e é parte intrínseca da codificação do evento, ou seja, no caso de (53c), o *ponto de referência* 'Thomas' é recuperado pelo possessivo *lâ:ke* que concorda em pessoa com *Tómasi*, a pessoa a quem o carro pertence. Em relação ao evento de 'quebrar', o ponto de referência é o termo *ligáli* 'carro', ao qual a atenção do conceitualizador é direcionada antecipadamente pela concordância em classe 5 na marca de sujeito presente no verbo.

Os exemplos acima mostram uma peculiaridade das construções de inversão de concordância: é possível a realização dessas construções sem um elemento pré-verbal explícito na sentença. Essa é um característica que aproxima as construções de inversão de concordância das chamadas construções de concordância padrão, mas há uma diferença importante entre esses dois tipos: enquanto na primeira a marca de sujeito concorda com o elemento pós-verbal, na segunda a marca de sujeito não apresenta concordância com a classe de nenhum nominal envolvido na sentença, mas adota uma classe de concordância e a utiliza como *default*.

Abaixo, é possível comparar as duas construções em swahili. Enquanto (54a) apresenta uma inversão de concordância com a classe 3 aparecendo tanto na marca de sujeito como no elemento pós-verbal, o dado em (54b) mostra uma marca de sujeito de classe 16, que é um locativo sem fazer referência a qualquer elemento anterior ou posterior ao verbo:

(54) Swahili (G42)

a. U-ka-pit-a mu-da.
MS_3-NAR-passar-VF CL_3-enquanto
'Passou um tempo'

b. Pa-li-pit-a mu-da.
MS_{16}-PSD-passar-VF CL_3-enquanto
'Passou um tempo'

(Marten, 2011, p. 790)

Os dados acima são extraídos de um contexo comunicacional maior, que é

relevante para a alternância entre eles. Apresento esses contextos abaixo, com o dado (54a) contextualizado em (55) e o dado (54b) contextualizado em (56). Mantive a separação morfológica das construções de inversão (assim como na fonte) para facilitar a visualização da concordância e destaquei-as com negrito. Além disso, as traduções originais em inglês encontram-se nas notas de rodapé:

(55) Aliporudi kuketi akasema, "Sijasikia kitu; nangoja uamuzi wako bado". Maulid hakusema neno. **U-ka-pit-a mu-da** kisha Sadru akatamka, "Yahe, vipi umekaa kimhogomhogo namna hii... Ohoo!"
Quando ele voltou para sentar, disse: "eu não ouvi nada; ainda estou esperando sua decisão". Maulid não disse uma palavra. ***Passou um tempo****. Finalmente, Sadru disse: "Meu amigo, por que você senta aí desse jeito, igual mandioca... uhuu!*".[9]

(Lemki, 1976 citado em Marten, 2011, p. 790)

(56) – N'tchangamka, n'tafurahi ikiwa utanikubalia jambo moja...
Ficarei alegre, ficarei feliz se você me conceder um pedido...
– "Hata kumi na moja ndugu yangu" - alijibu Miriam bila ya kifikiri.
"Até onze, meu amigo" - respondeu Miriam sem pensar.
Pa-li-pit-a mu-da Asumini alimtunga Miriam machoni na Miriam akajaribu kuyasoma ya Asumini ili kujua nini anataka, lakini, kama kawaida Miriam hakupata kitu.
Passou um tempo*. Asumini olhou Miriam nos olhos e Miriam tentou ler nos olhos dele qual seria seu desejo, mas, como de costume, Miriam não viu nada*.[10]

(Mohamed, 1990 citado em Marten, 2011, p. 790)

De imediato, não é possível observar diferenças entre as construções destacadas em (55) e (56) que não sejam a concordância da marca de sujeito, o que reforça

[9] *When he came back to sit down, he said "I haven't heard anything; I am still waiting for your decision". Maulid didn't say a word. There passed a while. Finally, Sadru said, "My friend, why do you sit there cassava-like style like this...ohoo!"* - no original.

[10] *"I will be joyful, I will be happy if you grant me one wish..." "Even eleven, my friend," answered Miriam without thinking. There passed a moment. Asumini looked Miriam in the eyes, and Miriam tried to read in his eyes what he was wishing for, bu, as usual, Miriam didn't see anything.* - no original.

a ideia de serem construções intercambiáveis.[11] No entanto, a distinção entre o morfema narrativo *-ka-* presente em (55) e o morfema de passado *-li-* presente em (56) está diretamente ligada às variações de transitividade no nível discursivo. Em um trabalho pouco anterior à proposta sobre a transitividade desenvolvida em conjunto com Sandra Thompson, Hopper (1979) discute a relação entre o aspecto verbal e a expressão de um evento como figura ou fundo na elaboração de um discurso. A introdução desse artigo trata justamente dos morfemas *-ka-* e *-li-* em swahili, e a análise apresentada ajuda a compreender as diferenças entre (54a) e (54b). De acordo com Hopper, tanto *-ka-* como *-li-* são utilizados para expressar eventos que fazem parte da história principal de uma narração, ou seja, correspondem a uma codificação dos elementos percebidos como figura em oposição ao fundo de eventos secundários (expressos também no passado, mas pelo morfema *-ki-*, que não aparece nos dados da presente discussão). Um novo eixo narrativo, então, seria introduzido por uma oração no passado com *-li-* e os eventos principais que sucedem o primeiro evento narrado recebem o morfema *-ka-*.

Marten (2011) explica que a passagem do tempo é focalizada em (54a) durante a qual Sadru espera a resposta de Maulid, como explicitado em (55). Assim, o infixo narrativo *-ka-* é utilizado por se tratar de um evento que compõe a sequência narrativa principal, sucedendo *Maulid hakusema neno* 'Maulid não disse uma palavra' e antecedendo *kisha Sadru akatamka* 'finalmente, Sadru disse'. Note-se que *-ka-* aparece também no verbo 'dizer', nesse último caso: *a-**ka**-tamka*.[12] A diferença entre (54a) – com *-ka-* – e (54b) – com *-li-* não é discutida centralmente por Marten (2011), que se concentra na distinção das concordâncias (à qual voltarei em breve), mas é possível que a analisemos à luz da explicação de Hopper (1979). Se o texto em (55) mostra que a passagem do tempo denotada por (54a) é parte de uma sequência narrativa contínua, a aparição de (54b) em (56) corresponde a uma mudança de episódio. Enquanto a expressão *Ukapita muda*, com *-ka-*, mostra a

[11] Há também o fato de terem sido produzidas ou coletadas por duas pessoas diferentes com uma diferença de 14 anos na publicação. Mesmo que a divergência entre as duas formas seja resultado de escolhas individuais, penso que a análise sintático-semântica de ambas as construções apresentada aqui se sustenta.

[12] A expressão da negação em swahili segue um paradigma próprio de prefixos, por isso o evento anterior (*Maulid hakusema neno* 'Maulid não disse uma palavra') não apresenta *-li-*, *-ka-* nem *-ki-* para codificar o passado.

passagem do tempo relacionada à sequência narrativa – pois o tempo em questão é a duração da espera anunciada na passagem precedente–, a expressão *Palipita muda*, com *-li-*, insere a passagem do tempo como um episódio próprio que distancia o diálogo finalizado entre os personagens Asumini e Miriam do episódio de tentativa mútua de 'ler os olhos' um do outro conforme exposto em (56).

Há, dessa maneira, uma sutileza entre as duas construções que refletem conceitualizações distintas da relação entre o termo *muda* 'tempo' com o verbo em (54a) e em (54b). No primeiro caso, a ideia de tempo já está presente no discurso, já que há uma espera anunciada, ao passo que no segundo caso a passagem do tempo é um episódio novo na narração. A análise sobre a transitividade de *ukapita muda* e *palipita muda*, portanto, não pode ser realizada sem levar em consideração o contexto e o efeito discursivo que cada oração evoca ao ser proferida.

Além dos morfemas *-ka-* e *-li-*, as construções em (54a) e em (54b) se diferem pelo fato de a primeira apresentar uma inversão de concordância (a marca de sujeito concorda com a classe do nominal posposto) e a segunda apresentar a concordância padrão (a marca de sujeito é padrão, não concorda com o nominal). Considero que essa diferença codifica uma distinção no grau de envolvimento do elemento posposto no evento: com *ulipita* concordando em classe 3 com *muda*, o tempo é participante do evento, já com *palipita*, cuja MS é de classe 16 utilizada como padrão, o ponto de referência para a conceitualização não é *muda* 'tempo'.

Neste momento, então, gostaria de chamar a atenção para o fato de que a marca de concordância padrão no dado em (54b) representa uma classe locativa no swahili. Esse padrão aparece em outras línguas bantu, entre elas o nyungwe, sobre o qual Ivanov (2018) afirma que a frase em (57) abaixo pode ser entendida como 'há algo dentro do processo de se tornar brilhante':

(57) Nyungwe (N43)

mu-li ku-ngw-erer-a.
MS_{18}.LOC-ser/estar INF-tornar-se.brilhante-CONT-VF

'Está no ficar brilhante' ('É de manhã')

(Ivanov, 2018, p. 75)

Ivanov (2018) observa em (57) uma noção de interioridade expressa pelo

prefixo locativo *mu-*, utilizado na posição da marca de sujeito do verbo. O uso de expressões locativas para expressar temporalidade é um fenômeno bastante comum nas línguas do mundo e aparece em outros exemplos do nyngwe, como em (58):[13]

(58) Nyungwe (N43)

pa-mainza pa-na ø-basa kwene-kwene.
CL_{16}.LOC-estação.chuvosa MS_{16}.LOC-ter CL_9-trabalho muito

'Na estação chuvosa tem muito trabalho'

(Ivanov, 2018, p. 81)

Nota-se que o dado em (58) não apresenta uma construção de concordância padrão, mas uma inversão que se assemelha às inversões locativas formais vistas na seção 4.1.1. Porém, em vez de uma construção locativa, há uma construção temporal na posição pré-verbal indexando a concordância do verbo. Dessa maneira, a concordância em (57), em que a marca de sujeito não é indexada por nenhum elemento pré-verbal e utiliza uma classe locativa padrão, realiza a MS como índice de um cenário abstrato em que as ações ocorrem.

Com a apresentação da inversão de concordância e da concordância padrão, concluo a exposição dos diferentes tipos de inversão encontrados nas línguas bantu. Nesta seção foi possível apresentar o fenômeno das construções de inversão, bem como um pouco da variação com que ele ocorre nas línguas bantu. Em comum entre os diferentes tipos de inversão há o fato de que se trata de um fenômeno que não se esgota na explicação morfossintática. Em um trabalho de revisão, Marten (2014) resume diferentes análises com a seguinte divisão: na inversão pacientiva (também referida como reversão sujeito-objeto), o nominal pré-verbal é tratado como um objeto topicalizado e o nominal pós-verbal corresponde tanto ao sujeito lógico como sujeito gramatical.[14] Por outro lado, nas inversões locativas e de instrumento o elemento pré-verbal é sujeito gramatical e o nominal pós-verbal é

[13] O uso de locativos para expressões temporais, em geral, se deve à metáfora conceitual TEMPO é ESPAÇO, de acordo com a proposta de Lakoff & Johnson (2008). Em português brasileiro, por exemplo, a metáfora é observada em expressões como *Te vejo dentro de quinze dias* e *O natal já está bem perto* em que os termos espaciais *dentro* e *perto* dizem respeito a uma temporalidade.

[14] Partindo da Gramática Cognitiva, não adoto a distinção entre sujeito gramatical e sujeito lógico, oriunda da Semântica Formal. Segundo essa abordagem, o sujeito lógico é o último argumento a se combinar com um predicado para formar uma proposição (Marten & van der Wal, 2014 : p. 322).

objeto gramatical. Se há essa distinção em função das relações gramaticais (sujeito x objeto), as análises observam uma semelhança geral entre as construções de inversão no que diz respeito à estrutura da informação: o nominal pré-verbal é tópico e o nominal pós-verbal é foco.

Na próxima seção, apresento como a sintaxe e a estrutura da informação se relacionam por meio da distinção entre figura e fundo. Nesse sentido, analisarei as construções de inversão no âmbito Gramática Cognitiva por meio da noção de *ponto de referência*, que orientará a discussão a respeito das categorias de *sujeito* e *tópico*. O modo como essas categorias são observáveis nas construções de inversão revelam a sua baixa transitividade quando comparadas a outras construções com dois participantes. Essa análise aproxima a distinção entre sujeito e objeto da distinção entre tópico e comentário, ambas estabelecidas com base na assimetria de proeminência. Conforme venho argumentando nesta tese, essa assimetria está dissociada da dualidade agente-paciente nas línguas bantu, o que as aproxima das línguas orientadas ao evento.

4.2 Sujeito e tópico como pontos de referência

Um dos principais motivos para o interesse nas construções de inversão é o fato de elas apresentarem um problema para a definição de sujeito como categoria. Isso porque elas expõem variações na ordem de palavras, nos papéis semânticos dos participantes e na concordância verbal – fenômenos que costumam compor as características definidoras de sujeito – sem implicar outras alterações morfossintáticas, como a voz passiva faz.

Conforme indicado anteriormente, a maior parte das propostas de análise é a de que o elemento pré-verbal seja sujeito em alguns casos (inversões locativas e instrumentais) e tópico em outros (inversões pacientivas). Uma vez que a concordância verbal se dá com o elemento pré-verbal (com exceção da inversão de concordância e a concordância padrão), as análises propõem duas concordâncias distintas: uma indexada pelo sujeito, outra pelo tópico. Essa dupla análise sobre a concordância é necessária se adotarmos uma análise mais formal, que considera a existência de objetos topicalizados e sujeitos lógicos pospostos nas construções de inversão. Como a noção de sujeito que adoto nesta tese não distingue uma instância gramatical de outra que seja lógica, a análise de concordância deve ser distinta da

que foi apresentada acima.

Na perspectiva da Gramática Cognitiva, as noções de *sujeito* e *tópico* se aproximam no sentido de ambas funcionarem como *pontos de referência* (explico mais adiante) para a conceitualização de um determinado evento. A diferença entre elas se deve ao fato de *sujeito* corresponder a um elemento intríseco à construção oracional, ao passo que *tópico* é um ponto de referência discursivo, que situa o interlocutor no domínio adequado à interpretação do que está sendo enunciado. A seguir, exponho o conceito de *ponto de referência* que orienta a compreensão de *tópico* e *sujeito*, para analisar algumas das construções de inversão já introduzidas. Por fim, argumento por quais razões considero que elas refletem uma orientação ao evento nas línguas bantu.

4.2.1 Ponto de referência

As relações que se estabelecem a partir de um ponto de referência ocorrem por um modo processual de fazer a varredura (*scanning*) na conceitualização. Essas relações se estabelecem quando o caminho para a conceitualização de uma entidade alvo passa primeiramente por outra entidade, que orientará o direcionamento da atenção na conceitualização. Trata-se, portanto, de um processo ligado ao caminho mental feito pelos conceitualizadores para elaborar a significação. Um exemplo bastante evidente é seu funcionamento em termos perceptuais, como quando buscamos indicar a localização de um determinado endereço:

(59) A: – Sabe a rodoviária do centro?
B: – Sei.
A: – Então, minha casa fica atrás.

Observa-se em (59) um diálogo fictício simples, em que o falante A busca indicar ao falante B a localização de sua casa. A estratégia utilizada foi a criação de um caminho mental até o local, tendo como eixo o *ponto de referência* 'rodoviária do centro'. Para chegar mentalmente à localização da casa do falante A, o processo de conceitualização feito pelo falante B precisa passar pelo ponto de referência, ou seja, é por meio do ponto de referência 'rodoviária do centro' que se tem acesso à entidade alvo 'minha casa'.

Esse tipo de relação é também exemplificada pelos possessivos em inglês, em

construções como *John's hat* (chapéu do John) em que *John* funciona como ponto de referência para a conceitualização de *hat*.[15] Nesse sentido, do ponto de vista da conceitualização, a elaboração de um ponto de referência cria um *domínio* próprio a partir do qual outros elementos serão conceitualizados. Nos exemplos anteriores, o termo *minha casa* é conceitualizado dentro do domínio de *rodoviária do centro* assim como *hat* é conceitualizado dentro do domínio de *John*. Em outras palavras, o *domínio* compreende as entidades que são acessíveis mentalmente por meio do *ponto de referência*.

Ao pensarmos no uso linguístico em sua esfera discursiva, a noção de tópico aparece como um ponto de referência que se diferencia dos anteriores em função das entidades acessíveis em seu domínio: as *proposições*. Em outras palavras, os tópicos são pontos de referência quando a entidade alvo é um processo aterrado (*grounded*), cuja forma linguística mais evidente é uma oração finita. Consequentemente, o domínio criado por um tópico é todo conhecimento de mundo associado a ele, por meio do qual as proposições apresentadas serão conceitualizadas. Vejamos o exemplo (60), inspirado em Langacker (2008, p. 514):

(60) 'Escrever uma tese é difícil. Primeiramente, você deve escolher um tema. Em seguida, deve levantar uma bibliografia relevante, fazer algumas análises iniciais e delimitar qual é o problema a ser pesquisado. Após elaborar um projeto, é necessário submetê-lo a um comitê avaliador e...'

O tópico em (60) é introduzido como sujeito de uma oração. Todo o enunciado que segue tem como eixo norteador o domínio de conhecimento evocado por *escrever uma tese*, ou mesmo *tese*, somente. Mesmo sem referências anafóricas, o tópico continua sendo o ponto de referência pelo qual se conceitualizam 'você deve escolher um tema', 'deve levantar uma bibliografia relevante', etc. Não é necessário repetir o termo propriamente dito para que os falantes saibam que se trata de um 'tema *da tese*', de uma 'bibliografia relevante *à tese*', que o 'problema a ser pesquisado' é para *a tese*.

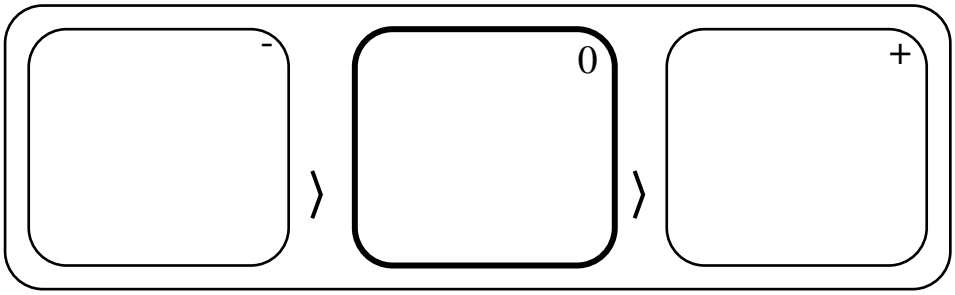
Como (60) mostra, o domínio de um tópico pode atingir qualquer dimensão: de uma oração simples a um discurso mais extenso, quando está presente em

[15]Note-se que o mesmo não ocorre em português (*chapéu do João*), em que a relação de posse se dá por meio de uma construção preposicional, nem nas línguas bantu que expressam a posse pela construção conectiva, semelhante àquelas apresentadas no capítulo 3 - *Codificação de qualidades*.

uma sequência mais longa de *enquadramentos de atenção*. Sendo um fenômeno discursivo, o tópico é conceitualmente externo à proposição, ainda que possa fazer parte dela: "estruturalmente, o tópico pode estar em uma sentença separada, na mesma sentença, mas externo à oração alvo, ou como uma parte integral dessa oração" (Langacker, 2008 : p. 516).[16] Dessa maneira, é possível que um elemento evocado em determinado momento de elaboração do discurso seja recuperado no Espaço Discursivo Corrente (EDC), que explico a seguir.

O EDC é "um espaço mental abrangendo tudo o que se presume ser compartilhado entre o falante e o ouvinte como a base para o discurso em um dado momento" (Langacker, 2008 : p. 59).[17] No EDC se apresentam as informações relevantes à significação sendo construída (como pontos de referência já enunciados) e se criam as expectativas quanto à continuidade do processo comunicativo.[18] Em outras palavras, há uma sequência de enquadramentos no discurso que se atualiza correntemente. É o que representa a figura 4.1 abaixo:

Figura 4.1: Sequência de enquadramentos



Fonte: Adaptado de Langacker (2001 : p. 151).

O EDC abrange não apenas o enquadramento de visualização operando no momento da fala (0), mas também aqueles que se realizaram anteriormente (-) e os que podem vir a se concretizar (+). Com a criação de um ponto de referência em determinado enquadramento, é possível manter a relação que ele estabelece com a oração alvo implícita nos enquadramentos seguintes, ou seja, a conceitualização de

[16] *Structurally, the topic can be in a separate sentence, in the same sentence but external to the target clause, or an integral part of that clause* – no original.

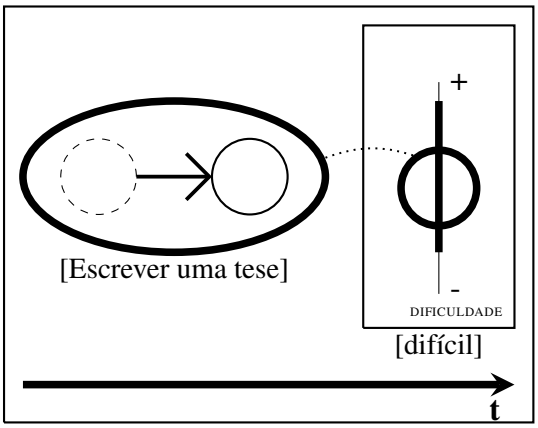
[17] *a mental space comprising everything presumed to be shared by the speaker and the hearer as the basis for discourse at a given moment* – no original.

[18] Uma proposta formal que busca levar em consideração a realização linguística como um fenômeno de tempo real é a da sintaxe dinâmica (Marten, 2013).

um enunciado proferido buscará o ponto de referência que orientará sua significação em momentos anteriores do discurso, até que um novo ponto de referência seja inserido – seja por um enunciado específico, seja por apontamentos feitos por um interlocutor, pela interrupção de algo ou alguém estranho à situação comunicacional etc.

Retomemos o encadeamento apresentado no exemplo (60). A conceitualização do primeiro trecho pode ser representado da seguinte maneira:

Figura 4.2: Diagrama da conceitualização de *Escrever uma tese é difícil*



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Figura 4.2, observa-se a conceitualização de um processo atemporal com varredura sumária *Escrever uma tese* representada pela elipse à esquerda. A elipse está em negrito pois é perfilada como sujeito da cópula *é*, simbolizada pela linha do tempo integralmente perfilada. Como vimos no capítulo 3, adjetivos como *difícil* correspondem a um perfil relacional, em que um elemento do tipo *coisa* é situado em uma escala gradual. No caso em questão, trata-se da escala de dificuldade, em que o evento expresso por *escrever uma tese* corresponde a uma posição mais próxima do polo de maior intensidade (mais difícil).

Ao enunciar *Escrever uma tese é difcíl*, todos os elementos representados passam a estar disponíveis no EDC para servirem como *ponto de referência* para a continuidade da comunicação. Nesse sentido, termos tão distintos como *papel*, *teclado*, *programa*, *tamanho* e *pesquisa* por exemplo, passam a ser interpretados a partir de *escrever* ou *escrever uma tese*; já *escalada*, *xilogravura* e *malabarismo*

poderiam ser interpretados por meio de uma comparação com a posição de *Escrever uma tese* na escala de dificuldade. O que acontece em (60) é a utilização do termo tese para interpretar o discurso que sucede o enunciado *Escrever uma tese é difícil*. Assim, por meio de *tese*, interpreta-se *você deve escolher um tema*, *levantar uma bibliografia relevante*, *fazer algumas análises iniciais e delimitar qual é o problema a ser pesquisado* etc.

Observemos como os mesmos trechos apresentados anteriormente são interpretados de maneira distinta quando um ponto de referência diferente é introduzido:

(61) '*Decorar um cômodo de um imóvel é maravilhoso*. Primeiramente, você deve escolher um tema. Em seguida, deve levantar uma bibliografia relevante, fazer algumas análises iniciais e delimitar qual é o problema a ser pesquisado. Após elaborar um projeto, é necessário submetê-lo a um comitê avaliador e...'

No caso de (61), o *tema* diz respeito ao estilo de decoração: clássico, minimalista, infantil etc. A *bibliografia* não mais necessariamente compreende a produção intelectual em uma área científica, mas principalmente portfólios e modelos de cômodos já decorados, e assim por diante. Assim, *tópico* é a informação inserida no discurso que passa a fazer parte do EDC e serve como *ponto de referência* cuja conceitualização é um meio de acesso para a significação do discurso subsequente. Esse ponto de referência pode ser, inclusive, sub-entendido entre os conceitualizadores e nem ser expresso objetivamente em um enunciado.

Uma relação por um *ponto de referência* um pouco mais restrita, ainda que de forma similar à de tópico, se observa na análise da categoria de sujeito. A diferença entre elas se dá no fato de o sujeito ser intrínseco a uma oração. Enquanto o tópico direciona a atenção do conceitualizador para o domínio do conhecimento em que os enunciados devem ser interpretados, o sujeito funciona como ponto de referência para a conceitualização do processo aterrado do qual ele é trajetor.

Na definição de Langacker, "um sujeito é caracterizado como um nominal cujo perfil corresponde ao trajetor de uma relação perfilada, e um objeto como um [nominal] cujo perfil corresponde a um marco" (2008, p. 210).[19] Em outras

[19] *A subject is characterized as a nominal whose profile corresponds to the trajector of aprofiled relationship, and an object as one whose profile corresponds to a landmark.* – no original.

palavras, sujeito é o elemento mais proeminente e o objeto é o participante menos proeminente na conceitualização de uma oração (o que coloca este último como um ponto de referência secundário, dentro da oração). Dessa maneira, é a partir do sujeito que a conceitualização da oração se orienta.

Como veremos mais adiante, a concordância é uma forma de expressar linguisticamente o acesso ao ponto de referência pelo qual a conceitualização da construção deve passar. Às vezes, o ponto de referência está acessível no EDC e é repetido na oração, como nas construções com o morfema narrativo *-ka-* em swahili, visto anteriormente no exemplo (54a) – *ukapita muda* 'passou um tempo'. Nesse caso, a concordância da marca de sujeito *u-* é com a classe 3 da palavra *muda* 'tempo' porque, relembro, tratava-se de uma espera. Já em (54b) – *palipita muda* 'passou um tempo', a marca de sujeito é padrão, e não concorda com elementos prévios nem posteriores. Conforme discutido anteriormente, trata-se de um episódio narrativo completo, que foi antecedido e sucedido por episódios igualmente finalizados. A marca de sujeito *pa-* corresponde a uma classe de locativo e não é por acaso que são os locativos que aparecem como concordância padrão nesses casos, como explicarei ao abordar a concordância.

Da mesma maneira, a distinção entre a *inversão locativa formal* e a *inversão locativa semântica* evidencia que a noção de espaço pode ser percebida de diferentes formas. Na próxima seção, apresentarei as duas maneiras como os termos que designam lugares podem ser conceitualizados (codificados linguisticamente): como local ou como cenário. Novamente, trata-se de uma questão de figura e fundo e, consequentemente, de transitividade.

4.2.2 Local e cenário

A percepção do espaço e sua expressão linguística é fundamental para explicar as distinções entre as inversões locativas formal e semântica, bem como o uso de locativos para a inversão com concordância padrão. Essas distinções dizem respeito ao grau de participação do elemento locativo no evento sendo descrito. A distinção entre cenário e local se encontra no nível de escopo da conceitualização de um evento, sendo cenário o escopo mais amplo. No exemplo (62) abaixo, *o quarto dos fundos* é um cenário e *a cama* é um local:

(62) No quarto dos fundos, Felipe deitou na cama.

A diferença está no nível de participação de cada elemento. Se por um lado *o quarto dos fundos* não tem participação alguma no evento de deitar, por outro *na cama* é uma entidade relacional envolvida na ação. Nos casos de inversão locativa, essa diferença pode ser observada no contraste entre a inversão locativa semântica e a inversão locativa formal, como procurarei demonstrar a seguir, a partir dos dados em (48) do zulu, repetidos aqui como (63)

(63) Zulu (S42)

a. A-ba-ntu aba-dala ba-hlal-a ku-lezi zi-ndlu.
AUG-CL_2-pessoa CL_2-velho MS_2-ficar-VF LOC_{17}-DEM_{10} CL_{10}-casa
'Pessoas velhas ficam (moram) nestas casas'

b. Lezi zin-dlu zi-hlal-a a-ba-ntu aba-dala.
DEM_{10} CL_{10}-casa MS_{10}-ficar-VF AUG-CL_2-pessoa CL_2-velho
'Esta casa fica (mora) pessoas velhas'

(Buell, 2007, p. 109)

É possível observar que em (63a) a expressão que designa um lugar recebe o prefixo locativo *ku-*, de classe 17. Na ordem canônica, essa marcação é necessária para que o nominal seja interpretado como um elemento circunstancial ao evento, o que torna sua ausência agramatical, como se vê em (64):

(64) Zulu (S42)

*I-zin-gane ezi-khubazekile zi-fund-el-a lesi
AUG-CL_{10}-criança CL_{10}-deficiente MS_{10}-estudar-APL-VF DEM_7
si-kole.
CL_7-escola

'Crianças deficientes estudam nesta escola'

(Zeller, 2013, p. 1112)

Apesar disso, Zeller (2013) afirma que a sentença em (64) é aceita caso a interpretação seja a de aplicativo benefactivo (*Crianças deficientes estudam **para** a escola*), possível graças ao morfema aplicativo *-el-*. A presença da marca locativa *ku-* é responsável por expressar a relação espacial entre o evento e o nominal que o segue (proximidade, interioridade, etc.). Assim, a inversão locativa semântica em

(63b) insere o elemento *lezi zindlu* 'esta casa' com maior grau de envolvimento na situação denotada pela sentença, porque não se trata mais da relação do evento com a casa, mas do envolvimento da casa no evento em si. De modo oposto, a inversão locativa formal mantém a marca de locativo não apenas no nominal pré-verbal como também na marca de sujeito, como se vê em (65):

(65) Zulu (S42)

a. Ku-le fektri ku-sembez-a (khona)
LOC_{17}-DEM_9 CL_9-fábrica MS_{17}-trabalhar-VF (lá)
i-zi-ngcweti ezi-ningi.
AUG-CL_{10}-especialista REL_{10}-muitos
'Nessa fábrica trabalha (lá) muitos especialistas.'

b. Ku-lesi si-kole ku-fund-el-a (khona)
LOC_{17}-DEM_7 CL_7-escola MS_{17}-estudar-APL-VF (lá)
i-zin-gane i-zi-limi ezahlukene.
AUG-CL_{10}-criança AUG-CL_{10}-idioma CL_{10}-diferente
'Nessa escola estuda crianças idiomas diferentes'

(Buell, 2007, p. 118)

Sem a marca de locativo no elemento pré-verbal, os dados acima tornam-se agramaticais:

(66) Zulu (S42)

a. *Le fektri i-sembez-a i-zi-ngcweti
DEM_9 CL_9-fábrica MS_9-trabalhar-VF AUG-CL_{10}-especialista
ezi-ningi.
REL_{10}-muitos
'Essa fábrica trabalha muitos especialistas.'

b. *Lesi si-kole si-fund-el-a i-zin-gane
DEM_7 CL_7-escola MS_7-estudar-APL-VF AUG-CL_{10}-criança
i-zi-limi ezahlukene.
AUG-CL_{10}-idioma CL_{10}-diferente
'Essa escola estuda crianças idiomas diferentes'

(Buell, 2007, p. 118)

O morfema de locativo, portanto, é necessário para uma leitura locativa na ordem direta – como visto em (63a) –, mas também no caso em que o nominal

de lugar aparece em posição pré-verbal sem participar do evento expresso pela oração. Em outras palavras, a conceitualização da relação entre o evento e o lugar é diferente em 'estudar na escola' e 'estudar idiomas na escola', em zulu. No primeiro caso, a escola tem um envolvimento maior no evento, ao passo que no segundo ela é apenas o cenário onde transcorre uma ação. Por isso, o dado (66b) acima é agramatical, mas (67) é aceito:

(67) Zulu (S42)

Lesi si-kole si-fund-el-a i-zin-gane
DEM_7 CL_7-escola MS_7-estudar-APL-VF AUG-CL_{10}-criança
ezi-khubazekile.
CL_{10}-deficiente

'Essa escola estuda crianças deficientes'

(Buell, 2007, p. 111)

Ao analisar esses dados, tanto Buell (2007) como Zeller (2013) consideram que a inversão locativa formal em zulu é uma construção em que o elemento pré-verbal é um tópico (não um sujeito) e que não há concordância. A marca de sujeito seria, desse modo, uma concordância com um *pro* expletivo e não com a classe do locativo. Conforme expus anteriormente, apesar de serem categorias distintas, sujeito e tópico se aproximam ao funcionarem como *ponto de referência* para a conceitualização das expressões linguísticas no EDC. Considerando que tanto sujeito como tópico são elementos disponíveis no EDC, a variação na concordância é um indício justamente do grau de participação do elemento locativo pré-verbal no evento denotado, isto é, quando há a presença do locativo e sua indexação na marca de concordância, a relação do espaço é mais indireta (trata-se de um cenário), ao passo que quando a marca de locativo não aparece e o verbo concorda diretamente com a classe nominal do substantivo que denota o espaço, trata-se de um participante do evento (um local). Na próxima seção explorarei como a abordagem da Gramática Cognitiva para a concordância explica a diferença entre inversões locativas semânticas e formais.

4.3 A concordância como simbolização múltipla

Nesta seção, defenderei à luz da noção de simbolização múltipla a proposta de que o fenômeno da concordância é, de maneira suscinta, um índice de características semânticas e formais de algum elemento disponível no EDC. Esse elemento não necessariamente precisa estar explícito na oração tampouco no discurso, o que é importante de considerar ao analisarmos as construções de concordância padrão abordadas anteriormente.

Antes de discutir o conceito de *concordância* e analisar suas implicações para as construções de inversão nas línguas bantu, é preciso salientar que neste espaço refiro-me especificamente à concordância evocada pelo morfema que ocupa o espaço da marca de sujeito (MS) nas construções verbais. Dessa maneira, não abordarei a concordância da marca de objeto (MO) e tampouco retomo as questões sobre concordância levantadas no capítulo 3 sobre as estratégias para expressar qualidades nas línguas bantu. De todo modo, as ideias de simbolização múltipla e de redundância também se aplicam às construções nominais, sejam elas construídas com adjetivação ou com conectivos.

Uma proposta de análise para a concordância nas línguas bantu é a feita por Bresnan & Mchombo (1987) e retomada por Bresnan (2011), para quem as marcas de sujeito em chichewa são ora concordância gramatical ora concordância anafórica. No primeiro caso, a concordância repete características de um nominal argumento do verbo; no segundo caso, a marca de sujeito seria um argumento afixado ao verbo e um eventual nominal correferente teria função não argumental, como adjunto, tópico ou foco na oração ou no discurso (em geral, tópico). Em outras palavras, a primeira ocorre quando há um nominal sujeito e o verbo concorda com ele; a segunda, quando há um nominal flutuante funcionando como tópico discursivo. Nesse último caso, a MS seria, na verdade, um pronome anafórico incorporado ao verbo, assim como as MO. No entanto, os autores assumem que "apesar de a função de sujeito ser gramaticalmente distinguível da função de tópico em chichewa, o NP sujeito é indistinguível do NP tópico em suas propriedades estruturais frasais" (Bresnan, 2011 : p. 57-58).[20] Essa distinção entre concordância gramatical e

[20] *(...) although the SUBJ function is grammatically distinguishable from the TOP function in Chichewa, the subject NP is indistinguishable from the topic NP in its phrase structure properties –*

anafórica é necessária dentro da Teoria Léxico-Funcional defendida pelos autores, uma vez que prevê a *unicidade funcional*: se uma marca de concordância co-ocorre com um nominal que funciona como sujeito, ela perde o traço referencial e deixa de ser um pronome, mantendo apenas a informação gramatical (pessoa, número e gênero) que o nominal co-ocorrente carrega (Bresnan, 2011 : p. 54).

De fato, há uma distinção entre a concordância gramatical e a concordância anafórica (ou pronominal) reconhecida por diversos tipólogos (Corbett, 2009; Siewierska, 2004; Haig & Forker, 2018; Haspelmath, 2013). No entanto, a ideia de que a função da concordância se altera em razão (i) da ocupação ou não de uma função argumental por outro elemento e (ii) da co-ocorrência ou não de um nominal correferencial não leva em consideração dois aspectos importantes: a função de redundância que a concordância desempenha em expressar uma significação (Corbett, 2009; Haspelmath, 2013) e o fato de que a exigência de um nominal correferente ser, na verdade, pouco comum nas línguas do mundo (Siewierska, 1999; Haspelmath, 2013). Essa visão acaba por atribuir uma "dupla natureza" às marcas de concordância e parece inserir os fenômenos relacionados nas pressuposições teóricas em vez de analisá-los como algo *sui generis* (Haspelmath, 2013).

Uma abordagem que considera as construções gramaticais como simbólicas como a Gramática Cognitiva não tem problemas em considerar que a concordância expressa uma significação redundante em relação a um nominal expresso anteriormente na oração ou disponível em algum espaço de conceitualização que preceda o EDC. Para Langacker (2008), a concordância é a redundância sustentada por alguns elementos gramaticais e é tratada como simbolização múltipla. Ou seja, a "informação sobre alguma entidade é simbolizada por mais de uma estrutura componente dentro do mesmo conjunto simbólico e, portanto, tem múltiplas manifestações em uma única expressão complexa" (Langacker, 2008 : p. 188).[21] O que se propõe, então, é que as informações de conceitualização evocadas pela marca de concordância não dependem necessariamente de um 'acionamento' ou de uma 'evocação' por parte de algum elemento anteriormente explicitado. Como toda unidade linguística para essa teoria, a marca de concordância é simbólica ela

no original.

[21] *information about some entity is symbolized by more than one component structure within the same symbolic assembly and thus has multiple manifestations in a single complex expression.* – no original.

mesma e apresenta um polo conceitual, cuja significação muitas vezes se sobrepõe àquela expressa por meio de outros elementos acessíveis aos conceitualizadores – não necessariamente enunciados.

Tomemos como exemplo a sentença abaixo, uma citação extraída da versão em swahili do site de notícias da BBC:

(68) Swahili (G42)

U-refu w-angu u-me-ya-fany-a ma-isha
CL_{14}-altura CL_{14}-POSS.1.SG MS_{14}-TA-MO_6-fazer-VF CL_6-vida
y-angu ku-wa ma-gumu.
CL_6-POSS.1.SG INF-ser/estar CL_6-difícil

'A altura minha fez a vida minha ser difícil'

(BBC News)

Como estamos tratando da concordância verbal expressa na MS, não comentarei sobre a MO *-ya-* que concorda com *maisha* na classe 6, tampouco da concordância nominal expressa pelos possessivos *wangu* (classe 14 e 1SG) e *yangu* (classe 6 e 1SG), e pelo adjetivo *magumu* (classe 6). Assim, o objetivo é compreender o prefixo *u-*, correspondente à MS de classe 14. Para exemplificar o funcionamento da concordância, consideremos o núcleo do nominal que precede o verbo (*urefu*) e o verbo principal da oração (*umeyafanya*), já que a MS (*u-*) correlaciona-se com prefixo de CL_{14} (*u-*, também).

Não me deterei na questão semântica das classes nominais, mas é importante fazer algumas observações. Ainda que não haja consenso no valor semântico (categorização como seres humanos, plantas, seres inanimados etc.) que elas atribuem aos nomes a que se afixam , é certo que elas codificam na língua uma conceitualização reificada do termo em que aparecem. O próprio substantivo sob análise – *urefu* 'altura' – pode receber prefixos de outra natureza para expressar a qualidade de altura a outras entidades do tipo *coisa*, como se pode ver em (69), extraído da mesma matéria mencionada anteriormente com glosa simplificada:

(69) Swahili (G42)

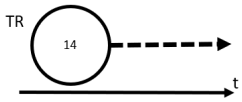
Ni-me-wa-on-a wa-tu wa-refu
MS.1.SG-TA-MO_2-ver-VF CL_2-*pessoa* CL_2-*altura*

'Vi pessoas altas'

Vê-se, nesse caso, que o prefixo *wa-* associado à raiz *-refu* faz com que ela seja conceitualizada como uma relação, não mais como uma entidade do tipo *coisa*. Assim, 'altura' pode ser compreendido como 'altas'.[22] Dessa maneira, os prefixos de classe nominal não apenas indicam que o termo em que aparecem pertence a determinada classe, mas que aquela raiz deve ser compreendida como uma coisa, não uma relação.

As marcas de concordância, portanto, podem perfilar um elemento do tipo *coisa* se nominais ou uma *relação* quando verbais ou de modificação. A significação das MS mais especificamente indica também por meio de qual elemento disponível no EDC a conceitualização do evento deve ser realizada. A figura 4.3 mostra que o prefixo *u-* designa que o trajetor de uma relação processual será do tipo coisa e pertencente à classe nominal 14.

Figura 4.3: Diagrama da marca de sujeito de classe 14 em swahili



[u-]

Fonte: Elaboração própria

A presença de um nominal de classe 14 no EDC especificará o referente ao qual a MS diz respeito, sobrepondo alguns elementos de sua significação, como a noção de substantivo abstrato, por exemplo, que fica redundante. O dado em (69) é interessante por mostrar que a MS *ni-* de primeira pessoa do singular já indica que o evento expresso deve levar o falante como ponto de referência e, nesse caso especificamente, como trajetor do verbo *kuona* 'ver'. Isso mostra que em swahili (assim como nas línguas bantu em geral) a presença do nominal pré-verbal não é obrigatória. A proposta de Bresnan & Mchombo (1987) e Bresnan (2011) de que

[22]Há uma coincidência fonética nos prefixos de classe 2 em *wa-*: tanto para nomes (*watu* 'pessoas') como para relações (a MS de classe 2 é *wa-* também). Assim, é possível que a tradução *pessoas altas* para *watu warefu* possa ser enviesada pelo português.

a MS possa ser um analisada como pronome quando não há ocorrência nominal antecedente parte do pressuposto de que haveria uma espécie de 'lacuna estrutural' caso não houvesse um elemento referencial na sentença. É uma alternativa a uma análise do tipo *pro-drop*, que prevê a existência de um elemento obrigatório em uma estrutura abstrata da oração que não é pronunciado. Considero, concordando com Haspelmath (2013 : p. 222), que tal análise somente pode ser feita a partir de um olhar linguístico eurocêntrico, devido à influência de línguas muito conhecidas como o inglês, o francês e o alemão, para as quais a realização de um nominal correferente à concordância é obrigatória. Se partirmos do pressuposto de que a concordância traz em si uma significação, a ambiguidade entre concordância gramatical e concordância anafórica apresentada por Bresnan & Mchombo (1987) se desfaz. Do ponto de vista tipológico, de fato a obrigatoriedade de nominais correferentes é comparativamente pouco presente nas línguas do mundo (Dryer, 2013), um indício de que a exigência de um elemento referencial subentendido é pouco plausível.

Retomando a função da concordância de indicar o caminho da conceitualização, relembro que tanto sujeito como tópico são pontos de referência a partir dos quais a conceitualização de um enunciado é realizado. As marcas de sujeito nas línguas bantu são, portanto, índices do ponto de referência. Assim, quando ocorre uma construção de inversão, há simplesmente uma troca do ponto de referência pelo qual o evento é acessado, sem que necessariamente haja uma indicação morfossintática no verbo de qual o papel desempenhado pelo elemento que serve como esse ponto de referência. Para ilustrar o raciocínio, vejamos como isso se dá no caso da inversão instrumental:

(70) Zulu (S42)

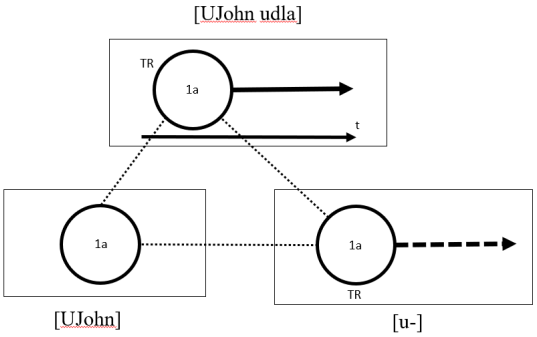
a. U-John u-dl-a nge-sipunu.
AUG_{1a}-CL_{1a}.John MS_{1a}-comer-VF com-CL_7.colher
'John come com a colher'

b. I-sipunu si-dl-a u-John.
AUG_7-CL_7.colher MS_7-comer-VF AUG_{1a}-CL_{1a}.John
'A colher come John' ('John está usando a colher para comer').

(Zeller, 2012, p. 135)

Em (70a), o ponto de referência é *UJohn*, indicado na MS *u-* de classe 1a.[23] Há, portanto, uma redundância semântica na informação de que o trajetor da relação codificada pelo verbo *-dla* é expresso por um nominal de classe 1a. A Figura 4.4 ilustra essa redundância. O círculo representa a conceitualização de um elemento do tipo coisa (um nome), no caso de *UJohn* especificado para classe 1a. A MS *u-* é representada pela indicação de que um nominal está envolvido em um processo e que esse nominal pertence à classe 1a. O processo não é especificado, por isso a seta contém lacunas. No conjunto simbólico *UJohn udla*, a correspondência entre a classe 1a de *UJohn* e a classe 1a de *u-* se estabelece, e temos uma mesma significação (classe 1a) expressa em duas unidades distintas: em um nome e em uma MS.

Figura 4.4: Diagrama da conceitualização de *UJohn udla*

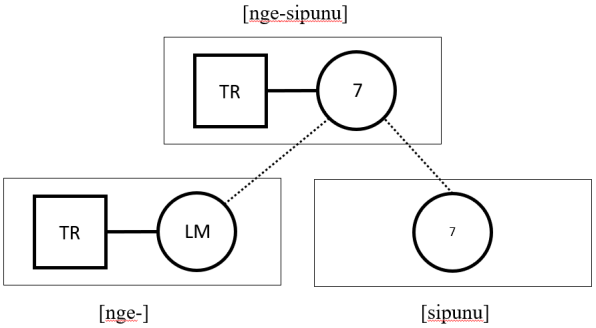


Fonte: Elaboração própria

Quanto ao instrumental, ele é expresso na posição pós-verbal em (70a) após a partícula *nga-*, realizada *nge-* por questões fonéticas e traduzida ao inglês pela preposição 'with' por Zeller (2012). Funcionando como uma preposição, *nga-* expressa uma relação cujo marco (LM) é necessariamente um nominal. Ao combinar-se com o nome *sipunu*, de classe 7, este passa a ser o LM de *nga* e a expressão *nge-sipunu* 'com a colher' forma um conjunto simbólico conforme ilustra o diagrama da Figura 4.5:

[23]Em zulu, há uma classe 1 e uma classe 1a, utilizada para designar nomes próprios, termos de parentesco e personificações (Zawada & Ngcobo, 2008).

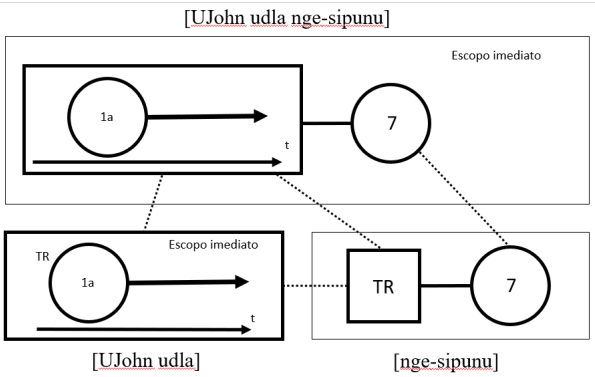
Figura 4.5: Diagrama da conceitualização de *nge-sipunu*



Fonte: Elaboração própria

Ao combinar-se com a oração *UJohn udla*, esta passa a ser o trajetor (TR) da relação expressa por *nge-sipunu*. Assim, o nominal *sipunu* designa um elemento que participa do evento *-udla* de forma indireta, como se vê no diagrama da Figura 4.6 abaixo:

Figura 4.6: Diagrama da conceitualização de *UJohn udla nge-sipunu*



Fonte: Elaboração própria

A concordância indica, dessa maneira, o trajetor da relação processual (o verbo) como ponto de referência para a conceitualização do evento denotado, o instrumento sendo acrescentado posteriormente como o marco de uma relação não processual expressa pela preposição como uma modificação da entidade processual que lhe serve de trajetor.[24]

[24]Dessa maneira, a construção *nge-sipunu* tem um valor próximo do adverbial, conforme apre-

Na construção com inversão instrumental (70b), a conceitualização se dá de maneira diferente, uma vez que não há preposição envolvida (nesse sentido, a inversão instrumental se aproxima da inversão locativa semântica e da inversão pacientiva).

Como já mencionado, a MS indica que o trajetor da relação expressa pelo verbo pertence a determinada classe e, no caso de *si-*, refere-se à classe 7. Dessa maneira, a construção *Isipunu sidla* 'A colher come' pode ser representada de modo semelhante ao apresentado na Figura 4.4 acima. A diferença se dá na maneira como *UJohn* compõe a conceitualização de (70b) e ela está relacionada ao conhecimento de mundo envolvido na conceitualização da construção. A não ser em caso de personificação estilística, o verbo *-dla* 'comer' pressupõe como trajetor um elemento do tipo coisa com animacidade. É possível que haja também um marco na relação que ele expressa, como se vê em (71):

(71) Zulu (S42)

I-sipunu si-dl-a u-John i-sobho.
AUG_7-CL_7.colher MS_7-comer-VF AUG_{1a}-CL_{1a}.John AUG_5-CL_5.sopa

'A colher come John sopa' ('John está usando a colher para tomar sopa').

(Zeller, 2012, p. 135)

Como mencionei anteriormente, a relação que *UJohn* estabele com a construção *Isipunu sidla* ocorre com base no conhecimento de mundo disponível aos falantes, que julgam com base nele qual é o papel desempenhado por cada nominal expresso construção. Dessa maneira, *Isipunu* continua codificando o trajetor da relação expressa em *sidla* (com isso pode ser considerado sujeito) e *UJohn* designa um elemento que corresponderá ao que a Gramática Cognitiva nomeia *espaço de elaboração*. O espaço de elaboração são os elementos presentes como base no perfilamento de determinada construção linguística. Por exemplo, a palavra em português *dedo* pressupõe a continuidade corporal com uma mão, um pé, uma pata etc. a que ele tenha sido, seja ou venha a ser anexado mesmo que imaginariamente. Igualmente, verbo *-dla* possui como parte de sua conceitualização algo ou alguém

sentado no Capítulo 3 em que trato das preposições para a Gramática Cognitiva.

que ingere e algo ou alguém que é ingerido, mesmo que esses elementos não venham a ser enunciados como foram em (71).

No caso da inversão instrumental, portanto, estabelece-se o instrumento como trajetor da relação processual perfilada (a oração) e introduzem-se os outros elementos participantes do evento cuja proeminência é secundária. Assim, em (71), o verbo *-dla* 'comer' apresenta não apenas um trajetor, codificado pelo nominal *isipunu* 'a colher' e reiterado pela MS de classe 7 *si-*, mas também dois elementos cuja proeminência é menor: *UJohn* e *isobho* 'a sopa'. A diferença com (70b) é apenas a expressão do elemento *isobho*. O papel desempenhado por esses elementos secundários no evento não é codificado por uma unidade simbólica; ele é estabelecida pelo conhecimento do falante sobre a situação denotada, de modo que, com um sujeito instrumento, os outros elementos fazem parte da construção sem se tornarem participantes. Os dados abaixo em (72) servem de evidência para essa afirmação. Eles mostram, por exemplo, que nem *UJohn* nem *isobho* podem ser substituídos pela marca de objeto, ou seja, não são marcos da relação estabelecida por *udla* 'comer':

(72) Zulu (S42)

a. *I-sipunu si-ya-mu-dl-a.
AUG$_7$-CL$_7$.colher MS$_7$--MO$_{1a}$-comer-VF
Pretendido: 'Ele está usando a colher para comer'.

b. *I-sipunu si-li-dl-a u-John.
AUG$_7$-CL$_7$.colher MS$_7$-MO$_5$-comer-VF AUG$_{1a}$-CL$_{1a}$.John
Pretendido: 'John está usando a colher para comer isso (a sopa)'.

(Zeller, 2012, p. 140-141)

Além disso, o elemento pacientivo (no caso *isobho* 'a sopa') não pode aparecer em uma construção passiva análoga, o que seria esperado caso fosse um objeto:

(73) Zulu (S42)

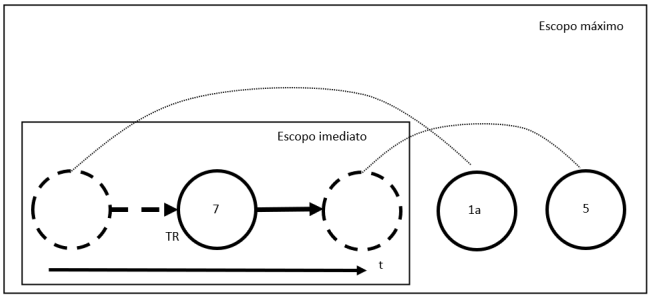
*I-sobho li-dl-iw-a u-John
AUG$_5$-CL$_5$.sopa MS$_5$-comer-PASS-VF AUG$_{1a}$-CL$_{1a}$.John
y-i-sipunu.
COP-AUG$_7$-CL$_7$.colher

Pretendido: 'A sopa é comida por John com a colher'.

(Zeller, 2012, p. 141)

O que proponho, a partir da análise acima, é que o envolvimento dos elementos pospostos ao verbo nas construções de inversão instrumental (assim como na inversão locativa semântica e na inversão pacientiva) é realizado por meio do conhecimento de mundo dos falantes que identificam os papéis desses elementos subjetivamente.[25] É o que procuro demonstrar com o diagrama da Figura 4.7 abaixo:

Figura 4.7: Diagrama da conceitualização de *Isipunu sidla uJohn isobho*



[Isipunu sidla Ujohn isobho]

Fonte: Elaboração própria

O que o diagrama busca capturar é a correspondência entre os nominais *Ujohn* e *isobho* com os espaços de elaboração que a conceitualização de *udla* possui. Essa correspondência é representada pelas linhas pontilhadas. A Figura 4.7 mostra também que não há a codificação expressa de uma relação direta entre os dois elementos mencionados após o verbo e o evento em si. De modo semelhante pode-se descrever a concordância nas inversões locativas semânticas e as pacientivas. Isso se deve ao fato de os nominais pré-verbais nessas construções serem coindexados na marca de concordância, servindo como ponto de referência e como

[25] A construção de um conteúdo subjetivo é frequente nos casos de expansão semântica, quando parte do sentido evocado por uma construção perde saliência. Um exemplo comum é o uso do verbo *ir* para construções de futuro: sua dimensão espacial perde saliência e a dimensão temporal se sobrepõe. Para ver mais sobre processos de subjetificação, ver Langacker (1998, 2006); Silva (2015) entre outros.

participantes do evento. Os elementos pós-verbais, por sua vez, correspondem a papéis pressupostos na relação expressa pelo verbo, mas a conceitualização da relação do evento com esses elementos pós-verbais é construída subjetivamente. Isso no caso do zulu, que aceita inversões com verbos transitivos. É comum que as construções de inversão sejam restritas a determinados tipos de predicado.[26]

Por apresentarem uma concordância diferente da explicada acima, as inversões locativas formais, as inversões de complemento, e as de concordância padrão precisam ser explicadas. Para isso, é importante relembrar que as expressões locativas perfilam uma *relação* e não uma entidade do tipo *coisa*. Assim, no caso da inversão locativa formal, é a relação entre o evento e o espaço designado que funciona como trajetor do evento expresso na oração. Tomemos o exemplo do chichewa (46b), repetido como (74) abaixo:

(74) Chichewa (N30)

Ku-mu-dzi ku-na-bwér-á a-lendô-wo
CL_{17}-CL_3-aldeia MS_{17}-PSD.RCNT-vir-IND CL_2-visitante-CL_2.aqueles

'Na aldeia veio aqueles visitantes'.

(Bresnan & Kanerva, 1989, p. 2)

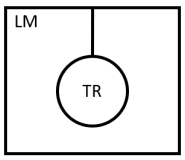
Como vimos anteriormente, na inversão locativa formal, a MS concorda com a marca de locativo da expressão locativa que antecede o verbo. No caso em (74), a marca de classe 17. Da mesma maneira que a partícula que introduz um instrumento, a marca de locativa também tem um perfil relacional, ou seja, não codifica uma *coisa*, mas uma relação. No caso do prefixo *ku-*, a relação é de interioridade em chichewa, cuja conceitualização poderia ser visualizada como na Figura (4.8) abaixo:[27]

O prefixo *ku-* na expressão pré-verbal em (74), portanto, tem como LM *munzi* 'aldeia', e o trajetor é o evento descrito pelo verbo. O fato de que o evento

[26]Marten & van der Wal (2014 : p. 356) apresentam uma hierarquia de tipos passíveis de aparecer em inversão, do tipo menos restrito ao mais restrito: cópula > inacusativos > inergativos > transitivos > multitransitivos (> verbos do tipo 'dizer'). Essa hierarquia se deve ao grau de exigência que cada língua apresenta para conceitualizar relações subjetivamente.

[27]A *interioridade aqui, é em sentido amplo, próximo das preposições 'in' ou 'into' em inglês ou 'em' em português.*

Figura 4.8: Diagrama da conceitualização do prefixo locativo *ku-* em chichewa



Fonte: Elaboração própria

kunabwérá alendôwo 'veio aqueles visitantes' sucede a expressão locativa faz com que a relação TR e LM (trajetor e marco) seja conceitualizada de modo oposto. A marca de concordância em classe 17 *ku-*, indica que o ponto de referência pelo qual a sentença deve ser conceitualizada é a relação de interioridade na aldeia expressa por *ku-munzi* 'na aldeia'. Isso implica que *ku-munzi* 'na aldeia' é trajetor do verbo *kunabwérá*. Em outras palavras, há um sujeito relacional, isto é, não participante no evento.

Não por acaso, a classe 17 (ou outras locativas) é frequentemente utilizada também nas construções de concordância padrão, em que não há um nominal pré-verbal correferente à MS. O dado abaixo do tswana ilustra isso:

(75) Tswana (S31)

Gó tsàmá-ílé Mphó
MS_{17} ir-PERF.CONJ Mphó

'Lá foi Mpho'.

(Creissels, 1996, p. 113)

A marca de sujeito *gó*, de classe 17, não apresenta um locativo a precedendo, mas codifica uma semântica de um espaço não especificado. De acordo com Creissels (2011), a língua tswana perdeu a distinção entre as três classes de prefixos locativos (16, 17 e 18) e conta com preposições e sufixos locativos neutros para expressar semântica locativa. Dessa maneira, expressões locativas pré-verbais nessa língua não têm correspondência com a classe locativa 17 da MS como se vê em (76):[28]

[28]Creissels (2011) glosa a marca de sujeito *gó* como pertencente à classe 15 e 17, uma vez que

(76) Sesotho (S32)

Mó kérèké-ng gó-opel-a bà-sádi
LOC_3 (CL_9).igreja-LOC $MS_{15/17}$-cantar-VF CL_2-mulher

'Lá na igreja canta mulheres'.

(Creissels, 2011, p. 42)

Dessa maneira, mesmo que não haja marca de classe 17 nos morfemas locativos que aparecem na expressão locativa pré-verbal, considero que a marca de sujeito indica concordância, uma vez que a semântica locativa está presente nela e a língua não distingue mais os tipos de locativo nas classes 15, 16 e 17. O dado em (77) mostra que o mesmo ocorre com sesotho, que utiliza a concordância locativa mesmo quando a indicação de locativo é um sufixo sem classe definida:

(77) Sesotho (S32)

Sekólo-ng hó-fíets-é banána
CL_7.escola-LOC MS_{17}-varrer-PERF CL_2.menina

'Na escola varre meninas'.

(Machobane, 1995, p. 130)

Em suma, ao assumir a concordância como a realização múltipla de um mesmo significado, que indica o ponto de referência a ser considerado na conceitualização de uma oração, é possível observar que os elementos pré-verbais nas construções de inversão são trajetores nas relações que elas codificam. Em outras palavras, as expressões locativas, instrumentais, pacientivas são sujeito nas orações em que aparecem em correferência com a MS.

Assim, a diferença entre a inversão locativa semântica e a inversão locativa formal se dá no perfil evocado pela expressão locativa. No primeiro caso, trata-se do perfilamento de uma entidade do tipo *coisa*, que participa do evento expresso na oração. Já na chamada inversão locativa formal, o que ocorre é o uso de uma

ela é morfologicamente semelhante à classe dos infinitivos. Ainda que a relação semântica entre locativos e infinitivos pareça não ser apenas coincidência, mantenho somente a classe 17 para maior clareza. O número 3 em LOC_3 na glosa refere-se ao tipo 3 de locativo, e não à classe 3.

relação como ponto de referência; o sujeito da oração é a relação que se estabelece entre o evento e o local. Quando a concordância é locativa sem um correferente, assume-se que ela evoca a semântica de local abstrato, em última instância, o mundo ele mesmo. Além disso, todas as construções de inversão apresentadas aqui evidenciam a possibilidade de que a função de sujeito pode ser realizada por qualquer elemento, independente de seu papel no evento a ser denotado (além de agente, instrumento, paciente, local ou relação espacial).

Na próxima seção, defenderei que as construções de inversão explicitam a dissociação entre a assimetria de papéis e a assimetria de proeminência, configurando uma estratégia de mudança de transitividade que não altera o número de elementos envolvidos em uma oração. Seguindo o que expus no capítulo 2, isso se deve a uma orientação ao evento, o que aproxima as línguas bantu das línguas de estrutura ativa.

4.4 As inversões e a orientação ao evento

Apesar do interesse que as construções de inversão despertam, elas não são uma forma de construção oracional muito frequente nas línguas bantu. Além de não ocorrer em todas as línguas do grupo, é possível constatar que (ao menos em kirundi) a ocorrência é bastante baixa quando comparada à ordem canônica (SVO). De acordo com Lafkioui *et al.* (2016), em um corpus que totaliza 1924 sentenças, apenas 35 são construções de inversão. Dessas 35 ocorrências, 25 ocorrem na modalidade escrita do corpus e 10 ocorrem na modalidade oral, indicando que a proporção de ocorrência de inversões na modalidade escrita é maior que na modalidade falada. Dessa maneira, é possível verificar que as construções de inversão são utilizadas quando há uma intenção discursiva específica, e quando há um controle maior da enunciação. Uma das funções bastante consensualmente considerada pela literatura é a de focalização do elemento pós-verbal, incluindo o "foco apresentacional" (Salzmann, 2011; Marten, 2006; Yoneda, 2011; Marten, 2014; Marten & van der Wal, 2014; Wal, 2015*a*; Downing & Hyman, 2016).

Para uma aferição mais precisa das funções discursivas expressas pelas construções de inversão, é necessário que elas sejam encontradas dentro de contextos discursivos o que, como mencionei acima no caso do kirundi, é algo raro. No entanto, com os dados do swahili em (54) que aparecem contextualizados em

(55) e (56), foi possível observar que a concordância ser coindexada ao elemento pós-verbal tem uma implicação de envolvimento desse elemento muito maior que uma construção cuja concordância é uma classe locativa padrão. Nesse último caso, o evento se apresenta como um episódio completo dentro da linha narrativa, enquanto uma concordância com o elemento pós-verbal indica que sua classe é antecipada como ponto de referência para a conceitualização.

Assumindo a concordância como simbolização múltipla, foi possível observar que o sujeito das construções de inversão pode corresponder a qualquer papel semântico, diluindo a correspondência entre hierarquia de papéis e relações gramaticais. Essa diluição se intensifica ao considerarmos a análise de que a relação entre os elementos pós-verbais e o verbo se dá de modo subjetivo, com base no conhecimento de mundo dos falantes e na semântica de cada elemento presente na oração. Esses dois fenômenos (a concordância e o estatuto dos nominais pós-verbais) explicitam que as relações gramaticais nas construções de inversão são desafiadoras se presumimos uma noção de transitividade categórica, que considera os esquemas de *bola de bilhar* ou de *autonomia/dependência*, como explico no capítulo 2 - *Estrutura ativa e orientação aos eventos*.

A proposta de análise aqui apresentada para as construções de inversão vai ao encontro da observação feita por Wal (2015*a* : p. 23), de que elas representam um "descompasso entre os papéis sintáticos típicos e os papéis discursivos". Em outras palavras, as construções de inversão expõem a discrepância que há entre a assimetria de papéis e a assimetria de proeminência. Essa discrepância, como mostrei no capítulo 2 - *Estrutura ativa e orientação aos eventos*, é uma característica que aproxima as línguas bantu de uma estrutura ativa, por relativizar a rigidez na transitividade das construções nessas línguas.

Ao defender que a transitividade nas línguas bantu é orientada ao evento, proponho que as construções 'de inversão' sejam compreendidas e analisadas como construções em que o sujeito é locativo, instrumental, pacientivo etc. Não se trata, portanto, de argumentos realizados de modo invertido, mas de evidências da dissociação entre a assimetria de papéis e a assimetria de proeminência, que caracteriza as gramáticas orientadas ao evento.

A inversão é, na verdade, uma relativização da hierarquia temática: ela se manifesta de outras maneiras que não na seleção do sujeito. Nesse sentido, o

fato de exigir que haja um participante pós-verbal (Marten & van der Wal, 2014) coloca as construções de inversão em uma posição intermediária no contínuo de transitividade. Esse elemento pós-verbal não necessariamente é um objeto, mas certamente é um elemento conceitualizado com menor proeminência que o elemento pré-verbal, quando este está presente. Apesar de não haver marcas morfossintáticas de alteração de valência, trata-se de construções próximas da noção de passiva (em que o elemento pós-verbal é, inclusive, opcional), por isso Marten & van der Wal (2014) também abordam as construções passivas em sua tipologia.

Assim, as construções de inversão são uma maneira de colocar papéis não agentivos em maior proeminência em uma oração o que, reforço, é uma forma menos transitiva de expressar eventos.

4.5 Considerações finais

Neste capítulo, apresentei as construções de inversão presentes nas línguas bantu com base na tipologia proposta por Marten & van der Wal (2014). Elenquei dados que mostram como locativos, instrumentos e pacientes podem ocorrer na função de sujeito nessas línguas e como isso apresenta um desafio teórico para a compreensão da noção de sujeito.

Minha proposta de análise baseia-se no aspecto discursivo dessas construções e defendi que elas devem ser compreendidas não como inversões derivadas de uma estrutura original, mas como construções primárias. Elas são uma maneira de introduzir no discurso uma informação que funciona como *fundo*, por privilegiarem elementos não agentivos (que costumam receber menos proeminência), ao passo que as construções passivas ou as que codificam agentes como sujeitos estão mais próximas de informações percebidas como *figura*, por serem mais transitivas. Essa distinção analisada pela perspectiva do discurso revela que as construções de inversão são menos transitivas que orações com sujeito agente ou que as passivas, também na elaboração de uma estrutura textual, seguindo a proposta de Hopper & Thompson (1980).

As construções de inversão também são evidência de uma característica das línguas orientadas aos eventos, que é a dissociação entre a assimetria de papéis e a assimetria de proeminência. Ao relativizarem a hierarquia de papéis na seleção dos

sujeitos, essas construções mostram que não há uma correlação entre as dicotomias sujeito-objeto e agente-paciente nas línguas bantu; seja no sentido de codificar sujeitos como agentes (assim como línguas acusativas), seja no de codificar sujeitos como pacientes (tal qual as línguas ergativas).

Se, no capítulo anterior, mostrei como as estratégias para expressar qualidades nas línguas bantu aferem maior transitividade em construções nas quais se esperaria baixa transitividade (como construções nominais), neste, apresentei uma maneira que as línguas bantu têm de diminuir a transitividade em construções com dois participantes, como recurso discursivo. No capítulo seguinte, abordarei o verbo bantu e quatro de suas extensões: a causativa *-*i*-/*-*ici*-, a aplicativa *-*ɪd*-, a neutra *-*ik*- e a passiva *-*ʊ*-/-*ibʊ*-. Esses afixos verbais alteram a transitividade (os dois primeiros aumentando-a e os dois últimos reduzindo-a) sem que haja mudança no número de participantes descrito pelos verbos que modificam.

Capítulo 5

As extensões verbais bantu e a orientação ao evento

Conforme introduzido no capítulo 2, as construções verbais nas línguas bantu apresentam alguns morfemas que se aglutinam à raiz verbal como afixos. Esses morfemas são conhecidos como extensões verbais e são considerados morfemas derivacionais sufixados à raiz do verbo que podem elaborar diferentes significações, como se vê na tabela 5 abaixo. Nela encontram-se as extensões verbais que foram reconstruídas para o proto-bantu, a partir dos alomorfes encontrados atualmente em línguas bantu e de vestígios de extensões já lexicalizadas como parte do verbo:

Tabela 5.1: Extensões verbais reconstruídas para o proto-bantu

*-i-/-ici-	Causativa
*-ɪd-	Aplicativa
*-ɪk-	Impositiva
*-ɪk-	Neutra
*-am-	Posicional (estativa)
*-an-	Associativa (recíproca)
*-ag-˜-ang-	Repetitiva
*-ad-	Extensiva
*-at-	Tentiva (contativa)
*-ʊd- ; -ʊk-	Separativa (tr.) / Reversiva (intr.)
*-ʊ- / -ibʊ-	Passiva

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Schadeberg & Bostoen (2019).

Seguindo o raciocínio defendido nesta tese, a transitividade é um fenômeno que se observa a partir de características semânticas nas construções e nos textos enunciados, como o número de participantes, a agentividade e a individuação dos participantes, o aspecto do verbo entre outros como detalhei também no capítulo 2. Dessa maneira, ao afixarem-se aos verbos, as extensões verbais alteram a semântica desses verbos de modo a afetar também a transitividade das construções em que aparecem. Os exemplos do cuwabo em (78) mostram como a afixação de uma extensão altera a significação da raiz verbal.

(78) Cuwabo (P34)

Causativo				
wáámwíya	'amamentar'	<	wáàmwá	'mamar'
ósúńzíya	'ensinar'	<	ósúńzà	'aprender'
Aplicativo				
ótámágélà	'correr atrás'	<	ótámâgà	'correr'
òpíyêlà	'cozinhar (para)'	<	òpíyà	'cozinhar'

Nos casos do cuwabo em (78) acima, é possível inferir que haja uma mudança no número de participantes envolvidos. Isso é particularmente perceptível no par *òpíyà* (cozinhar) e *òpíyêlà* (cozinhar para), em que um beneficiário participa do evento na forma com extensão.

Considerando a relação entre as extensões verbais e a transitividade, os efeitos semânticos de algumas extensões (como as causativas, aplicativas e passivas, por exemplo) têm sido compreendidos como fenômenos sintáticos, a partir da ideia de operações de alteração de valência (Guthrie, 1967-71; Chavula, 2016; Dom *et al.*, 2018). No entanto, pretendo demonstrar que as extensões atuam na alteração de transitividade que, conforme venho expondo, tem no número de participantes apenas um de seus parâmetros. Dessa maneira, é possível que extensões aumentem ou reduzam a transitividade de determinadas construções sem que isso implique a alteração de valência verbal, conforme têm demonstrado estudos sobre questões semânticas e pragmáticas das extensões (Marten, 2003; Marten & Mous, 2017; Downing & Marten, 2019).

Este capítulo conta com duas seções maiores, cada uma destinada a um efeito distinto sobre a transitividade: a primeira seção trata de casos em que a transitivi-

dade é aumentada e a segunda é dedicada a extensões que provocam uma redução na transitividade. Mostrarei que as extensões verbais atuam não somente no número de participantes (como também observaram Ngonyani, 1995; Marten, 2003; Bostoen *et al.*, 2015; Marten & Mous, 2017), mas também nos outros parâmetros elencados por Hopper & Thompson (1980) para a transitividade, reforçando o argumento de que a transitividade é gradual e não categórica.

5.1 Extensões que aumentam transitividade

Nesta seção discutirei duas das extensões verbais que estão associadas ao aumento de transitividade: a causativa e a aplicativa. Essas construções não são exclusividade das línguas bantu e a sua correlação com o aumento de participantes é questionada conceitualmente (ver Kittilä, 2009, 2013 : sobre a causatividade, por exemplo).

Evidentemente, um aumento na transitividade de determinada construção pode acarretar uma ampliação do número de participantes expressos. Nas seções seguintes, porém, busco mostrar outros efeitos que as extensões causativa e aplicativa criam ao se afixarem em raízes verbais bantu.

5.1.1 Causativa: **-i-/*-ici-*

A ideia de causatividade está associada a expressões em que o evento apresenta não apenas os seus participantes diretos, mas também um elemento causador do evento. O entendimento mais comum sobre causativização é de que se trata da adição de um agente (ou um causador externo) na valência de um verbo (Comrie, 1976; Kangira, 2012). No exemplo em (79), o evento *tropeçar* tem apenas *o menino* como participante e é causado por *um colega* que se relaciona indiretamente com o evento.

(79) ‘Um colega fez o menino tropeçar’

É comum, portanto associar a causatividade com o acréscimo no número de participantes e, consequentemente, a um aumento na transitividade.[1] No entanto, esse aumento no número de participantes não ocorre necessariamente, como se vê

[1]Para uma análise de redução de transitividade com causativas, ver Kittilä (2009, 2013).

em godoberi (caucasiana nordeste - *não bantu*), em que o morfema causativo altera o envolvimento do agente, mas não acrescenta uma causa externa ao evento:

(80) Godoberi (Caucasiana nordeste)

a. mak'i-di łeni čibi
criança-ERG água espirrar.PSD
'A criança espirrou água (talvez involuntariamente)'

b. mak'i-di łeni čib-ali
criança-ERG água espirrar-CAUS.PSD
'A criança espirrou água (intencional e repetidamente)'

(Kibrik, 1996, citado em Kittilä, 2013, p. 115)

Observa-se que há apenas dois participantes tanto em (80a) como em (80b): *mak'i* 'criança' e *łeni* 'água'. A diferença de forma entre os dois enunciados é morfema causativo *-ali*, que aparece em (80b). Do ponto de vista semântico, "a causativização aumenta (ou tonifica) o alto grau de agência (entendida como uma noção que compreende características como volicionalidade, controle e intencionalidade) associada ao instigador" (Kittilä, 2013, p. 115).[2] Neste capítulo, utilizarei os termos *instigador* para me referir ao agente externo que causa o processo denotado e *instigando* para me referir ao elemento que realiza o processo denotado a partir de uma causa externa. No exemplo em (79), *um colega* é instigador e *o menino* é instigando.[3]

De acordo com (Kittilä, 2009 : p. 74), há três características semânticas na elaboração de um protótipo causativo:[4]

> 1. No protótipo causativo, um causador externo (agente) é adicionado a um evento intransitivo denotado pela oração intransitiva subjacente.
> 2. Todos os traços de agentividade são introduzidos na oração causativizada. Isso significa que a participação do agente no evento resultante

[2] *causativization increases (or stresses) the high degree of agency (understood as a notion comprising features such as volitionality, control and intentionality) associated with the instigator* - no original.

[3] O uso da forma gerundiva do verbo nesse caso tem o intuito de compreender tanto a parte ativa como a parte passiva do envolvimento do elemento na ação, como ocorre em exemplos como *formando*, *mestrando*, *educando* etc.

[4] Dixon & Aikhenvald (2000) apresentam características parecidas, também.

> é volitiva, controlada e propositada, e o agente é claramente a principal causa do evento em questão; o evento não teria ocorrido se o agente não o tivesse induzido. O agente também direciona sua ação diretamente ao paciente e o objetivo do agente é causar uma mudança de estado no paciente.
> 3. A introdução de um agente produz um evento prototipicamente transitivo envolvendo uma causa saliente (agente) e um efeito saliente (paciente). Em casos canônicos, o agente é completamente não afetado pelo evento no qual participa, enquanto o paciente é inteiramente afetado e então registra o efeito do evento descrito. A causativização não tem maiores consequências para a afetação do paciente.[5]

As características elencadas por Kittilä (2009) acima mostram que uma construção causativa de fato está relacionada ao fenômeno da transitividade de modo mais amplo que a simples alteração de valência. Como mostrarei mais adiante, é possível observar as três características acima em construções causativas de línguas bantu. Relembro porém que utilizo *instigador* e *instigando*, para os elementos que Kittilä (2009) chama *agente* e *paciente*, respectivamente – mesmo em casos não prototípicos, em que a oração causativizada envolve mais participantes.

De acordo com Kemmer & Verhagen (1994), há duas maneiras de analisar construções causativas. A primeira, que considera estruturas subjacentes e derivações sintáticas, descreve as causativas como derivações a partir de sentenças mais complexas que geram estruturas mais simples. De certa maneira, as sentenças causativas seriam, nessa abordagem, construídas por meio de manipulações sintáticas realizadas sobre uma estrutura bi-oracional subjacente. A segunda abordagem,

[5] *1. In the causative prototype, an external causer (agente) is added to an intransitive event denoted by the underlying intransitive clause.*
2. All features of agency are introduced into the causativized clause. This means that the agent's participation in the resulting event is volitional, controlled and purposeful, and the agent is clearly the primary cause of the event in question; the event would not have occurred if the agent had not induced it. The agent also targets its action directly at the patient and it is the aim of the agent to cause a chenge of state in the patient.
3. The agent introduction produces a prototypical transitive event involving a salient cause (agent) and a salient effect (patient). In canonical cases, the agent is fully unaffected by the event in which it partakes, while the patient is thoroughly affected and thus registers the effect of the described event. Causativization does not have major consequences for the affectedness of the patient. - no original.

defendida pelos autores, considera que as expressões causativas são elaboradas com origem em unidades mais simples, relacionadas de modo não derivacional a orações mais básicas (Kemmer & Verhagen, 1994 : p. 116). No caso de (79) – *o colega fez o menino tropeçar* –, a primeira abordagem analisaria a sentença como uma espécie de união entre *o colega fez algo* e *o menino tropeçou*, ao passo que a segunda abordagem leva em consideração o ponto de vista do conceitualizador, que percebe o evento de *tropeçar* e conceitualiza, como participante do evento, não somente *o menino*, mas também a própria ideia de causatividade expressa pela relação com *o colega*. Essa segunda abordagem considera a causatividade como um modo de organizar a realidade percebida pelos seres humanos e, neste capítulo, analiso a extensão verbal causativa nas línguas bantu de maneira análoga a ela.

Dessa maneira, Kemmer & Verhagen (1994) consideram que a relação entre a expressão causativa e a forma mais simples se dá de maneira não derivacional (sintaticamente). Analogamente, considero que a construção causativa ocorre por meio da derivação morfológica de um verbo causativo a partir de uma raiz não causativa. Trata-se da elaboração de um verbo mais transitivo (no caso das causativas) criado pelo uso de um morfema derivacional com semântica própria que se afixa a um verbo já convencionalizado na língua.

Nas línguas bantu, a extensão causativa pode se apresentar de duas maneiras, conforme descrito no título desta sub-seção. Os dois alomorfes da extensão causativa foram reconstruídos para o proto-bantu em distribuição complementar: **-i-* ocorre após consoantes e **-ici-*, após vogais. Assim como a extensão aplicativa, como veremos adiante, a causativa aumenta a transitividade de uma expressão ao ser afixada a determinado verbo. O acréscimo de participantes expressos pela construção é o resultado da mudança de significação mais comumente atribuído ao morfema causativo. Nesse caso, além do elemento (ou dos elementos) que participa ativamente do evento denotado, há mais um participante que é conceitualizado como a causa do evento. É o que se vê, por exemplo, nos exemplos do kikongo abaixo (81):

(81) Kikongo (H10)

a. Mvula i-nok-ene.
CL$_9$.chuva MS$_9$-chover-PSD
'A chuva choveu'

b. Luzolo nok-**es**-e mvula.
CL_1.Luzolo MS_1.chover-**CAUS**-PSD CL_9-chuva
'Luzolo choveu a chuva' (Luzolo fez com que chovesse)

(Fernando, 2013, p. 29-30)

O que podemos observar em (81a) é que o verbo *-nok-*, correspondente a *chover* é um verbo que apresenta um sujeito: *mvula*. A ação de 'chover' é realizada por um participante e essa ação pode ser causada por outro elemento, o que é expresso em (81b). Nesse caso, ocorre a sufixação de *-es-*, que indica a alteração de transitividade. Não apenas há dois participantes no evento (em contraste a apenas um no exemplo (81a)), mas também há uma maior agentividade atribuída ao trajetor da relação, que passa a ser expresso por *Luzolo*, em vez de *mvula*.

Dessa maneira, o objetivo desta sub-seção é apresentar a extensão causativa nas línguas bantu como um morfema que altera a transitividade das construções em que aparece, mas não apenas envolvendo o acréscimo de participantes. Isso pode ser observado ao analisar a causatividade quando expressa de maneira distinta da extensão verbal. Na comparação entre uma construção causativa perifrástica e a derivacional, nota-se que o morfema causativo *-is* aumenta o envolvimento do causador no evento. Os dados do xhosa abaixo ilustram esse fato:

(82) Xhosa (S41)

a. Nd-enze ukuba umfundisi athenge iincwadi.
MS_{1SG}-fazer.PSD COMP professor comprar livros
'Eu fiz o professor comprar livros'

b. Nd-enze ukuba umfundisi athenge iincwadi evemkileni.
MS_{1SG}-fazer.PSD COMP professor comprar livros loja.LOC
'Eu fiz o professor comprar livros na loja'

c. Ndi-theng-**ise** iincwadi k-umfundisi
MS_{1SG}-comprar-**CAUS.PSD** livros LOC-professor
'Eu causei.comprar livros no professor' ('Eu vendi livros ao professor')

(Cooper, 1976, p. 320-321)

Os dados em (82a) e (82b) são exemplos de uma construção causativa perifrástica, semelhante à estrutura em português *X fez Y fazer Z*, em que *X* é causador da ação de *Y*. A construção causativa derivacional, expressa por meio da derivação *-ise* destacada em (82c), altera a noção de causatividade a ponto de permitir uma leitura alternativa. Nessa leitura, o elemento instigando, isto é, aquele cuja ação tem outro agente causador, tem sua agentividade significativamente reduzida, como indica o prefixo locativo prefixado em *k-umfundisi* (ao professor). Não podemos desconsiderar que a tradução oferecida possa ter influenciado essa análise (conforme discutido na introdução desta tese), porém a morfologia de locativo é um forte indício da baixa agentividade do elemento que realiza a ação causada. Além disso, considero que a comparação das duas construções causativas corrobora a plausibilidade de uma análise semântico-morfológica sobre as extensões verbais contribuir para os estudos de transitividade para além de uma abordagem puramente sintática.

Outro exemplo em que a mudança na transitividade por um morfema causativo pode ser observada está em (83):

(83) Swahili (G42)

a. mwalimu hu-wa-som-**esh**-a wanafunzi kurani
CL_1professor HAB-MS_{3SG}-ler-**CAUS**-VF CL_2-aluno corão
'O professor causa.ler os alunos o corão' (os alunos querem ler/estudar)

b. mwalimu hu-wa-lazimisha wanafunzi wa-som-e kurani
CL_1professor HAB-MS_{3SG}-forçar CL_2-aluno $MS_{3.PL}$-ler-SUBJ corão
'O professor força os alunos leem o corão' (os alunos não querem ler/estudar)

(Dixon, 2000, p. 66)

Dixon (2000) explica que a diferença entre (83a) e (83b) é que no primeiro caso – elaborado com o uso do morfema causativo *-esh* – o elemento instigando, ou seja, o que executa a ação por uma causa externa, o faz por sua própria vontade, ao passo que no segundo caso ele age contra sua vontade. Isso pode ser interpretado de modo semelhante aos dados em (82), em que o elemento 'instigando' tem agentividade mais baixa nas construções derivadas. Se a versão com o morfema causativo do verbo correspondente a 'ler' implica uma disposição favorável do

elemento instigando para executar a ação, é porque o efeito do agente instigador sobre ele é maior, quando comparado à relação entre eles na construção perifrástica. Neste último caso, inclusive, o elemento instigando *wanafunzi* é sujeito do verbo *wasome*, como se nota pela concordância da marca de sujeito *wa-*. Curiosamente, o sentido encontrado em (83b) pode ser expresso de modo alternativo, com a duplicação do morfema causativo:

(84) Swahili (G42)

mwalimu hu-wa-som-**es(h)-esh**-a wanafunzi kurani
CL_1professor HAB-MS_{3SG}-ler-**CAUS-CAUS**-VF CL_2aluno corão

'O professor causa.ler os alunos o corão' (os alunos não querem ler/estudar)

(Dixon, 2000, p. 66)

Como se vê, a extensão verbal causativa não está diretamente associada à inclusão de um argumento na estrutura do verbo, mas a uma conceitualização particular do fator de influência no evento sendo descrito. Essa ampliação do evento pode ser expressa com mais elementos ou não. Jerro (2013) divide as duas formas de expressão causativa em kinyarwanda – com a extensão *-ish* e com o verbo *tuma* (fazer) – em causativas direta e indireta, respectivamente.

(85) Kinyarwanda (D61)

a. Umw-arimu y-a-ndik-**ish**-ije umw-ana in-kuru
CL_1-professor MS_{1S}-escrever-**CAUS**-PERF CL_1-criança CL_9-história
'O professor causou.escrever a criança a história' (O professor fez a criança escrever a história)

b. Umw-arimu ya-tum-ye umw-ana ya-ndik-a
CL_1-professor MS_{1S}-fazer-PERF CL_1-criança MS_{1S}-escrever-IMP
inkuru
CL_9-história
'O professor fez a criança escreve(r) a história'

(Jerro, 2013, p. 21-22)

Jerro (2013) considera que o número de participantes e de eventos é o mesmo em ambas as construções, mas há nuances na interpretação evocada por elas. No entanto, ao detalhar essas nuances, o autor afirma que em (85a), há a conceitualização de um único evento envolvendo a causalidade exercida pelo professor e a escrita do aluno. Um exemplo seria uma situação em que o professor se posiciona atrás da criança, forçando-a a escrever. Já em (85b), a interpretação anterior pode ser realizada, mas há uma separação entre a causa e o evento resultante: o professor pode ter inspirado uma criança e esta escreve uma história anos mais tarde. Esta leitura não é possível em (85a). Dessa maneira, o que a extensão *-ish* faz, em kinyarwanda, é aproximar o agente (instigador) da relação temática resultante do processo descrito, mantendo uma conceitualização de evento único. Nesse sentido, o elemento que de fato realiza a ação descrita (escrever, nos exemplos acima) pode ser interpretado de modo semelhante a um *instrumento*, como se vê nas construções de (86), em que há elementos instrumentais e o uso da extensão *-ish* (expressa ortograficamente *-iiš*):

(86) Kinyarwanda (D61)

a. Umu-gabo a-ra-andik**-iiš**-a í-kárámu í-bárúwa
CL_1-homem $MS_{3.SG}$-PRS-escrever**-CAUS**-ASP CL_9-caneta CL_9-carta
'O homem escreve a caneta a carta'

b. Umu-gabo a-ra-andik**-iiš**-a umu-gabo í-bárúwa
CL_1-homem $MS_{3.SG}$-PRS-escrever**-CAUS**-ASP CL_1-homem CL_9-carta
'O homem escreve o homem a carta' ('O homem está fazendo o homem escrever a carta')

(Kemmer & Verhagen, 1994, p. 140)

Os exemplos em (86) apresentam estruturas semelhantes, em que há um elemento instigador e um instigando. Em ambas as situações, há um único evento em que o sujeito se vale de um instrumento para realizar determinada ação. O estranhamento de uma interpretação instrumental de (86b) se deve mais ao caráter humano do elemento instigando que a uma questão morfossintática.

Esta seção mostrou como as construções com extensões causativas carregam, para além da valência verbal, características semânticas relacionadas ao desenvol-

vimento dos eventos e das dinâmicas de força entre os elementos. Assim sendo, a transitividade se altera com o uso das extensões causativas justamente por ser um fenômeno linguístico associado à efetividade da realização de um evento. Na seção seguinte, apresento a extensão aplicativa, cujas características semânticas são menos evidentes em comparação às construções causativas.

5.1.2 Aplicativa: **-ɪd-*

Construções aplicativas são aquelas que expressam adjuntos ou argumentos periféricos como objetos. Em outras palavras, são construções em que um participante indireto, ou mesmo um elemento não participante de um evento, mas relacionado a ele, é construído como participante central do evento expresso. De acordo com Schadeberg & Bostoen (2019), nas línguas bantu, o objeto aplicado pode representar diferentes papéis temáticos como beneficiário, maleficiário, alvo, experienciador, recipiente, locativo, instrumento, direção, paciente/tema, circunstancial e razão/motivo – ainda que nem todos os papéis sejam possíveis em todas as línguas. Os exemplos em (87) abaixo ilustram duas construções com o verbo *-hɛmɛl-* em ndendeule (N10): uma sem a presença da extensão aplicativa *-ɛl* e outra com ela.

(87) Ndendeule (N10)

a. n-gɛni a-ki-hɛmɛl-a ngoβo
CL_1-convidado MS_1-PSD-comprar-VF CL_{10}.roupa
'O convidado comprou roupas'

b. n-gɛni a-ki-hɛmɛl-**ɛl**-a mw-ana ngoβo
CL_1-convidado MS_1-PSD-comprar-**APL**-VF CL_1-criança CL_{10}.roupa
'O convidado comprou a criança roupas'

(Ngonyani, 1995, p. 2)

Esse tipo de contraste levou uma boa parte das análises sobre construções aplicativas a considerá-la uma operação de aumento no número de participantes envolvidos em um evento, sobretudo a partir de um olhar sintático (Baker, 1988; Bresnan & Moshi, 1990; Ngonyani, 1998; Kangira, 2012). No entanto, há construções aplicativas em que o número de participantes permanece inalterado e outras abordagens têm sido utilizadas para analisar a derivação aplicativa por um ponto de vista semântico (Cann & Mabugu, 2007; Jerro, 2016) e pragmático-discursivo

(Marten, 2003; Creissels, 2004; Marten & Mous, 2017; Dieudonne, 1999). É justamente com base nesses últimos trabalhos que desenvolvo esta subseção, no intuito de apresentar o uso do morfema aplicativo como um elemento que aumenta a transitividade da construção em que aparece. O aumento no número de participantes seria uma decorrência dessa maior transitividade, como um efeito secundário da derivação semântica que o morfema aplicativo codifica, portanto. Esta análise se alinha à proposta de Marten (2003) e Marten & Mous (2017) de que o aplicativo expressa uma construção dinâmica de fortalecimento do conceito expresso pelo verbo. O que procuro mostrar é que esse "fortalecimento" do conceito expresso pelo verbo pode ser entendido como uma maior efetivação da realização do evento denotado, ou seja, ele corresponde a uma maior transitividade, de acordo com a proposta de transitividade de Hopper & Thompson (1980) que venho adotando ao longo desta tese.

Marten & Mous (2017) apresentam a hipótese de que as construções aplicativas sejam utilizadas para expressar uma quebra de expectativa. Dessa maneira, não necessariamente ocorre mudança de valência. Os exemplos em (88) mostram como a realização do morfema aplicativo não acarreta acréscimo de participantes:

(88) Swahili (G42)

a. Juma a-li-val-a kanzu
Juma MS_1-PSD-vestir-VF kanzu
'Juma vestia um Kanzu'

b. #Juma a-li-val-i-a kanzu
Juma MS_1-PSD-vestir-APL-VF kanzu
'Juma trajava um Kanzu'

c. Juma a-li-val-i-a nguo rasmi
Juma MS_1-PSD-vestir-APL-VF CL_{10}.roupa oficial
'Juma trajava roupas oficiais/formais'

d. - kijana wa Kihindi, ka-val-i-a vizuri ...
- jovem da Índia MS_1.PERF-vestir-APL-VF bem ...
' - um jovem indiano, bem trajado ...' (Muhammad Said Abdulla, *Mwana wa Yungi Hulewa, 1976, p. 52*)

(Marten & Mous, 2017, p. 6)

O termo *Kanzu* utilizado em (88a) e (88b) designa uma vestimenta do dia a dia, cujo uso não desperta nenhum estranhamento. Marten & Mous (2017) argumentam que esse é o motivo de (88b) ser uma construção infeliz – com a extensão *-i*, a informação precisa quebrar a expectativa do interlocutor. Por outro lado, vestir-se de um modo especial ou cerimonial é uma situação não cotidiana, e a excepcionalidade do evento é expressa pelo morfema aplicativo em (88c) e (88d). Essa excepcionalidade é evidenciada pelas 'roupas oficiais' (*nguo rasmi*) em (88c) e pelo advérbio 'bem' (*vizuri*) em (88d). Não por acaso, os autores traduzem para o inglês o verbo em (88a) e (88b) por *wear*, ao passo que o mesmo verbo é traduzido por *dress (up)* em (88c) e (88d). Minha opção por utilizar *trajar* em português brasileiro quando a construção recebe a extensão aplicativa segue o raciocínio da excepcionalidade da situação defendida pelos autores. Reforçando o argumento desta seção, é importante ressaltar que o dado em (88d), extraído de um romance, apresenta um uso do verbo correspondente a 'trajar' com apenas um participante, o que reforça a análise de que o morfema aplicativo não é um ampliador de valência, necessariamente.

Outro dado que reforça a ideia de que o morfema aplicativo atua na transitividade de modo independente da valência verbal é encontrado em bemba (M42):

(89) Bemba (M42)

a. Tu-ka-ly-a
MS$_{1PL}$-FUT-comer-VF
'Vamos comer'

b. Tu-ka-li-**il**-a
MS$_{1.PL}$-FUT-comer-**APL**-VF
'Vamos banquetear' (*expr. idiom.* 'vamos curtir')

(Marten, 2003, p. 218)

Como se vê, tanto em (89a) como em (89b), há apenas um participante, identificado por meio da marca de sujeito de primeira pessoa do plural. A diferença entre os dois exemplos se dá no uso do morfema aplicativo *-il* em (89b), que deriva um verbo mais intenso, traduzido por Marten (2003) como uma expressão idiomática significando 'curtir' (*enjoy*, na tradução original em inglês). Do ponto de vista da transitividade, (89b) é mais transitivo que (89a) justamente por ampliar a ideia de

efetividade na realização do evento. O verbo correspondente ao português 'comer', ainda que não realize o seu marco por meio de um objeto, tem na base de sua conceitualização algo que é comido. Nos dois exemplos em (89), não se especifica o que será comido, mas em (89b), com o morfema aplicativo, a afirmação é de comer de modo pleno, até se satisfazer. É nesse sentido que a transitividade é maior nesse caso.

Mais um caso em que o aumento de transitividade por meio do morfema aplicativo é observado em kinyarwanda. As expressões em (90) indicam a colocação de um objeto em local definido:

(90) Kinyarwanda (D61)

a. Omu-mati okwa tumb**-il**-a oma-mbo po-shitaafula
CL_1-homem PSD levantar**-APL**-VF CL_6-livro LOC-CL_7.mesa
'O homem levantou o livro na mesa'

b. Oma-mabo o-g-a tumb**-il**-w-a po-shitaafula
CL_6-book $POS\text{-}MS_6$-PSD levantar**-APL**-PASS-VF LOC-$_7$.mesa
(ko-mumati)
(por-homem)
'Os livros foram levantados na mesa (pelo homem)'

c. Oma-mabo o-g-a tumb**-il**-il-w-e po-shitaafula
CL_6-book $POS\text{-}MS_6$-PSD levantar**-APL**-PERF-PASS-VF LOC-$_7$.mesa
(ko-mumati)
(por-homem)
'Os livros foram levantados na mesa (pelo homem)'

(Shiwanda, 2018, p. 115-116)

Os exemplos em (90) têm uma leitura de *accomplishment*, ainda que o verbo *tumbila* normalmente seja atélico em kinyarwanda (Shiwanda, 2018 : p. 117). A alteração na transitividade está, portanto, no parâmetro de "pontualidade" apresentado por Hopper & Thompson (1980) e não no número de participantes. Observa-se aí uma relevância maior atribuída ao modo como o **evento** é conceitualizado, não os **participantes**.

O kinyarwanda mostra também que a extensão aplicativa pode não apenas ser reduplicada, mas combinada com a extensão causativa, como se vê em (91), que apresenta uma construção com diversos participantes.

(91) Kinyarwanda (D61)

Umugoré
mulher
a-ra-na-ha-ki-zi-ba-tu-n-som-eesh-eesh**-er-er**-ez-a.
MS_1-PRS-também-MO_{16}-MO_7-MO_{10}-MO_2-MO_{2PL}-MO_{1SG}-ler-CAUS-CAUS**-APL-APL**-IMP-VF

'A mulher também está fazendo eles lerem ele (o livro) com eles (os óculos) para você por mim lá (na casa)'

(Kimenyi, 2006, p. 221)

O exemplo em (91) é particularmente interessante pois poderia nos levar justamente à conclusão contrária à que busco apresentar neste capítulo: o aumento do número de extensões causativas e aplicativas leva (ou parece levar) ao aumento do número de participantes. Porém o que deve ser levado em conta é: há alguma correlação biunívoca entre determinada extensão e um participante específico? Como foi visto acima em (84), a duplicação da extensão causativa pode expressar a participação não voluntária do elemento instigando, não necessariamente a inclusão de mais uma origem instigadora do evento, ou mesmo a conceitualização única da causa e do evento realizado.

Para finalizar esta seção sobre a extensão aplicativa, apresento dados do chichewa que mostram a interação entre o morfema aplicativo e a noção de posse:

(92) Chichewa (N30)

a. John a-na-masul–a zipi wa-nga
John MS_{3SG}-PSD-abrir-VF zíper CON-1_{SG}.POSS
'John abriu o zíper meu'

b. John a-na-ndi-masul**–ir**-a zipi
John MS_{3SG}-PSD-MO_{1SG}-abrir**-APL**-VF zíper
'John me abriu o zíper' (ou John abriu o zíper para mim)

c. John a-na-ndi-masul-a zipi
John MS_{3SG}-PSD-MO_{1SG}-abrir-VF zíper
'John me abriu o zíper'

(Simango, 2007, p. 934)

A análise de Simango (2007) sobre esses dados diz respeito à posse, que o autor considera ser de tipo alienável no caso de *zipi* 'zíper'. Para além das relações possessivas, algumas de suas considerações nos ajudam a compreender o efeito do aplicativo como elemento que altera a transitividade da expressão – sem alterar o número de participantes. O exemplo (92a), segundo Simango, "não indica se o falante foi ou não afetado pela ação de John" (p. 935). Já em (92b) – com o morfema aplicativo *–ir –*, não é possível inferir a quem pertence o zíper: pode ser de John, pode ser do falante, pode ser de outra pessoa. Além disso, (92b) necessariamente implica que o falante foi afetado pela ação de John e que o zíper em questão possivelmente não era parte de uma roupa que o falante vestia no momento da fala. O dado em (92c), por outro lado, especificamente expressa uma situação em que John abriu um zíper que era parte de uma roupa que o falante usava no momento da fala. Dessa maneira, comparando (92b) – com aplicativo – e (92c) – sem aplicativo –, é possível inferir que em ambas o falante é afetado: pela ação no primeiro caso, e pelo objeto (como possuidor) no segundo. Considerando que a primeira pessoa é um participante menos proeminente em ambos os casos, o aplicativo tem a função de atribuir centralidade ao evento como fator de afetação de O, ao passo que na versão sem aplicativo (92c) o participante é mais relevante, estando inclusive mais diretamente associado ao outro objeto presente na oração: o zíper. Em ambos os casos, o número de participantes é o mesmo, mas a presença do morfema aplicativo amplia a transitividade ao aumentar a afetação de O.

Assim como a extensão causativa, a extensão aplicativa não é simplesmente um operador sintático, mas um morfema que evoca uma diferente conceitualização do evento denotado pelo verbo ao qual se afixa. Nesse sentido, ela mostra que o evento é o centro da conceitualização e a transitividade não é categórica nos dados apresentados. Na seção seguinte, descrevo outras duas extensões verbais cuja função é a inversa ao que foi visto até aqui: a extensão neutra e a extensão passiva reduzem a transitividade da expressão em que aparecem.

5.2 Extensões que reduzem transitividade

Da mesma maneira que as extensões verbais apresentadas na seção anterior são normalmente analisadas como elementos que aumentam a valência verbal, há extensões cuja análise mais recorrente é a inversa: a de redução de valência.

Igualmente à seção anterior, mostrarei nesta que os morfemas **-ik-* (extensão neutra) e **-ʊ-/-ibʊ-* (extensão passiva) são redutores de transitividade de modo amplo e não de valência verbal. A diminuição do número de participantes expressos é uma eventual consequência da redução dos fatores de transitividade e não sua causa. Vejamos inicialmente como isso ocorre com a extensão neutra.

5.2.1 Neutra: **-ik-*

Segundo Dom (2014), a extensão neutra nas línguas bantu abrange uma gama considerável de significados. Antes de detalhá-los, antecipo a afirmação do autor de que "em sua função idiossincrática, o neutro não necessariamente modifica a diátese do verbo básico, portanto, sendo apto a combinar com verbos médios" (2014 : p. 56).[6] Essa afirmação sobre o sentido idiossincrático (em que há uma transformação de significado do verbo, muitas vezes já gramaticalizada e opaca) mostra que a extensão não necessariamente é correlata de uma alteração de valência. Os dados em (93) ilustram esse uso.

(93) Chichewa (N31b)

a. makiyi ako a-na-tay-**ik**-a
chaves $\text{POSS}_{2.\text{SG}}$ MS-PSD-jogar.fora-**NEU**-VF
'Tuas chaves perderam'('*Your keys were lost*')

b. chaka chatha chimanga chi-na-lim-**ik**-a
ano último milho MS-PSD-cultivar-**NEU**-VF
'Ano passado o milho abundou' ('*Last year corn was bountiful*')

(Dubinsky & Simango, 1996, p. 756; também em Dom, 2014, p. 56)

Ainda que a relação entre os sentidos de 'perder' e 'jogar fora', bem como entre 'cultivar' e 'abundar' não seja imediatamente observável, pode-se perceber que o morfema neutro atua sobre a significação dos verbos *-tay-* ('jogar fora') e *-lim-* ('cultivar') para possibilitar uma nova leitura. De todo modo, há proximidades semânticas: tanto em 'perder' como em 'jogar fora', há a saída de um elemento do domínio de outro, assim como 'cultivar' e 'abundar' estão relacionados à produção agrícola. Assim, não se pode descartar a possibilidade de que a distância semântica

[6] *In its idiosyncratic function, the neuter does not necessarily modify the diathesis of the basic verb, thus being able to combine with middle verbs.* - no original.

(ou a idiossincrasia alegada) entre as formas primitivas e as derivadas somente seja percebida em função das traduções (conforme discutido na Introdução desta tese), mas é compreensível que o morfema neutro represente, nos exemplos em (93), uma mudança de significação distinta de outros usos, apresentados a seguir.

Para além dessa função de significação idiossincrática, Dom (2014) apresenta outras três: a alternância ergativa, a passiva sem agente e a derivação potencial.

Na alternância ergativa, as construções com a extensão neutra são utilizadas em expressões cujo o sujeito é afetado pela ação (Schadeberg, 2003*a*; Dom, 2014). Essa função pode ser identificada nos exemplos abaixo:

(94) Bena (G63)

a. u-mu-ana a-haa-deeny-ile u-tu-bihi
AUG_1-CL_1-criança MS_1-PSD_3-quebrar-VF AUG_{12}-CL_{12}-CL_{12}-árvore
igolo.
ontem
'A criança quebrou o galho ontem'

b. u-tu-bihi tu-haa-deeny-**ih**-ile igolo
AUG_{12}-CL_{12}-árvore MS_{12}-PSD_3-quebrar-**NEU**-VF ontem
'O galho quebrou ontem'

c. u-tu-bihi tu-deeny-**ih**-ile
AUG_{12}-CL_{12}-árvore MS_{12}-quebrar-**NEU**-VF
'O galho está quebrado'

(Morrison, 2011, p. 368)

Os exemplos em (94) acima mostram o verbo *-deeny-* 'quebrar' em sua forma não derivada envolvendo dois participantes em (94a) e a forma derivada com o morfema neutro *-ih* com apenas um participante em (94b) e (94c). A alteração de significação provocada, juntamente com a redução do número de participantes pode levar a uma análise de que a extensão neutra funciona como um operador sintático de redução de valência, como aquela feita por Morrison (2011 : p. 368): "(...) o sujeito original *mwáána* 'criança' é apagado e o objeto *tubíhi* 'galho' é promovido a sujeito".[7] Nesse sentido, o neutro é apresentado de forma muito

[7] *(...) the original subject umwáána 'child' is deleted and the object tubíhi 'twig' is promoted to a subject* - no original.

semelhante a uma construção passiva, com a diferença de não permitir a realização do "sujeito original" como um argumento oblíquo:

(95) Bena (G63)

*u-tu-bihi tu-haa-deeny-**ih**-ile na-u-mu-ana igolo.
AUG_{12}-CL_{12}-árvore MS_{12}-PSD_3-quebrar-**NEU**-VF com-AUG_1-CL_1-criança ontem

'O galho foi quebrado pela criança'

(Morrison, 2011, p. 368)

Essa impossibilidade de exprimir o agente ocorre não apenas com verbos de alternância ergativa. Isso leva Dom (2014) a considerar que a extensão neutra também serve para expressar uma passiva sem agente, ao considerar que determinados eventos não ocorrem espontaneamente, como '-pínd-', traduzido como 'bend':

(96) Chichewa (N31b)

a. dengu li-na-pínd-**ĭk**-a.
CL_5.cesto MS_5-PSD-envergar-**NEU**-VF
'O cesto envergou'

b. maŭta a-na-pínd-**ĭk**-a pa dzûwa (*ndí alenje).
CL_6.arco MS_6-PSD-envergar-**NEU**-VF CL_{16} CL_5.sol (por CL_2.caçadores)
'Os arcos envergaram no sol (*pelos caçadores)'

(Mchombo, 1993, p. 7 e 16, citado em Dom, 2014, p. 41)

Mais uma vez a tradução parece criar uma divisão que não necessariamente corresponde a uma diferença de uso entre a alternância ergativa e uma passiva sem agente. Ao optar por traduzir 'bend' por 'envergar' em português brasileiro, não mais "temos que presumir que alguém ou algo tenha envergado o cesto ou os arcos" (Dom, 2014 : p. 41), pois o verbo 'envergar' não exige dois participantes como aparentemente o verbo 'bend' em inglês exige. Isso nos leva a pensar que o verbo *-pínd-* em chichewa pode ser um verbo com alternância possível. Dom (2014)

reconhece essa possibilidade e justifica a diferença com base na consideração de que cestos e arcos não poderiam ser arqueados por conta própria (p. 40).

A proposta que trago nesta tese de buscar um olhar para a conceitualização de eventos para além do número de participantes envolvidos pode ajudar a compreender o morfema neutro como um redutor de transitividade, não necessariamente de valência. Nesse sentido, a ergatividade e a inergatividade são características das construções, não do verbo em si. Assim, uma construção como (96b) pode ser considerada 'absoluta', conforme propõem Negrão & Viotti (2010; 2014*c*) para construções como as de (97) em português brasileiro.

(97) Português brasileiro

a. Meu jardim destruiu todo com a reforma

b. O xerox fica fazendo enquanto a gente vai almoçar

Interessantemente, esses exemplos também não permitem a inclusão de um agente como argumento oblíquo:

(98) Português brasileiro

a. *Meu jardim destruiu todo pelos pedreiros /pelo entulho

b. *O xerox fica fazendo pelo estagiário enquanto a gente vai almoçar

De todo modo, ao não permitir a realização de um agente como argumento oblíquo, a extensão neutra reduz não apenas o número de participantes, mas também a agentividade e a volição do elemento expresso como sujeito – o que associa as construções neutras a uma transitividade mais baixa. Essas características são comuns também a construções passivas, mas o morfema neutro reduz ainda mais a transitividade, uma vez que outros elementos associados à baixa transitividade também se verificam: a impossibilidade de co-ocorrência com advérbios ligados ao agente (99a), orações adverbiais finais (99b) circunstâncias instrumentais (100) e marcas de aspecto pontual (101):

(99) Ndebele (S44)

a. *isi-valo sa-val-**ek**-a ngabomo.
CL_7-porta MS_7-fechar-**NEU**-VF deliberadamente
'A porta foi fechada deliberadamente'

b. *isi-valo sa-val**-ek**-a ukuthi aba-ntwana
CL_7-porta MS_7-fechar**-NEU**-VF que CL_2-criança
ba-nga-godol-i.
MS_2-NEG-frio-NEU-NEG
'A porta fechou [para] que as crianças não resfriem'

(Khumalo, 2009, p. 168)

(100) Chichewa (S44)

*Kalata i-na-lemb**-ek**-a ndi pensulo.
carta MS-PSD-escrever**-NEU**-VF com lápis

'A carta foi escrita com um lápis'

(Dubinsky & Simango, 1996, p. 752)

(101) SwahiliG42 (S44)

a. Kitabu ki-li-kuwa ki-me-zumgumz**-ik**-a sana katika miaka
livro MS-PSD-ser MS-PERFdiscutir-NEU-VF muito durante ano
ya 70
de 70
'O livro era muito discutido nos anos 70'

b. i-li-sem**-ek**-a jana kuwa ...
MS-PSD-falar-NEU-VF ontem que ...
'Falou-se ontem que ...'

c. *i-li-sem**-ek**-a jana saa kumi na nusu kuwa ...
MS-PSD-falar**-NEU**-VF ontem dez e metade que ...
*'Falou-se ontem às dez e meia que ...'

(Seidl & Dimitriadis, 2003, p. 9
)

Todos os elementos mencionados anteriormente são fortemente associados a uma transitividade mais alta, por isso os exemplos acima não aceitam o uso do morfema neutro. Em (99a), há um advérbio ligado ao agente que aumenta a transitividade por explicitar não apenas a agentividade do sujeito, mas também a volição. A volição do sujeito também fica mais evidente com o uso de orações

finais, por isso são uma característica de maior transitividade e o morfema neutro não é aceito em (99b). Da mesma maneira, a inclusão de elementos instrumentais singularizam o agente e eliminam uma eventual dubiedade sobre o papel do sujeito, o que aumenta o grau de transitividade e, consequentemente, faz com que (100) também não aceite a extensão neutra. Por fim, o aspecto pontual é, ele mesmo, um parâmetro de maior transitividade quando comparado a outros aspectos verbais, conforme apresentado no capítulo 2. Isso torna a combinação do morfema neutro com o aspecto pontual conflitante, como mostram os dados em (101). Nos casos em que a transitividade não é reduzida tão drasticamente, ela se dá por meio da extensão passiva, que será apresentada na próxima seção. Antes, porém, é importante observar o último sentido atribuído pela extensão **-ik-*, aquele que Dom (2014) chama derivação potencial.

A derivação potencial é a transformação do sentido de um verbo em uma característica do sujeito, que é compreendido como passível de sofrer a ação denotada pela raiz verbal. Conforme as traduções revelam, é uma derivação cujo significado é comparável aos sufixos *-ble* no inglês e *-vel*, em português, com a diferença crucial de que não ocorre mudança na classe gramatical: ao contrário dessas línguas indo-europeias, a derivação potencial com **-ik-* não transforma a raiz verbal em um adjetivo.

(102) Chichewa (N30)

a. Mwana uyu ndi w-o-kumbatil**-ik**-a.
criança DEM ser/estar MS-CON-abraçar**-NEU**-VF
'Esta criança é abraçável'

b. Mbalame iyi ndi y-o-ombel**-ek**-a
pássaro DEM ser/estar MS-CON-atirar**-NEU**-VF
'Este pássaro é atirável' (é possível atirar no pássaro)

c. Chipatso ichi ndi ch-o-lum**-ik**-a
fruta DEM ser/estar MS-CON-morder**-NEU**-VF
'Esta fruta é mordível'

(Dubinsky & Simango, 1996, p. 759)

O uso da cópula e do morfema conectivo nos dados em (102) indicam características nominais que a construção neutra com sentido potencial apresenta no

chichewa. No entanto, a leitura potencial aparece também em construções verbais sem cópula em outras línguas, conforme o exemplo (103) do swahili apresenta:

(103) Swahili (G42)

barua hii i-me-som**-ek**-a.
carta DEM MS-PERF-ler**-NEU**-VF

'Esta carta é legível'

(Seidl & Dimitriadis, 2003, p. 255)

O trabalho de Wichmann (2007) sobre a ausência de passivas e a orientação aos eventos apresenta alguns dados que se assemelham àquelas com extensão neutra das línguas bantu. Em tlapanec (otomangueana), por exemplo, há uma derivação que Wichmann chama 'resultativo' que reduz a valência verbal e não permite que haja um agente expresso:

(104) Tlapanec (otomangueana)

ni^{2}-ʔdi^{1} *'ele/a semeou'*	wi^{3}-ʔdu^{2} *'isso foi semeado'*
ni^{2}-ʔndi^{1} *'ele/a cavou'*	wi^{2}-ʔdu^{23} *'isso foi cavado'*
ni^{2}-ʔni^{1} *'ele/a moeu'*	wi^{2}-ʔnu^{3} *'isso foi moído'*
ni^{2}-ʔnu^{1} *'ele/a afiou'*	wi^{2}-ʔni^{23} *'isso foi afiado'*

(Wichmann, 2007, p. 20)

Os dados do tlapanec mostram uma derivação cuja leitura se aproxima da passiva. No entanto, trata-se de um tipo de construção mais próxima das neutras do grupo bantu, uma vez que também não permitem a realização de um agente como argumento oblíquo. O uso das construções desse tipo em vez das passivas é considerado uma característica de gramáticas orientadas ao evento por Wichmann (2007). As línguas bantu se colocam como um caso especial, uma vez que apresentam os dois tipos: a neutra e a passiva, que é objeto da próxima seção.

5.2.2 Passiva: *-ʊ-/-*ib*ʊ-

Uma definição de construção passiva pode levar em consideração as cinco propriedades enumeradas por Siewierska (2013), que reproduzo abaixo:

I. contrasta com outra construção, a ativa;

II. O sujeito da ativa corresponde a um sintagma oblíquo não obrigatório da passiva ou não é expresso abertamente;

III. O sujeito da passiva, se houver algum, corresponde ao objeto direto da ativa;

IV. A construção é restrita pragmaticamente em comparação com a ativa;

V. A construção apresenta alguma marca morfológica especial no verbo.

O exemplo de construção passiva prototípica fornecido por Siewierska é do swahili, que utiliza a derivação por meio da extensão *-w-* para formar a passiva:

(105) Swahili (G42)

a. Hamisi a-li-pik-a chakula.
Hamisi MS_{3SG}-PSD-cozinhar-VF CL_7.comida
'Hamisi cozinhou comida'

b. Chakula ki-li-pik-**w**-a (na Hamisi)
CL_7.comida MS_7-PSD-cozinhar-**PASS**-VF (by Hamisi)
Comida foi cozida (por Hamisi)

(Ashton, 1947 citado em Siewierska, 2013)

Uma construção como (105b), quando o argumento oblíquo não é realizado, se assemelha bastante com as construções neutras, vistas na seção anterior. Há, porém diferenças significativas, como a tendência do neutro em não aceitar a realização do agente, conforme o dado (95), reproduzido abaixo em (106):

(106) Bena (G63)

*u-tu-bihi tu-haa-deeny-**ih**-ile na-u-mu-ana
AUG_{12}-CL_{12}-árvore MS_{12}-PSD_3-quebrar-**NEU**-VF com-AUG_1-CL_1-criança
igolo.
ontem

'O galho foi quebrado pela criança'

(Morrison, 2011, p. 368)

Assim, considero que a ideia da existência de um agente na conceitualização de um evento se aplica às passivas, mas não às neutras. Ou, ao menos, a presença desse agente como um elemento não perfilado na expressão linguística na conceitualização é mais atenuada nas construções neutras que nas construções passivas. Nesse sentido, as passivas seriam mais transitivas que as neutras, ainda que ambas possam ser compreendidas como estratégias para a redução de transitividade.

A definição apresentada por Siewierska (2013) mencionada no início desta seção não abrange alguns usos da extensão de passiva realizados em línguas bantu. O chichewa, por exemplo, apresenta algumas construções em que os alomorfes de passiva *-édw* e *-ídw* reduzem a agentividade do sujeito, sem alterar o número de participantes, tampouco alterando as relações gramaticais de sujeito e objeto:

(107) Chichewa (N30)

a. kodz-a *'urinar'*	kodz-édw-a *'urinar involuntariamente'*
b. nyel-a *'defecar'*	nyel-édw-a *'movimentar o intestino involuntariamente'*
c. f-a *'morrer'*	f-édw-a *'estar de luto'*
d. uk-a *'acordar, levantar-se'*	uk-ídw-a *'estar sexualmente excitado'*

(Mchombo, 2004, p. 91)

Os dados em (107) mostram que a extensão passiva em chichewa (-édw/-ídw) pode ser empregado para reduzir a volição de A, um dos parâmetros de transitividade para Hopper & Thompson (1980). Nesse sentido, a passiva pode ser compreendida não como uma operação sintática de movimento de constituintes, mas como uma derivação morfológica no nível lexical.

Apesar de o foco deste capítulo ser as extensões verbais, é relevante para o argumento geral da tese mostrar que há outras maneiras de expressar o sentido de passiva (ou seja, de sujeito temático ou com baixa agentividade) para além das extensões de passiva e de neutro. Em matengo, por exemplo, o morfema de passiva não ocorre, mas o neutro sim, além de outras duas estratégias de alteração da relação entre papéis temáticos e relações gramaticais: o uso da inversão de

concordância (apresentada no capítulo 4) e o uso da terceira pessoa do plural, com indefinição de sujeito, como se vê nos dados abaixo levantados por Wal (2015*b*):[8]

(108) Matengo (N13)

a. lindilísá ju-hogw-i Jóoni
CL_5.janela MS_1-abrir-VF por CL_1.John
'A janela abriu John' ('the window has been opened by John' *lit.* 'the window John opened')

b. lindilísá a-hógw-i Jóoni
CL_5.janela MS_2-abrir-PERF
'A janela abriram' ('the window was opened' *lit.* 'they opened the window')

(Wal, 2015*b*, p. 22)

Semelhantes estratégias são também utilizadas em kimbundu (H21) e em bemba (M42), como se vê nos dados em (2) – repetido aqui como (109) – e (110) abaixo, respectivamente:

(109) Kimbundu (H21)

Nzua a-mu-mono kwa meme.
João MS_{3PL}-MO_1-viu por 1SG

'João viram-no por mim' (João foi visto por mim)

(Givón, 2006, p. 340)

(110) Bemba (M42)

bá-alí-ly-a ífy-ákulya (ku mu-mbúlu).
MS_2-PSD-comer-VF CL_7-comida (por CL_3-cão.selvagem)

'Comeram a comida pelo cão selvagem' (A comida foi comida pelo cão selvagem)

[8]Nesses dados, mantive a tradução de Wal (2015*b*) para o inglês. A comparação com minha tradução para o português brasileiro reforça o impacto que a tradução pode ter na observação dos dados.

(Kula & Marten, 2010, p. 5)

A ausência de passiva não é uma característica generalizada nas línguas bantu, mas é uma das características que Klimov (1974) e Wichmann (2007) apresentam como próprias de uma gramática orientada aos eventos (a "estrutura ativa", para Klimov).[9] Se a ausência de passivas não é pervasiva no grupo bantu, tampouco é característica exclusiva do matengo. De acordo com Schadeberg (2003*a*), em parte considerável dos grupos A, B, C, H, K e L (ou seja, línguas faladas nas regiões centrais, ocidentais e do noroeste do grupo bantu), "a extensão passiva é usada esparsamente ou de forma alguma", considerando que o morfema de passiva tenha sido perdido ao longo do tempo.

Apesar de extrapolar o alcance desta tese, uma análise da diacronia das línguas bantu de fato pode ser bastante profícua – não apenas no que diz respeito às construções passivas, mas também à própria observação sobre a transitividade no grupo. Além do histórico de mudanças no uso das extensões verbais, a forma como evoluíram as construções de inversão e a expressão de qualidades pode revelar o estatuto da orientação ao evento como resquício ou inovação na gramática bantu.

Resta claro que há, de fato, uma construção passiva em muitas línguas do grupo bantu, sobretudo naquelas faladas nas regiões mais orientais e mais ao sul. No entanto, a construção elaborada a partir da extensão verbal *-*ʊ*-/-*ibʊ*- não equivale a uma operação sintática de redução de valência. É possível que um verbo expresso com dois participantes em sua versão não derivada apresente apenas um participante ao receber a extensão passiva. Considero que essa possibilidade se deva, assim como no caso das extensões analisadas ao longo deste capítulo, à redução que ocorre em parâmetros de transitividade: no caso da passiva, especificamente os parâmetros de volição, ação e agentividade do elemento A. Dessa maneira, a passiva é mais uma das extensões verbais das línguas bantu que situam as construções na região intermediária do contínuo de transitividade. Como tenho defendido nesta tese, essa é uma característica que pode ser considerada uma orientação aos eventos, em vez dos participantes.

[9]Para Wichmann (2007), a possibilidade de uma derivação ser realizada com verbos intransitivos impede que ela seja compreendida como passiva. Isso se deve ao fato de o autor considerar uma passiva canônica a construção em que haja a redução na valência de uma predicação de n–lugares para n-1–lugares.

5.3 Considerações finais

Neste capítulo, foi possível observar que a transitividade nas línguas bantu pode ser aumentada ou reduzida por meio dos morfemas conhecidos como extensões verbais. Expus que as extensões são derivações que alteram o processo de significação evocado pelos verbos. Em alguns casos, a alteração ocorre com consequente mudança no grau de transitividade das construções em que aparecem – às vezes envolvendo alteração no número de participantes, às vezes não.

Apresentei um panorama sobre os diferentes tipos de derivação e sua relação com a transitividade. Quatro morfemas derivacionais receberam maior atenção por possibilitarem a mudança de transitividade com e sem alteração no número de participantes envolvidos no evento descrito: as extensões **-i-/*-ici-* e **-ɪd-*, que aumentam a transitividade das construções e as extensões **-ik-* e **-ʊ-/-ibʊ-*, que a reduzem. Ao evidenciar as alternâncias sem mudança no número de participantes, essas extensões colaboram para uma compreensão gradiente da própria noção de transitividade, como propuseram Hopper & Thompson (1980) e sigo nesta tese.

Outro fator relevante que pôde ser observado por meio das derivações que alteram a transitividade é a tendência das línguas bantu em organizar sua gramática com orientação ao evento, em vez dos participantes. O trabalho de Wichmann (2007) considera a ausência de passivas como uma característica de línguas orientadas aos eventos. Como demonstrado neste capítulo, as línguas bantu, de fato, apresentam construções passivas, muitas vezes por meio da extensão **-ʊ-/-ibʊ-* – o que poderia ser interpretado como uma possível contradição. No entanto, procurei apresentar que há línguas em que ela não é produtiva e línguas em que ela concorre com outras maneiras de redução de transitividade traduzidas por meio de construções passivas para línguas indo-europeias. Assim como no caso da expressão de qualidades e das construções de inversão, concluo que um estudo diacrônico do uso das extensões e dos processos de gramaticalização e de contato podem oferecer *insights* sobre a dinâmica tipológica do grupo bantu: é importante saber se as construções que indicam orientação aos eventos eram mais predominantes em estágios anteriores do grupo que nos anos mais recentes ou se a direção de mudança é no sentido inverso (partindo de uma orientação maior aos participantes para um aumento na orientação aos eventos).

Este capítulo apresentou um aspecto da morfossintaxe das línguas bantu que reitera a noção de orientação ao evento, ao criar alterações de transitividade por meio de derivações morfossemânticas em vez de apresentar fenômenos sintáticos ligados a voz. No próximo e último capítulo desta tese, retomo as principais discussões do trabalho, apresentando as conclusões gerais do estudo e apresento hipóteses para um possível desenvolvimento em pesquisas futuras.

Capítulo 6

Conclusões

Esta tese emergiu a partir da busca pela solução de um problema: o quanto a transitividade nas línguas bantu corresponde a um padrão acusativo? Essa questão tem como principal gatilho as hipóteses apresentadas por Negrão & Viotti (2014*a*,*b*,*c*), de que construções impessoais no português brasileiro poderiam encontrar alguma explicação na ecologia de contato linguístico existente no Brasil durante o período de exploração colonial. Em especial, a partir da construção passiva do kimbundu (H21), revelou-se uma maneira de expressar a transitividade em que a oposição entre agente-paciente em relação às funções gramaticais prototípicas não corresponde ao esperado em uma língua dita acusativa (sujeito e objeto, respectivamente). Isso ensejou a pesquisa quanto à análise da transitividade nas línguas bantu de modo a contribuir para um programa maior de pesquisa que analise construções desafiadoras da correlação entre papéis temáticos e relações gramaticais.

Com essa perspectiva, esta tese apresentou inicialmente uma proposta de abordagem para a tipologia que parte de uma noção gradual de transitividade, de acordo com o que propuseram Hopper & Thompson (1980). Trata-se de uma visão não categórica sobre as estratégias linguísticas para a expressão de eventos, considerando diferentes elementos que contribuem para codificar uma maior ou uma menor efetividade na realização de determinado evento. Além do número de participantes, fazem parte da expressão de transitividade também a cinese, o aspecto, a pontualidade, a volicionalidade, a polaridade, o modo, a agentividade, a afetação e a individuação dos participantes. Esses parâmetros não dizem respeito

somente à expressão linguística por meio de orações ou proposições, mas também estabelecem as relações de transitividade em nível discursivo. Nesse sentido, a transitividade é a maneira pela qual os eventos e as situações se relacionam entre si, em uma configuração de figura e fundo. Em outras palavras, a transitividade se manifesta no grau de efetivação do evento que as construções (e textos) expressam: quanto mais nítida a distinção entre figura e fundo, mais transitiva é a expressão linguística. Assim, quanto mais saliente e conceitualizado como figura um evento se retrata, mais elementos de alta transitividade ele apresenta, ao passo que as situações e localizações que compõem um fundo discursivo se expressam por elementos de baixa transitividade.

Essa visão gradual da transitividade estabelece um contínuo em que há construções nominais massivas, indefinidas e não especificadas no polo menos transitivo e, no polo mais transitivo, períodos compostos por orações expressando múltiplos participantes altamente definidos, individualizados e com papéis na cadeia de ação explicitamente distintos entre si. Abordar a transitividade por essa perspectiva permite observar que uma tipologia baseada na suposição de que haja verbos transitivos e intransitivos pode limitar a análise e criar generalizações imprecisas. Assim, a distinção tipológica entre línguas acusativas, ergativas e ativas-estativas mostrou-se pouco precisa e enviesada por essa visão categórica da transitividade. Repito a provocação feita por Mithun & Chafe (1999), ilustrativa desse viés indo-europeu: "falantes de línguas iroquesas poderiam dizer com idêntica justeza que o inglês é uma língua de 'paciente cindido', uma vez que o inglês às vezes marca pacientes como sujeito, às vezes como objetos" (p. 578).[1] Essa discussão é o cerne desta tese e aparece no capítulo *Estrutura ativa e orientação aos eventos* em que discuto com mais detalhes a noção de transitividade adotada nesta tese e sua relação com os estudos tipológicos.

Conforme discutido no capítulo *Estrutura ativa e orientação aos eventos*, a abordagem gradual da transitividade cria um contínuo que situa construções nominais indefinidas no polo menos transitivo e períodos compostos com diversos participantes altamente individuados e aspecto perfectivo no polo mais transitivo.

[1] *Speakers of Iroquoian languages could say with equal justification that English is a 'split patient' language, since English sometimes marks patients as subjects, sometimes as objects.* – no original.

Evidentemente, nas línguas, as construções tendem a oscilar entre esses pontos – em que os participantes se sobressaem como figura e o evento como fundo – e a região intermediária, na qual o evento em si é conceitualizado como figura e os participantes são fundo. Assim, as línguas podem apresentar construções que se orientam pela distinção entre os participantes e construções que se orientam pelo grau de efetividade na realização de um evento expresso. Quando as construções do primeiro tipo são predominantes em uma língua, ela tende a ser classificada como acusativa (no caso de privilegiar a conceitualização do agente como figura e do paciente como fundo) ou ergativa (no caso de privilegiar o paciente como figura e o agente como fundo). Já nos casos de línguas em que predomina a distinção entre eventos mais transitivos ou menos transitivos, deixando a distinção de proeminência entre os participantes em segundo plano, essas línguas são tipologicamente analisadas por meio da "estrutura ativa" (Klimov, 1974) ou, como preferi adotar nesta tese, da "orientação ao evento" (Wichmann, 2007).

Ainda no capítulo 2, demonstrei que o alinhamento da marcação verbal de pessoas – por vezes considerado o único (ou principal) parâmetro tipológico para a transitividade (Sapir, 1917*b*, 2013; Dixon, 1979; Comrie, 1989; Siewierska, 2004) – é apenas um entre outros fatores que podem explicitar a orientação de uma construção para o evento ou para os participantes. Os trabalhos de Klimov (1974) e de Wichmann (2007) apresentam outros parâmetros que estão associados ao que considero uma tendência maior de conceitualizar o evento como figura. Mais precisamente, essa tendência se revela em diversos níveis de análise, da morfologia ao discurso. Nesta tese, alguns desses parâmetros foram observados nos três tipos de construções analisadas ao longo dos capítulos seguintes.

Uma das características associadas tanto por Klimov (1974) quanto por Wichmann (2007) à tendência tipológica da orientação ao evento é o baixo número de adjetivos e a preferência por expressar qualidades usando construções verbais. O capítulo Codificação de qualidades tratou justamente dessa questão nas línguas bantu. Nele, apresentei as três principais estratégias utilizadas pelas línguas do grupo para expressar qualidades: i. o uso de adjetivos simples, ii. o uso de construções conectivas e iii. o uso de verbos. Demonstrei como as diferentes conceitualizações evocadas por cada tipo de construção revelam diferentes graus de transitividade, sendo o uso de adjetivos como a forma menos transitiva e os verbos

como construções mais transitivas. Mostrei também que as línguas bantu têm poucos adjetivos e que estes costumam ser uma classe fechada. A explicação para essa tendência estar associada à orientação a eventos é o fato de que as expressões mais transitivas, ou seja, as expressões verbais, evidenciam as dimensões temporais da qualidade atribuída, ao passo que a modificação por meio de adjetivos é atemporal. O fato de as línguas bantu privilegiarem construções conectivas e verbais mostram que a expressão de qualidades favorece a codificação por meio de relações ora com mais participantes (no caso das construções conectivas) ora processuais (no caso das construções verbais). No caso da expressão de propriedades, portanto, a transitividade nessas línguas é maior quando comparadas a línguas que favorecem o uso de adjetivos simples, uma vez que a distinção entre figura e fundo é menos explícita. De forma bastante breve, apresentei como esse fenômeno se observa em outras duas línguas bastante distintas do ponto de vista tipológico: o kamaiurá e o japonês, que também privilegiam o uso de construções distintas da modificação adjetival para expressar qualidades.

O quarto capítulo foi destinado a discutir as construções de inversão, talvez aquelas que apresentem o maior desafio às análises sobre a relação entre papéis temáticos e funções gramaticais. Essas construções são aquelas em que o elemento pré-verbal, que aciona a concordância da marca de sujeito (MS) no verbo, desempenha papéis semânticos distintos do prototípico em línguas acusativas, isto é, o de agente. Isso ocorre sem qualquer alteração morfossintática no verbo (com exceção da marca de concordância, claro), como se observa no exemplo (46), repetido aqui como (111):

(111) Chichewa (N30)

a. Chi-tsîme **chi**-li ku-mu-dzi.
   CL_7-poço **MS_7**-ser/estar CL_{17}-CL_3-aldeia
   'O poço é/está na aldeia'

b. Ku-mu-dzi **ku**-li chi-tsîme
   CL_{17}-CL_3-aldeia **MS_{17}**-ser/estar CL_7-poço
   'Na aldeia é/está um poço'

(Bresnan & Kanerva, 1989, p. 2)

Como se vê, a marca de concordância em ambos os casos é com o elemento

pré-verbal, que defendi no capítulo Construções de inversão ser o sujeito em ambos os casos. A diferença na seleção de sujeito nas construções de inversão revela uma transitividade menor em (111b) que em (111a) devido aos parâmetros de agência, volição e afetação serem menos transitivos. O caso acima é chamado *inversão locativa*, em que o elemento pré-verbal expressa o local em que a situação denotada ocorre. As construções de inversão, porém, incluem também outros papéis temáticos, como instrumento e paciente, e mesmo orações completivas. Essas construções, portanto, evidenciam como a transitividade pode ser alterada sem que se mude o número de participantes expressos. Essa alteração é em termos de redução de transitividade: as construções de inversão são menos transitivas que aquelas cujo sujeito é agente, pois diluem a distinção de figura e fundo normalmente atrelada aos papéis de agente e paciente em línguas acusativas. Ou seja, as línguas bantu apresentam, por meio das construções de inversão, uma estratégia de alteração de transitividade que não implica alterar o número de participantes ou realizar operações sintáticas expressas morfologicamente. Essa possibilidade acontece, de modo ainda mais explícito, na realização das chamadas extensões verbais – sufixos derivacionais –, que mostram como uma alteração semântica pode acarretar mudança no número de participantes, mas não necessariamente o faz.

As extensões verbais mencionadas foram tratadas no capítulo 5 - *As extensões verbais bantu e a orientação ao evento*. Nele, apresento um rol de extensões reconstruídas para o proto-bantu e detalho o funcionamento de quatro morfemas derivacionais aos quais normalmente se atribui uma função de "mudança de valência" (Guthrie, 1967-71; Chavula, 2016; Dom *et al.*, 2018): o causativo, o aplicativo, o neutro e o passivo. Os dois primeiros aumentam a transitividade das construções em que aparecem ao passo que os segundos a reduzem. O que defendi no capítulo 5 é que a mudança no número de participantes é consequência da alteração semântica do nível de transitividade e não o contrário. O exemplo (112) abaixo exemplifica essa situação em relação à extensão aplicativa:

(112) Bemba (M42)

a. Tu-ka-ly-a
MS_{1PL}-FUT-comer-VF
'Vamos comer'

b. Tu-ka-li-**il**-a
$MS_{1.PL}$-FUT-comer-**APL**-VF
'Vamos banquetear' (*expr. idiom.* 'vamos curtir')

(Marten, 2003, p. 218)

Tanto (112a) como (112b) apresentam um único participante. No entanto, em (112b) há a ocorrência do sufixo *-il* que corresponde à extensão aplicativa em bemba. O que se observa na comparação entre a forma com aplicativo e sem aplicativo é uma "intensificação" do sentido do verbo, ou seja, enquanto o verbo *-li-* significa 'comer' em bemba, com o aplicativo a expressão refere-se a comer muito, com intensidade. Há, portanto, uma maior efetivação do evento denotado pelo verbo, que pode ser interpretada por meio de uma maior volição ou mesmo agência por parte do único participante da expressão. Nesse sentido, o aplicativo aumenta o nível de transitividade, mas não o número de participantes.

O capítulo 5 apresenta dados semelhantes referentes às outras extensões mencionadas: a causativa — que também aumenta a transitividade da expressão sem alterar o número de participantes –, a neutra e a passiva – que reduzem a transitividade sem reduzir o número de participantes. Essas extensões contribuem para a compreensão de que há um aspecto da gramática bantu orientada ao evento e não aos participantes. A ausência dos fenômenos de voz é uma das características identificadas por Klimov (1974) e Wichmann (2007) como relacionadas à orientação ao evento. As quatro extensões analisadas nesta tese revelam que alterações na conceitualização do papel temático expresso por um nominal podem ser expressas pelo uso de derivações morfossemânticas dos verbos. Novamente, uma estratégia para expressar a conceitualização de eventos que coloca o evento na centralidade em vez dos participantes e dos papéis que desempenham.

As extensões verbais concluem as estruturas das línguas bantu analisadas nesta tese no intuito de abordar a transitividade de um ponto de vista tipológico. A seguir, passo aos últimos comentários e aponto para alguns possíveis desdobramentos da pesquisa realizada.

Considerações finais e possíveis desenvolvimentos

Esta tese contribui para os estudos de morfossintaxe, sobretudo aqueles de natureza tipológica, ao evidenciar o caráter não categórico dos fenômenos de transitividade. Assim, a proposta de Hopper & Thompson (1980) assumida como ponto de partida para este trabalho se mostrou não apenas relevante, mas necessária para compreender construções das línguas bantu não esperadas em línguas prototipicamente acusativas.

Os três fenômenos analisados nesta tese – a expressão verbal de qualidades, as construções de inversão e as extensões verbais que alteram transitividade – mostraram uma faceta da gramática bantu que revela uma "orientação aos eventos" (Wichmann, 2007). Evidentemente, isso não basta para que seja proposta uma nova classificação tipológica para as línguas bantu. No entanto, as análises aqui apresentadas demonstram que é possível mudar o ponto de partida do olhar analítico, e perceber que o padrão de marcação acusativo predominante nas línguas bantu pode ser um fenômeno menos definidor de sua sintaxe e organização gramatical mais ampla.

Além disso, abrem-se dois caminhos de desenvolvimento para a progressão do estudo sobre a orientação ao evento nas línguas bantu: um de ordem diacrônica e outro comparativo, não necessariamente mutuamente excludentes. Em relação à diacronia, há pistas que indicam a orientação ao evento como precedente à orientação ao participante nas línguas bantu. Essa organização de sequência temporal é defendida por Klimov (1974), mas há também evidências de que o sistema de tempos verbais seja mais recente que o sistema de aspecto nas línguas bantu (Nurse, 2007). Essa prevalência de aspecto sobre tempo é, assim como a ausência de voz e a expressão verbal de adjetivos, características atribuídas à "estrutura ativa", ou seja, à orientação ao evento. Nesse sentido, as construções analisadas nesta tese seriam reminiscências de um estágio anterior do proto-bantu, e elementos de orientação aos participantes (como o sistema de marcação acusativo) seriam inovações. Em um eventual desenvolvimento comparativo, as construções orientadas ao evento podem ser comparadas à línguas cujo sistema de marcação de pessoas seja do tipo semântico, ou ativo-estativo. Essa comparação não apenas reforçará o caráter semântico presente em fenômenos de natureza morfossintática,

como também reduzirá a centralidade atribuída ao padrão de marcação de pessoas e o número de participantes em uma oração como parâmetros definidores para uma tipologia de transitividade. A outra comparação possível une-se ao âmbito diacrônico e interessa a comparação com outras línguas do filo nigero-congolês, não bantu. Nesse caso, o estudo comparativo pode verificar a hipótese de que a orientação ao evento não é uma inovação bantu, mas um resquício de estágios muito anteriores do grupo.

Para além das possibilidades apresentadas acima, considero que esta tese contribui para ampliar o entendimento sobre as línguas bantu por pesquisadores brasileiros e/ou leitores de língua portuguesa. Considerando ainda a centralidade que esse grupo linguístico tem na composição da ecologia linguística do mundo do Atlântico Sul, considero que este trabalho possa indicar (ou sugerir, ao menos) um novo olhar para essa ecologia, desejosamente não indo-europeu.

Referências Bibliográficas

BACKHOUSE, Anthony E. "Inflected and uninflected adjectives in japanese." *In:* AIKHENVALD, Alexandra Y. & DIXON, Robert M. W. (Eds.), *Adjective classes: a cross-linguistic typology*, pp. 50–73. Oxford University Press, 2004.

BAKER, Mark C. "Theta theory and the syntax of applicatives in chichewa." *Natural Language & Linguistic Theory*, vol. 6(3), 353–389, 1988.

———. *Lexical categories: Verbs, nouns and adjectives*, vol. 102. Cambridge University Press, 2003.

BAUER, Brigitte. *Archaic syntax in Indo-European: The spread of transitivity in Latin and French*, vol. 125. Walter de Gruyter, 2000.

BBC-NEWS. "Mfahamu negaawo jimmaa kijana aliyeaibishwa na kimo cha urefu wake wa mwili." Disponível em: https://www.bbc.com/swahili/habari-60040686. Acesso em: 19 de jan. de 2022, .
URL https://www.bbc.com/swahili/habari-60040686

BLAKE, Barry J. "Global trends in language." *Linguistics*, vol. 39(5), 1009–1028, 2001.

BOAS, Franz & DELORIA, Ella. "Dakota grammar." *Memoirs of the National Academy of Sciences XXIII*, 1939.

BOECK, Egide de. *Grammaire et vocabulaire du Lingala ou lange du haut-congo*. Polleunis & Ceuterick, 1904.

BOSTOEN, Koen, DOM, Sebastian & SEGERER, Guillaume. "The antipassive in bantu." *Linguistics*, vol. 53(4), 731–772, 2015.

BOSTOEN, Koen & MUNDEKE, Léon. "Passiveness and inversion in mbuun (bantu b87, drc)." *Studies in Languages*, vol. 35(1), 72–111, 2011.

BOSTOEN, Koen & VELDE, Mark van de. "Introduction." *In:* VELDE, Mark van de, BOSTOEN, Koen, NURSE, Derek & PHILIPPSON, Gérard (Eds.), *The Bantu languages*, 2019.

BRESNAN, Joan. "Interaction between grammar and discourse in chicheŵa (bantu)." *In: The role of theory in language description*, pp. 45–60. De Gruyter Mouton, 2011.

BRESNAN, Joan & KANERVA, Jonni M. "Locative inversion in chicheŵa: a case study of factorization in grammar." *Linguistic Inquiry*, vol. 20(1), 1–50, 1989.

BRESNAN, Joan & MCHOMBO, Sam A. "Topic, pronoun, and agreement in chicheŵa." *Language*, pp. 741–782, 1987.

BRESNAN, Joan & MOSHI, Lioba. "Object asymmetries in comparative bantu syntax." *Linguistic Inquiry*, vol. 21(2), 147–185, 1990.

BUELL, Leston. "Semantic and formal locatives: Implications for the bantu locative inversion typology." *SOAS Working Papers in Linguistics*, vol. 15, 105–120, 2007.

CANN, Ronnie & MABUGU, Patricia. "Constructional polysemy: The applicative construction in chishona." *Metalinguistica*, vol. 19, 221–245, 2007.

CARSTENS, Vicki & MLETSHE, Loyiso. "Radical defectivity: Implications of xhosa expletive constructions." *Linguistic Inquiry*, vol. 46(2), 187–242, 2015.

CHATELAIN, Héli. *Grammatica elementar do kimbundu ou língua de Angola*. Typographia de Charles Schuchardt, 1888.

CHAVULA, Jean Josephine. *Verbal derivation and valency in Citumbuka*. Netherlands Graduate School of Linguistics, 2016.

COMRIE, Bernard. "The syntax of causative constructions: cross-language similarities and divergences." *In:* SHIBATANI, Masayoshi (Ed.), *The grammar of causative constructions*, pp. 259–312. Brill, 1976.

———. *Language universals and linguistic typology: Syntax and morphology*. University of Chicago press, 1989.

COOPER, Robin. "Lexical and nonlexical causatives in bantu." *In:* SHIBATANI, Masayoshi (Ed.), *The Grammar of Causative Constructions*, pp. 313–324. Brill, 1976.

CORBETT, Greville G. *Agreement*. Cambridge University Press, 2009.

CREISSELS, Denis. "Conjunctive and disjunctive verb forms in setswana." *South African Journal of African Languages*, vol. 16(4), 109–115, 1996.

———. "Typology." *In:* HEINE, Bernd & NURSE, Derek (Eds.), *African languages: an introduction*, pp. 231–258. New York: Cambridge University Press, 2000.

———. "Valence verbale et voix en tswana." *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, vol. 97(1), 371–426, 2002.

———. "Non-canonical applicatives and focalization in tswana." *In: symposium Syntax of the World's Languages, Leipzig*, 2004.

———. "Tswana locatives and their status in the inversion construction." *Africana linguistica*, vol. 17(1), 33–52, 2011.

CROFT, William. "Typological classification." *In: Typology and universals*. Cambridge University Press, second ed., 2002.

CROFT, William, CRUSE, D Alan *et al. Cognitive linguistics*. Cambridge University Press, 2004.

DENNY, J Peter & CREIDER, Chet A. "The semantics of noun classes in proto-bantu." *Noun classes and categorization*, pp. 217–239, 1986.

DIERCKS, Michael. "The morphosyntax of lubukusu locative inversion and the parameterization of agree." *Lingua*, vol. 121(5), 702–720, 2011.

DIEUDONNE, Ibouily. "Esquisse phonologique et morphologique du lísí:wu (langue bantu du gabon de sigle b27)." Rapport de licence, 1999.

DIXON, Robert M. W. "Where have all the adjectives gone?" *Studies in Language International Journal sponsored by the Foundation "Foundations of Language"*, vol. 1(1), 19–80, 1977.

———. "Ergativity." *Language*, pp. 59–138, 1979.

———. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

———. "A typology of causatives: form, syntax and meaning." *In:* DIXON, Robert M. W. & AIKHENVALD, Alexandra Y. (Eds.), *Changing valency: Case studies in transitivity*, vol. 30, pp. 30–83, 2000.

———. "Adjective classes in typological perspective." *In:* AIKHENVALD, Alexandra Y. & DIXON, Robert M. W. (Eds.), *Adjective classes: a cross-linguistic typology*, pp. 1–49. Oxford University Press, 2004.

DIXON, Robert M. W. & AIKHENVALD, Alexandra Y. *Changing valency: Case studies in transitivity*, vol. 413. Cambridge University Press Cambridge, 2000.

DOM, Sebastian. *The neuter in Bantu: a systemic funcional analysis*. Master's thesis, Ghent University, Ghent, 2014.

DOM, Sebastian, KULIKOV, Leonid & BOSTOEN, Koen. "Middle voice in bantu." *In: 6th International Conference on Bantu languages, Helsinki*, pp. 20–23, 2016.

———. "Valency-decreasing derivations and quasi-middles in bantu: a typological perspective." *Southern African Linguistics and Applied Language Studies*, vol. 36(3), 165–173, 2018.

DOM, Sebastian, SEGERER, Guillaume & BOSTOEN, Koen. "Antipassive/associative polysemy in cilubà (bantu, l31a): A plurality of relations analysis." *Studies in Language International Journal sponsored by the Foundation "Foundations of Language"*, vol. 39(2), 354–385, 2015.

DONALDSON, Tamsin. "Ngiyambaa: The language of the wangaaybuwan." *Cambridge Studies in Linguistics London*, vol. 29, 1–345, 1980.

DONOHUE, Mark & WICHMANN, Søren. *The typology of semantic alignment*. Oxford University Press, 2008.

DOWNING, Laura J & HYMAN, Larry M. "Information structure in bantu." *In: The Oxford handbook of information structure*. Oxford University Press, 2016.

DOWNING, Laura J & MARTEN, Lutz. "Clausal morphosyntax and information structure." *In:* VELDE, Mark van de, BOSTOEN, Koen, NURSE, Derek & PHILIPPSON, Gérard (Eds.), *The Bantu Languages*. Routledge, 2019. Edição Kindle.

DRYER, Matthew S. "Expression of pronominal subjects." *In:* DRYER, Matthew S. & HASPELMATH, Martin (Eds.), *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013.
URL https://wals.info/chapter/101

DRYER, Matthew S. & HASPELMATH, Martin (Eds.). *WALS Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013.
URL https://wals.info/

DUBINSKY, Stanley & SIMANGO, Silvester Ron. "Passive and stative in chichewa: Evidence for modular distinctions in grammar." *Language*, vol. 72(4), 749–781, 1996.

EVANS, Vyvyan & GREEN, Melanie. *Cognitive linguistics: An introduction.* Edimburgo: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2006.

FERNANDO, Mbiavanga. *The causative and anticausative alternation in Kikongo (Kizombo).* phdthesis, Stellenbosch University, 2013.

FLEISCH, Axel. *Lucazi grammar: a morphosemantic analysis*. Köln: Köppe, 2000.

GEERAERTS, Dirk. "Prototype theory." *Cognitive linguistics: Basic readings*, vol. 34, 141–165, 2006.

GEERAERTS, Dirk & CUYCKENS, Hubert. *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. OUP USA, 2007.

GIVÓN, Talmy. "Grammatical relations in passive clauses: A diachronic perspective." *In:* ABRAHAM, Werner & LEISIO, Larisa (Eds.), *Passivization and typology. Form and function*, p. 337–350. Amsterdam: John Benjamins, 2006.

GUÉROIS, Rozenn. "Locative inversion in cuwabo." *ZAS Papers in Linguistics*, vol. 57, 49–71, 2014.

GUTHRIE, Malcolm. *Comparative Bantu*. Farnborough: Gregg, 1967-71.

HAIG, Geoffrey & FORKER, Diana. "Agreement in grammar and discourse: A research overview." *Linguistics*, vol. 56(4), 715–734, 2018.

HAMLAOUI, Fatima & MAKASSO, Emmanuel-Moselly. "Focus marking and the unavailability of inversion structures in the bantu language bàsàá (a43)." *Lingua*, vol. 154, 35–64, 2015.

HAMMARSTRÖM, Harald. "An inventory of bantu languages." *In:* VELDE, Mark van de, BOSTOEN, Koen, NURSE, Derek & PHILIPPSON, Gérard (Eds.), *The Bantu languages*, pp. 17–78. Routledge, 2019.

HASPELMATH, Martin. "On s, a, p, t and r as comparative concepts for alignment typology." *Linguistic Typology*, vol. 15(3), 535–567, 2011.

———. "Argument indexing: A conceptual framework for the syntactic status of bound person forms." *In: Languages across boundaries*, pp. 197–226. De Gruyter Mouton, 2013.

HOPPER, Paul J. "Aspect and foregrounding in discourse." *In: Discourse and syntax*, pp. 211–241. Brill, 1979.

HOPPER, Paul J. & THOMPSON, Sandra A. "Transitivity in grammar and discourse." *Language*, vol. 56(2), 251–299, 1980.

IVANOV, Valentin. *Some considerations on conceptualization of time in Nyungwe*. mathesis, Universidade do Porto, 2018.

JERRO, Kyle Joseph. *Argument structure and the typology of causatives in Kinyarwanda: Explaining the causative-instrumental syncretism*. mathesis, The University of Texas at Austin, 2013.

———. *The syntax and semantics of applicative morphology in Bantu*. Ph.D. thesis, University of Texas, 2016.

———. "Locative orientation and locative arguments: a case study from kinyarwanda." *Proc Ling Soc Amer*, vol. 5(1), 118–132, 2020.

JERRO, Kyle Joseph & WECHSLER, Stephen. "Person-marked quantifiers in kinyarwanda." *In:* FLEISCHER, Jürg, RIEKEN, Elisabeth & WIDMER, Paul (Eds.), *Agreement from a diachronic perspective*, pp. 147–164. Walter de Gruyter GmbH & Co KG, 2015.

KANGIRA, Jairos. *Transitivity in Kalanga*. mathesis, University of Zimbabwe, 2012.

KAVARI, Jekura U. & MARTEN, Lutz. "Multiple noun classes in otjiherero." *In:* AUSTIN, Peter, BOND, Oliver, CHARETTE, Monik, NATHAN, David & SELLS, Peter (Eds.), *Proceeding of Conference on Language Documentation & Linguistic Theory 2*. London: SOAS, 2009.

KAWASHA, Boniface K. *Lunda grammar: A morphosyntactic and semantic analysis*. Ph.D. thesis, University of Oregon, 2003.

KEMMER, Suzanne. *The middle voice*, vol. 23. John Benjamins Publishing, 1993.

KEMMER, Suzanne & VERHAGEN, Arie. "The grammar of causatives and the conceptual structure of events." *Cognitive Linguistics*, vol. 5(2), 115–156, 1994.

KHUMALO, Langa. "The passive and stative constructions in ndebele: A comparative analysis." *Nordic Journal of African Studies*, vol. 18(2), 154–174, 2009.

———. "Passive, locative inversion in ndebele and the unaccusative hypothesis." *South African Journal of African Languages*, vol. 30(1), 22–34, 2010.

KIMENYI, Alexandre. "Kinyarwanda." *In:* BROWN, Keith (Ed.), *Encyclopedia of Languageand Linguistics*, 2nd Edition, pp. 217–223. Elsevier, 2006.

KITTILÄ, Seppo. *Transitivity: towards a comprehensive typology*. University of Turku Turku, Finland, 2002.

———. "Causative morphemes as non-valency increasing devices." *Folia Linguistica*, vol. 43(1), 67–94, 2009.

———. "Transitivity typology." *In: The Oxford handbook of linguistic typology*. Oxford University Presss, 2012.

———. "Causative morphemes as a de-transitivizing device: what do non-canonical instances reveal about causation and causativization?" *Folia linguistica*, vol. 47(1), 113–138, 2013.

KLIMOV, Georgij A. "On the character of languages of active typology." *Linguistics*, vol. 12(131), 11–26, 1974.

KÖNIG, Christa. *Case in Africa*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KULA, Nancy C. & MARTEN, Lutz. "Argument structure and agency in bemba passives." *In:* LEGÈRE, Karsten & THORNELL, Christina (Eds.), *Bantu Languages: Analyses, Description and Theory*, pp. 115–130. Cologne: Rüdiger Köppe, 2010.

LAFKIOUI, Mena B, NSHEMEZIMANA, Ernest & BOSTOEN, Koen. "Cleft constructions and focus in kirundi." *Africana Linguistica*, vol. 22, 71–106, 2016.

LAKOFF, George. "Cognitive versus generative linguistics: How commitments influence results." *Language and communication*, vol. 1(1), 1990.

———. "Cognitive models and prototype theory." *Concepts: Core Readings*, pp. 391–421, 1999.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. University of Chicago press, 2008.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of Cognitive Grammar: volume 1 - theoretical prerequisites.* Stanford University Press, 1987.

———. *Foundations of Cognitive Grammar: volume 2 - descriptive application*, vol. 2. Stanford University Press, 1991.

———. "On subjectification and grammaticization." *In:* KOENIG, Jean-Pierre (Ed.), *Discourse and Cognition: bridging the gap*, pp. 71–89. Stanford: CSLI Publications, 1998.

———. *Grammar and conceptualization*, vol. 14. Walter de Gruyter, 2000.

———. "Discourse in cognitive grammar." *Cognitive Linguistics*, vol. 12(2), 143–188, 2001.

———. "Subjectification, grammaticization, and conceptual archetypes." *Subjectification: various paths to subjectivity*, vol. 31, 17–40, 2006.

———. *Cognitive grammar: A basic introduction*. Oxford University Press, 2008.

LAZARD, Gilbert. "Le type linguistique dit «actif»: réflexions sur une typologie globale." *Folia linguistica*, vol. 20(1-2), 87–108, 1986.

MACHOBANE, 'Malillo 'Matsepo. "The sesotho locative constructions." *Journal of African Languages and Linguistics*, vol. 16(22), 115–136, 1995.

MAHO, Jouni. "A classification of the bantu languages: an update of guthrie's referential system." *In:* VELDE, Mark van de, BOSTOEN, Koen, NURSE, Derek & PHILIPPSON, Gérard (Eds.), *The Bantu languages*, p. Kindle edition. Routledge, 2003.

MALLYA, Aurelia. "Locative-subject alternation constructions in kiwoso." *Ghana Journal of Linguistics*, vol. 9(2), 1–21, 2020.

MARTEN, Lutz. "The dynamics of bantu applied verbs: An analysis at the syntax-pragmatics interface." *In:* LÉBIKAZA, Kézié K. (Ed.), *Actes du 3e Congrès Mondial de Linguistique Africaine Lomé 2000*, pp. 207–221. Köln: Köppe, 2003.

———. "Locative inversion in otjiherero: more on morpho-syntactic variation in bantu." *ZAS Papers in Linguistics*, vol. 43, 97–122, 2006.

———. “Agreement in locative phrases in luganda.” *In:* BRENZINGER, Matthias & FEHN, Anne-Maria (Eds.), *Proceedings of 6th World Congress of African Languages*, pp. 433–443. Cologne, 2009.

———. “Information structure and agreement: Subjects and subject agreement in swahili and herero.” *Lingua*, vol. 121(5), 787–804, 2011.

———. “Formal syntax and african languages: Dynamic syntax case studies of swahili, bemba, and hadiyya.” *SOAS Working Papers in Linguistics*, vol. 16, 195–213, 2013.

———. “The preverbal position (s) in bantu inversion constructions: Theoretical and comparative considerations.” *ZAS Papers in Linguistics*, vol. 57, 136–159, 2014.

MARTEN, Lutz & MOUS, Maarten. “Valency and expectation in bantu applicatives.” *Linguistics Vanguard*, vol. 3(1), 2017.

MARTEN, Lutz & VAN DER WAL, Jenneke. “A typology of bantu subject inversion.” *Linguistic variation*, vol. 14(2), 318–368, 2014.

MCHOMBO, Sam. *The Syntax of Chichewa*. New York: Cambridge University Press, 2004.

MEEUSSEN, A. E. “Bantu grammatical reconstructions.” *Africana Linguistica*, pp. 79–121, 1967.

MEEUWIS, Michael. *Lingala*. Lincom, 1998.

MITHUN, Marianne. “Active/agentive case marking and its motivations.” *Language*, vol. 67(3), 510–546, 1991.

———. “Core argument patterns and deep genetic relations.” *Argument structure and grammatical relations: A crosslinguistic typology*, vol. 257, 294, 2012.

MITHUN, Marianne & CHAFE, Wallace. “What are s, a and o?” *Studies in Language*, vol. 23(3), 569–596, 1999.

MKUDE, Daniel J. *A study of Kiluguru syntax with special reference to the transformational history of sentences with permuted subject and object*. Ph.D. thesis, University of London, 1974.

MORAPEDI, Setumile. "Locative inversion as an alternation phenomenon in setswana: The case of lexical functional grammar theory." *Journal of Law and Social Sciences*, vol. 4(2), 1–13, 2020.

MORIMOTO, Yukiko. "Agreement properties and word order in comparative bantu." *ZAS papers in linguistics*, vol. 43, 161–187, 2006.

MORRISON, Michelle Elizabeth. *A reference grammar of Bena*. phdthesis, Rice University, Houston, 2011.

NÆSS, Åshild. *Prototypical transitivity*, vol. 72. John Benjamins Publishing, 2007.

NAMAI, Kenichi. "The word status of japanese adjectives." *Linguistic inquiry*, vol. 33(2), 340–349, 2002.

NASCIMENTO, José Pereira do. *Grammatica do Umbundu, ou lingua de Benguella*. Impr. Nacional, 1894.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati & VIOTTI, Evani. "A estrutura sintática das sentenças absolutas no português brasileiro." *Revista Linguística da ALFAL*, vol. 23, 37–58, 2010.

———. "Brazilian portuguese as a transatlantic language: Agencies of linguistic contact." *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, vol. 3(1), 135–154, 2014*a*.

———. "Contato entre quimbundo e português clássico: impactos na gramática de impessoalização do português brasileiro e angolano." *Lingüística*, vol. 30(2), 289–330, 2014*b*.

———. "Estratégias de impessoalização no português brasileiro." *In:* FIORIN, José Luiz & PETTER, Margarida (Eds.), *África no Brasil - a formação da língua portuguesa*, pp. 179–203. São Paulo: Contexto, 2014*c*.

———. “Desafios teórico-metodológicos para a descrição de línguas não indo-europeias.” *In:* OLIVEIRA, Taísa, CONEGLIAN, André & HATTNHER, Marize (Eds.), *Linguagem, uso e gramática: da vivência à teorização*, pp. 120–146. São Paulo: Editora Mackenzie, 2021.

NGOBOKA, Jean Paul. *Locatives in Kinyarwanda*. Ph.D. thesis, University of KwaZulu-Natal, Durban, 2016.

NGONYANI, Deo. “Towards a typology of applicatives in bantu.” *Language history and linguistic description in Africa*, vol. 2, 249, 1995.

———. “Properties of applied objects in kiswahili and kindendeule.” *Studies in African Linguistics*, vol. 27, 67–96, 1998.

NICHOLS, Johanna. “On alienable and inalienable possession.” *In honor of Mary Haas*, pp. 557–609, 1988.

———. “Some preconditions and typical traits of the stative-active language type (with reference to proto-indo-european).” *In:* LEHMANN, Winfred P. (Ed.), *Language Typology 1987*, pp. 95–114. John Benjamins, 1990.

NISHIYAMA, Kunio. “Adjectives and the copulas in japanese.” *Journal of East Asian Linguistics*, vol. 8(3), 183–222, 1999.

NURSE, Derek. “Aspect and tense in bantu languages.” *The Bantu Languages*, pp. 90–102, 2003.

———. “The emergence of tense in early bantu.” *In:* L.PAYNE, Doris & PEÑA, Jaime (Eds.), *Selected Proceedings of the 37th Annual Conference on African Linguistics*, pp. 164–179. Somerville, MA, 2007.

———. *Tense and aspect in Bantu*. New York: Oxford University Press, 2008.

NURSE, Derek & DEVOS, Maud. “Aspect, tense and mood.” *In:* VELDE, Mark van de, BOSTOEN, Koen, NURSE, Derek & PHILIPPSON, Gérard (Eds.), *The Bantu Languages*, p. versão Kindle. Routledge, 2019.

NURSE, Derek & PHILIPPSON, Gérard (Eds.). *Bantu languages*. London: Elsevier Ltd, 2003.

PEREZ, Carolyn Harford. "Locative pseudo-subjects in shona." *Journal of African Languages and Linguistics*, vol. 5(2), 1983.

PETTER, Margarida. "A classificação das línguas da África." *In:* PETTER, Margarida (Ed.), *Introdução à linguística africana*, pp. 49–85. São Paulo: Contexto, 2015*a*.

———. *Introdução à linguística africana*. Contexto, 2015*b*.

ROSCH, Eleanor. "Principles of categorization." *In:* MARGOLIS, Eric & LAURENCE, Stephen (Eds.), *Concepts: core readings*, vol. 189, pp. 188–206. MIT Press, 1999.

SALZMANN, Martin. "Towards a typology of locative inversion–bantu, perhaps chinese and english–but beyond?" *Language and Linguistics Compass*, vol. 5(4), 169–189, 2011.

SAPIR, Edward. "Het passieve karakter van het verbum transitivum of van hetverbum actionis in talen van noord-amerika (the passive character of the transitiveverb or of the active verb in languages of north america) by c. c. uhlenbeck." *International Journal of American Linguistics*, vol. 1(1), 82–86, 1917*a*.

———. "Review of cc uhlenbeck,'het identificeerend karakter der possessieve flexie in talen van noord-amerika'." *International Journal of American Linguistics*, vol. 1, 1917*b*.

———. *A linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2 ed., 2013.

SCHADEBERG, Thilo C. *A sketch of Umbundu*, vol. 1. R. Köppe Verlag, 1990.

SCHADEBERG, Thilo C. "Derivation." *In:* NURSE, Derek & PHILIPPSON, Gérard (Eds.), *The Bantu Languages*, pp. 71–89. London: Routledge, 2003*a*.

———. "Historical linguistics." *In:* NURSE, Derek & PHILIPPSON, Gérard (Eds.), *The Bantu Languages*, pp. 143–163. Lodon: Routledge, 2003*b*.

SCHADEBERG, Thilo C & BOSTOEN, Koen. "Word formation." *In:* VELDE, Mark van de, BOSTOEN, Koen, NURSE, Derek & PHILIPPSON, Gérard (Eds.), *The Bantu Languages*, pp. 172–203. Routledge, 2019.

SEGERER, Guillaume. "Closed adjective classes and primary adjectives in African Languages.", 2008. Working paper or preprint.
URL https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00255943

SEIDL, Amanda & DIMITRIADIS, Alexis. "Statives and reciprocal morphology in swahili." *Typologie des langues d'Afrique et universaux de la grammaire*, vol. 1, 239–284, 2003.

SEKI, Lucy. "O kamaiurá: língua de estrutura ativa." *Língua e Literatura*, vol. 5, 217–227, 1976.

———. "Para uma caracterização tipológica do kamaiurá." *Cadernos de estudos lingüísticos*, vol. 12, 15–24, 1987.

———. "Kamaiurá (tupí-guaraní) as an active-stative language." *Studies in lowland South American languages, Amazonian linguistics*, pp. 367–391, 1990.

———. *Gramática do kamaiurá: Língua tupí-guaraní do alto Xingu*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

SHIWANDA, Simon. *Active, Passive and Neuter-Passive verb constructions in Oshindonga: Argument alternation and event structure properties*. Ph.D. thesis, Stellenbosch: Stellenbosch University, 2018.

SIEWIERSKA, Anna. "From anaphoric pronoun to grammatical agreement marker: why objects don't make it." *Folia linguistica*, vol. 33(1–2), 225–252, 1999.

———. "Person agreement and the determination of alignment." *Transactions of the Philological Society*, vol. 101(2), 339–370, 2003.

———. "Person.", 2004.

———. "Passive constructions." *In:* DRYER, Matthew S. & HASPELMATH, Martin (Eds.), *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013.
URL https://wals.info/chapter/107

SILVA, Augusto Soares da. "Subjetificação, objetificação e (des) gramaticalização nas construções completivas infinitivas em português, em comparação com outras línguas românicas." *Festival romanistica: contribuciones linguísticas–contributions linguistiques–contributi linguistici–contribuições linguísticas*, pp. 64–91, 2015.

SIMANGO, Silvester Ron. "Enlarged arguments in bantu: evidence from chichewa." *Lingua*, vol. 117(6), 928–949, 2007.

STASSEN, Leon. "Predicative adjectives." *In:* DRYER, Matthew S. & HASPELMATH, Martin (Eds.), *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013.
URL https://wals.info/chapter/118

THWALA, Nhlanhla. "Parameters of variation & complement licensing in bantu." *ZAS Papers in Linguistics*, vol. 43, 209–232, 2006.

UEHARA, Satoshi. *Syntactic categories in Japanese: A typological and cognitive introduction.* Ph.D. thesis, University of Michigan, 1996.

UHLENBECK, Christianus Cornelius. *Het passieve karakter van het verbum transitivum of van het verbum actionis in talen van Noord-Amerika*. J. Müller, 1916.

VELDE, Mark van de. "The bantu connective construction." *In:* CARLIER, Anne & VERSTRAETE, Jean-Christophe (Eds.), *The Genitive*. John Benjamins, kindle edition ed., 2013.

———. "Nominal morphology and syntax." *In:* VAN DE VELDE, Mark, BOSTOEN, Koen, NURSE, Derek & PHILIPPSON, Gérard (Eds.), *The Bantu languages*, pp. 237–269. Routledge, 2019.

VELDE, Mark van de, BOSTOEN, Koen, NURSE, Derek & PHILIPPSON, Gérard. *The Bantu Languages*. Routledge, 2019. Versão Kindle.

WAL, Jenneke van der. "Bantu syntax." *Oxford Handbooks Online*, 2015*a*.

———. "A note on the (non-existing) passive in matengo." *Linguistique et Langues africaines*, vol. 1, 81–98, 2015*b*.

WASIKE, Aggrey. "Adjectives in lubukusu." *In:* KANDYBOWICZ, Jason, MAJOR, Travis, TORRENCE, Harold & DUNCAN, Philip T. (Eds.), *African Linguistics on the prairie*, pp. 325–339. Berlin: Language science press, 2018.

WETZER, Harrie. *The typology of adjectival predication*, vol. 17. Walter de Gruyter, 1996.

WICHMANN, Søren. "Event-orientation in grammar." *In: Paper presented at The typology of stative-active languages*. Søren Wichmann, 2005.

———. "Valency-reduction in event-oriented languages." *In:* ESTRADA FERNANDES, Zarina, WICHMANN, Søren, CHAMOREAU, Claudine & ÁLVAREZ GONZÁLEZ, Albert (Eds.), *Studies in Voice and Transitivity (Estudios de voz y transitividad)*, pp. 33–51. München: Lincom Europa, 2007.

YONEDA, Nobuko. "Word order in matengo (n13): Topicality and informational roles." *Lingua*, vol. 121(5), 754–771, 2011.

ZAWADA, Britta & NGCOBO, Mtholeni N. "A cognitive and corpus-linguistic re-analysis of the acquisition of the zulu noun class system." *Language Matters*, vol. 39(2), 316–331, 2008.

ZELLER, Jochen. "Instrument inversion in zulu." *In:* MARLO, Michael R., ADAMS, Nikki B., GREEN, Christopher R., MORRISON, Michelle & PURVIS, Tristan M. (Eds.), *African languages in context (selected Proceedings of the 42nd Annual Conference on African Linguistics)*, pp. 134–148. Sommerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2012.

———. "Locative inversion in bantu and predication." *Linguistics*, vol. 51(6), 1107–1146, 2013.

ZELLER, Jochen & NGOBOKA, Jean Paul. "Agreement with locatives in kinyarwanda: a comparative analysis." *Journal of African Languages and Linguistics*, vol. 39(1), 65–106, 2018.

ZERBIAN, Sabine. "Inversion structures in northern sotho." *Southern African Linguistics and Applied Language Studies*, vol. 24(3), 361–376, 2006.